

Veículo: Site A Tarde	
Data: 20/08/2020	Caderno: Política

A TARDE

Qui , 20/08/2020 às 06:00

Secretários da Fazenda aprovam proposta de Guedes de unificar impostos

Raul Aguilar



A Reforma Tributária entregue pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, na Câmara dos Deputados, será um grande ensaio geral para unificação de tributos estaduais e municipais, é o que prevê os **secretários da Fazenda da Bahia, Manoel Vitório**, e de Salvador, Paulo Souto.

A proposta do governo federal prevê a unificação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para criar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com uma alíquota de 12%.

Para Paulo Souto, a decisão pelo fatiamento da reforma tributária, começando pela unificação dos impostos federais, é “a mais acertada para o momento”, principalmente pela alta complexidade da carga tributária brasileira e pelos efeitos colaterais que uma eventual alteração nesse sistema poderá causar.

“Ninguém pode criticar a validade de uma ideia de unir todos os impostos do consumo. Entretanto, partindo de um sistema tributário tão caótico, uma junção de impostos enfrentará uma dificuldade muito grande”, Avalia Souto.

O secretário de Fazenda de Salvador pondera que as prefeituras estão vendo com cuidado a ideia de juntar ISS com os impostos federais e estaduais, porque “isso tira a autonomia financeira dos municípios”.

Ele lembra que “o ISS é o maior imposto arrecadado em Salvador e em muitos municípios”. E que os chefes dos executivos vêm nisso um risco, ainda mais “neste momento de fragilidade, de queda de arrecadação por conta da pandemia da Covid-19, onde ninguém sabe quando vai se recuperar”.

A demora para se pautar o projeto por parte do governo federal, em um contexto favorável a reformas estruturantes no Congresso Nacional, é um dos problemas apontado pelo secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitório.

“As modificações podem e devem ser gradativas. Mas depois de tanto tempo, o que se esperava, um passo maior. Essa proposta, o PL 3887, faz a fusão entre PIS e Cofins em um reflexo válido do que poderia ser. É preciso fazer uma discussão sobre em quem recai a carga tributária no Brasil, sobre qual seria a estrutura ideal para impulsionar o dinamismo econômico no país”, avalia Vitório.

Desafio da Reforma

O desafio para realização da reforma tributária nos estados e municípios passa pela fusão com os impostos federais ao Imposto Sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), carros-chefes da arrecadação e fiador de diversas iniciativas dos poderes executivos. Em uma eventual união com os impostos federais, os estados e municípios perderiam a autonomia sobre a gestão dos impostos.

Um dos caminhos apontado para essa recomposição passa pela reconstituição das perdas através de um novo pacto federativo, que define como as receitas arrecadadas serão aplicadas, avaliam os secretários.

Para Manoel Vitorino, não adianta delegar as ações que o Estado tem que prover, como segurança, saúde e educação e concentrar toda a arrecadação na União. “É importantíssimo outros recursos para se financiar, construir o desenho de uma política na qual se possa inserir regiões menos desenvolvidas do país, mais deprimidas”, disse cotando as regiões Norte e Nordeste.

Vitório lembra que “a guerra fiscal”, tática utilizada para atrair investimentos, através da dedução de impostos, “foi o único dispositivo que os Estados menos desenvolvidos tinham para reagir, atrair empreendimentos”. Ele pondera, no entanto, que “mesmo ele, se mostrou um instrumento ineficiente”.

O secretário estadual da Fazenda cobra, como contrapartida pela perda da autonomia dos estados no uso do ICMS, um novo pacto federativo. Seria um forma de compensar os estados “por tolher o único instrumentos que eles têm de atrair empreendimentos para regiões menos desenvolvidas”.

Vitório questiona o que ficará no lugar desse instrumento de desenvolvimento para regiões historicamente prejudicadas pelo lento processo de industrialização.

“O que se vai colocar? A União vai lavar as mãos e admitir que nós vamos conviver a vida inteira com as disparidades regionais? Apesar de estarmos em 2020, é impressionante, ainda participamos de discussão e ouvimos determinadas colocações, vindas do Sul, Sudeste e de Brasília, de gente que acha que o Nordeste é coqueiro, hotelaria e gente para servir o turista. Uma visão bastante ultrapassada”, diz.

Aperfeiçoamento dos impostos

O aperfeiçoamento dos impostos antes da fusão é um dos caminhos apontado pelo secretário da Fazenda de Salvador como uma “solução conservadora” de curto prazo, que proporcionará uma melhora na tributação do ISS e principalmente do ICMS, corrigindo desigualdades e tornando o processo mais simplificado.

“Além dos imposto devido ao governo federal, incluir ISS, ICMS, IPI, todos os impostos sobre o consumo unidos em um único imposto, simplificaria a tributação das empresas. Nossa diversidade de impostos é uma coisa que dificulta muito, sem falar no aspecto financeiro, no aspecto de custo de planejamento para o pagamento correto desses impostos”, explica Souto.

A simplificação para o pagamento dos tributos provocará uma redução de gasto de tempo e dinheiro, facilitando o ambiente de negócio no país. Um dos pesadelos para os empresários brasileiros e consumidores é o ICMS, imposto com alta complexidade e que é regido por uma legislação ultrapassada.

“Acho que é o momento de se rever tudo. O ICMS é um imposto antigo que tem uma erosão de base e, no longo prazo, sua receita vai minguar cada vez mais. Ele acaba recaindo, apesar das alíquota variáveis e da selectividade dos bens, de maneira quase que igual para o conjunto da população, seja rico ou pobre, e isso precisa ser revisto”, avalia Manoel Vitório.

A compensação aos estados e municípios pela perda da gestão dos seus impostos é um dos motivos elencados por Paulo Souto para opção, por parte do governo Bolsonaro, por uma Reforma Tributária que comece por seus próprios impostos.

“O governo federal sabe que na hora que realizar uma reforma unindo todos os impostos do consumo haverá perdedores, por mais que tenha uma transição. E não falo só entre os entes, mas dentro dos municípios, entre cidades maiores e menores. E, em toda situação como essa, onde têm perdedores, alguém tem que pagar a conta. O governo federal não quer isso agora, por isso a opção por uma reforma mais tímida, incompleta, mas que já dá um avanço”, avalia Souto.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 20/08/2020	Página: B1
Assunto: Secretários da Fazenda avaliam reforma de Guedes – cita o <u>secretário Manoel Vitório</u> .	

A TARDE

O jornal de toda Bahia

Secretários da Fazenda avaliam reforma de Guedes

RAUL AGUILAR

A Reforma Tributária entregue pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, na Câmara dos Deputados, será um grande ensaio geral para unificação de tributos estaduais e municipais, é o que preveem os secretários da Fazenda da Bahia, Manoel Vitório, e de Salvador, Paulo Souto.

A proposta do governo federal prevê a unificação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para criar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com uma alíquota de 12%.

Para Paulo Souto, a decisão pelo fatiamento da reforma tributária, começando pela unificação dos impostos federais, é "a mais acertada para o momento", principalmente pela alta complexidade da carga tributária brasileira e pelos efeitos colaterais que uma eventual alteração nesse sistema poderá causar.

"Ninguém pode criticar a

A proposta do governo federal prevê a unificação do PIS e da Cofins para criar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%

validade de uma ideia de unir todos os impostos do consumo. Entretanto, partindo de um sistema tributário tão caótico, uma junção de impostos enfrentará uma dificuldade muito grande", avalia Souto.

O secretário de Fazenda de Salvador pondera que as preferências estão vindo com cui-



dado a junção do ISS com os impostos federais estaduais, porque "isso tira a autonomia financeira dos municípios".

Ele lembra que "o ISS é o maior imposto arrecadado em Salvador e em muitos municípios". E que os chefes dos executivos veem nisso um risco, ainda mais "neste momento de fragilidade, de

queda de arrecadação por conta da pandemia da Covid-19, onde ninguém sabe quando vai se recuperar".

A demora para se pautar o projeto por parte do governo federal, em um contexto favorável a reformas estruturantes no Congresso Nacional, é um dos problemas apontado pelo secretário estadual

da Fazenda, Manoel Vitório.

"As modificações podem e devem ser gradativas, mas, depois de tanto tempo, se esperava um passo maior. Essa proposta, o PL 3887, faz a fusão entre PIS e Cofins em um reflexo válido do que poderia ser. É preciso fazer uma discussão sobre em quem recai a carga tributária no Brasil,

Reforma de Guedes ainda não avançou no Congresso

sobre qual seria a estrutura ideal para impulsionar o dinamismo econômico no país", avalia Vitório.

Desafio da Reforma

O desafio para realização da reforma tributária nos estados e municípios passa pela fusão com os impostos federais ao Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), carros-chefes da arrecadação e fiador de diversas iniciativas dos poderes executivos. Em uma eventual união com os impostos federais, os estados e municípios perderiam a autonomia sobre a gestão dos impostos.

Um dos caminhos apontado para essa recomposição passa pela reconstituição das perdas através de um novo pacto federativo, que define como as receitas arrecadadas serão aplicadas, avaliam os secretários.

CONTINUA A MATÉRIA NA INTÉGRA NO PORTAL A TARDE

Exatidão N1 / AFP

Veículo: Bahia Econômica	Justiça
Data: 19/08/20	<u>Cita Secretário</u>



BAHIA E OUTROS 6 ESTADOS CUMPREM METAS DE AJUSTE FISCAL



admin 19 Agosto, 2020

Apenas a Bahia e outros seis estados cumpriram em 2019 todas as metas do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF), de acordo com as informações contidas em ofício com a avaliação preliminar sobre o cumprimento destes compromissos pelos governos estaduais, enviado ao governador Rui Costa pelo secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal. As metas estão relacionadas a itens como resultado primário, dívida, arrecadação, despesas com pessoal, reformas e investimentos.

Além da Bahia, outros dois estados que cumpriram todas as metas são nordestinos: Alagoas e Sergipe. O mesmo desempenho foi registrado por Amazonas e Rondônia, da região Norte, Espírito Santo, do Sudeste, e Santa Catarina, do Sul. De acordo com a lei federal 9.496, de 1997, que instituiu o PAF, estão sujeitos a sanções os entes federativos que não cumprem as duas primeiras metas, relacionadas à relação entre dívida financeira e receita líquida real e ao resultado primário.

“A Bahia mantém o rigor na condução econômica e fiscal atingindo os objetivos do PAF, e segue sua trajetória de responsabilidade fiscal”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio. O equilíbrio fiscal atestado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), observa, vem sendo mantido pela Bahia ao longo dos últimos anos e agora constitui o principal fundamento para que o Estado consiga atravessar a crise econômica produzida pela pandemia do novo coronavírus, que impôs aos cofres públicos perdas brutas de receita da ordem de R\$ 1,5 bilhão nos meses de abril, maio e junho.

Foto: Jonne Roriz/ Veja

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 19/08/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 19 de Agosto de 2020 - 21:20

Apenas Bahia e mais seis estados cumprem todas as metas de ajuste fiscal em 2019



No ano de 2019, apenas a Bahia e outros seis estados cumpriram todas as metas do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF), de acordo com uma avaliação preliminar enviada ao governo da Bahia pelo secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal.

As metas estão relacionadas a itens como resultado primário, dívida, arrecadação, despesas com pessoal, reformas e investimentos.

Os estados de Alagoas e Sergipe, também nordestinos, integram a lista. O mesmo desempenho foi registrado por Amazonas e Rondônia, da região Norte; Espírito Santo, do Sudeste, e Santa Catarina, do Sul. De acordo com a lei federal 9.496, de 1997, que instituiu o PAF, estão sujeitos a sanções os entes federativos que não cumprem as duas primeiras metas, relacionadas à relação entre dívida financeira e receita líquida real e ao resultado primário.

“A Bahia mantém o rigor na condução econômica e fiscal atingindo os objetivos do PAF, e segue sua trajetória de responsabilidade fiscal”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória.**

“O equilíbrio fiscal atestado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) vem sendo mantido pela Bahia ao longo dos últimos anos e agora constitui o principal fundamento para que o Estado consiga atravessar a crise econômica produzida pela pandemia do novo coronavírus, que impôs aos cofres públicos perdas brutas de receita da ordem de R\$ 1,5 bilhão nos meses de abril, maio e junho”.

O secretário comenta ainda que a Bahia “segue em pleno funcionamento para assegurar a prestação de serviços públicos essenciais e a manutenção da paz social”, apesar do alcance “limitado” do pacote de ajuda aos estados proposto pelo Congresso Nacional e das apreensões quanto ao ano de 2021.

Para manter o equilíbrio, lembra o secretário, foi preciso adotar medidas de impacto na própria

estrutura do Estado, o que gerou economia expressiva de R\$ 4,7 bilhões no período 2015-2018.

Com a crise do coronavírus, o governo baiano colocou em prática uma agenda emergencial de enxugamento da máquina, a exemplo do decreto 19.551/20, de 20 de março, que instituiu uma série de medidas de redução de despesas e promovendo o redirecionamento das ordens de serviço para os servidores do fisco.

“Na Bahia, nosso objetivo tem sido assegurar o equilíbrio fiscal sem deixar de fazer investimentos públicos necessários à geração de emprego e renda e à ampliação da infraestrutura com vistas à atração de novos investimentos privados”, explica Vitório.

Veículo: Jornal Grande Bahia	Online
Data: 19/08/2020	Caderno: Notícias



**Jornalismo
com opinião
em defesa da
Ecologia Integral**

Apenas o Governo da Bahia e a gestão de outros seis estados cumprem todas as metas de ajuste fiscal em 2019, diz STN

Apenas a Bahia e outros seis estados cumpriram em 2019 todas as metas do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF), de acordo com as informações contidas em ofício com a avaliação preliminar sobre o cumprimento destes compromissos pelos governos estaduais, enviado ao governador Rui Costa pelo secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal. As metas estão relacionadas a itens como resultado primário, dívida, arrecadação, despesas com pessoal, reformas e investimentos.

Além da Bahia, outros dois estados que cumpriram todas as metas são nordestinos: Alagoas e Sergipe. O mesmo desempenho foi registrado por Amazonas e Rondônia, da região Norte, Espírito Santo, do Sudeste, e Santa Catarina, do Sul. De acordo com a lei federal 9.496, de 1997, que instituiu o PAF, estão sujeitos a sanções os entes federativos que não cumprem as duas primeiras metas, relacionadas à relação entre dívida financeira e receita líquida real e ao resultado primário.

“A Bahia mantém o rigor na condução econômica e fiscal atingindo os objetivos do PAF, e segue sua trajetória de responsabilidade fiscal”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório.** O equilíbrio fiscal atestado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), observa, vem sendo mantido pela Bahia ao longo dos últimos anos e agora constitui o principal fundamento para que o Estado consiga atravessar a crise econômica produzida pela pandemia do novo coronavírus, que impôs aos cofres públicos perdas brutas de receita da ordem de R\$ 1,5 bilhão nos meses de abril, maio e junho.

Paz social

A despeito do alcance limitado do pacote de ajuda aos estados proposto pelo Congresso Nacional e das apreensões quanto ao ano de 2021, não contemplado pelas medidas, o governo baiano, ainda de acordo com Vitório, “segue em pleno funcionamento para assegurar a prestação de serviços públicos essenciais e a manutenção da paz social”.

Para manter o equilíbrio, lembra o secretário, foi preciso adotar medidas de impacto na própria estrutura do Estado: ao realizar a reforma administrativa em 2015, o governador Rui Costa promoveu a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da máquina e a promoção da qualidade do gasto público. Em 2018, houve outra reforma administrativa que extinguiu unidades como a Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial Sudic e o Centro Industrial Subaé e privatizou a Ebal – Empresa Baiana de Alimentos.

Entre as conquistas obtidas com a nova forma de atuação da Administração Pública, está a expressiva economia real de R\$ 4,7 bilhões no período 2015-2018.

Com a crise do coronavírus, o governo baiano colocou em prática uma agenda emergencial que aprofundou o enxugamento da máquina, editando já no dia 20 de março o decreto 19.551/20, que instituiu uma série de medidas de redução de despesas e promovendo o redirecionamento das ordens de serviço para os servidores do fisco.

Destaque na crise

Vitório enfatiza a visão estratégica do governo baiano quanto à importância dos investimentos públicos, na contramão dos pressupostos neoliberais em política econômica predominantes no Brasil atual que privilegiam o ajuste fiscal em prejuízo do papel do Estado. “Na Bahia, nosso objetivo tem sido assegurar o equilíbrio fiscal sem deixar de fazer investimentos públicos necessários à geração de emprego e renda e à ampliação da infraestrutura com vistas à atração de novos investimentos privados”, observa.

“Manter a capacidade de investimento é importante em um Estado no qual o orçamento do governo corresponde a cerca de 20% do PIB, participação que tem aumentado ao longo destes anos de crise econômica”, acrescenta. Os investimentos públicos, enfatiza Vitório, representam também o fortalecimento da presença do Estado em áreas vitais, como demonstra o acerto da priorização de investimentos na área de Saúde pelo governo Rui Costa em anos recentes, o que se reflete agora nos bons resultados da Bahia no combate à crise sanitária.

“A saúde é uma das prioridades do governo Rui Costa desde o início da primeira gestão”, ressalta, lembrando que desde 2015, até dezembro de 2019, foram entregues sete novos hospitais, 16 policlínicas regionais e realizadas mais de 20 mil cirurgias de forma itinerante, contemplando os 417 municípios. Com o forte avanço em infraestrutura nos últimos anos e a intensificação dos esforços desde a eclosão da pandemia, a Bahia foi um dos Estados com melhor resposta à crise sanitária. Os números referentes à taxa de letalidade da Bahia, além disso, estão entre os menores do Brasil.

Vitório lembra ainda que, com a capacidade financeira preservada, o governo pode também investir no acolhimento aos setores da sociedade baiana mais atingidos pela pandemia. Os exemplos mais contundentes foram a isenção de conta de água de 860 mil pessoas por três meses, entre abril e julho, e a distribuição de vale-alimentação a 755 mil estudantes da rede estadual de ensino.

Veículo: bahia.ba	
Data: 19/08/2020	Caderno: Economia

ECONOMIA

Publicado em 19/08/2020 às 13h04.

‘Mesmo com queda, está sob controle’, diz Rui sobre orçamento do estado para 2020

Governador explicou como vão as finanças do estado durante a pandemia do coronavírus

Eduardo Dias / Matheus Morais

O governador Rui Costa (PT) afirmou nesta quarta-feira (19) que a Bahia passa por uma reprogramação orçamentária devido aos efeitos da pandemia da Covid-19 no estado. Segundo o governador, as finanças estão sob controle, apesar de terem sofrido uma queda.

“Eu diria que estamos reprogramando. Estamos com uma queda muito grande com relação ao que foi projetado e orçado para esse ano, uma queda gigantesca. Mas você tem que reprogramar e deixar funcionando aquilo que é essencial, que é manter policiamento, manter saúde, manter o estado funcionando, manter salários em dias”, disse.



Foto: Matheus Morais/bahia.ba

Ainda de acordo com Rui, o governo tem feito a reprogramação de serviços que não possuem caráter emergencial, ou que corram risco de perda de contratos. “Nós estamos fazendo reuniões semanais com nossa equipe da Fazenda e do Planejamento, para realinhar o orçamento e a execução em função da arrecadação, para que não corramos risco de colapso”, afirmou.

No entanto, apesar de todo o impacto do coronavírus na Bahia, Rui afirma que o grau de segurança do estado hoje é maior que de dois ou três meses atrás.

“No início da pandemia, como a queda no primeiro mês foi abissal, nós ficamos muito preocupados de que aquele mesmo patamar se reproduzisse nos meses seguintes. Como amenizou, e a queda continua caindo, numa proporção menor, isso possibilitou que a gente reprogramasse coisas para 202, que iriam ser feitas esse ano e isso, por enquanto, está tudo sobre controle, mesmo tendo uma queda grande comparado não só ao valor nominal de 2019, como em relação ao que foi projetado para esse ano no ponto de vista do orçamento”, completou o governador.

Veículo: Site Simões Filho Online	Online
Data: 19/08/2020	Caderno: Notícias



BENEFÍCIOS ECONOMIA GRANA NOTÍCIAS EMPREGOS ESPORTES ESTILO DE VIDA

Bilhetes para próximo sorteio da Nota Premiada Bahia já estão disponíveis

Por Debora Souza 19 de agosto de 2020 às 11:20



Estão disponíveis para consulta os bilhetes com os quais os participantes da Nota Premiada Bahia irão concorrer ao sorteio desse mês de agosto, o segundo realizado após a volta das premiações individuais da campanha, com resultado a ser divulgado no dia 24 de agosto.

As premiações tiveram interrupção temporária entre março e junho devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Ao todo, serão distribuídos R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, num total de 91 pessoas contempladas.

Para este sorteio, de acordo com a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, serão considerados os bilhetes gerados a partir das notas emitidas em julho de 2020 que contenham o CPF do participante. Os bilhetes podem ser consultados no **site da campanha**. É necessário fazer o login e clicar em “Minha Conta” / “Bilhetes”. A busca deve ser filtrada pelo mês anterior. Os bilhetes acumulados no período de março a junho, de acordo com a legislação, serão válidos para o próximo sorteio especial, com data a ser definida.

O resultado do sorteio será disponibilizado no site da campanha e também nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. Em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar no final de setembro os sorteios das quartas-feiras da Loteria Federal. Desta forma, a Nota Premiada Bahia voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

Como participar

Para participar da campanha, basta preencher o formulário disponível no **site da Nota Premiada** e, após essa etapa, informar o CPF cadastrado a cada compra realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e). O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota

é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 563 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 677 pessoas, das quais 433 moram na capital e 244 no interior. Mesmo durante o período em que não houve sorteios, os participantes da campanha continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao Sua Nota é um Show de Solidariedade.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que hoje somam 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para essas entidades.

Veículo: Rádio Globo FM 104,3	
Data: 20/08/2020	Programa: Notícias
Assunto: Entrevista com o <u>superintendente de Desenvolvimento de Gestão Fazendária da Secretaria Estadual da Fazenda da Bahia, Félix Mascarenhas.</u>	
Assuntos: Nota Premiada Bahia, CPF na nota, Preço da Hora Bahia, entre outros.	

Data: 20/08/2020

Hora: 06:31:12

Duração: 00:49

Emissora: RÁDIO GLOBO FM 104,3

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador (a): RITA BATISTA

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Entrevista com o **superintendente de Desenvolvimento de Gestão Fazendária da Secretaria Estadual da Fazenda da Bahia, Félix Mascarenhas.**

Assuntos: Nota Premiada Bahia, CPF na nota, Preço da Hora Bahia, entre outros.

Veículo: Bahia Econômica	Justiça
Data: 20/08/20	<u>Cita Sefaz</u>



JUSTIÇA DETERMINA SEQUESTRO DE BENS DA RICARDO ELETRO



admin 20 Agosto, 2020

A 1ª Vara Criminal Especializada da comarca de Salvador determinou o sequestro de bens de gestores e ex-gestores da empresa detentora da marca Ricardo Eletro. A decisão judicial atende a pedido de medida cautelar apresentado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos (Gaesf), do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), que investiga crimes de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro na administração da RN Comércio Varejista S/A, detentora da Ricardo Eletro. As investigações identificaram que a empresa tem um débito de mais de R\$ 113 milhões de ICMS.

Segundo o Gaesf, os bens dos investigados ficarão indisponíveis para que se possa assegurar o ressarcimento ao fisco estadual, e a investigação, que conta com a cooperação dos demais integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), prosseguirá com a coleta de outras provas e inquirição dos investigados para futura propositura de ação penal. Os integrantes do Gaesf destacam que foram apontadas operações suspeitas e o possível envolvimento de gestores e ex-gestores em esquema criminoso constituído para a prática de crimes tributários e de lavagem de

dinheiro, que têm gerado prejuízo ao erário público de “elevadíssima monta”. Dados obtidos por meio do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária (Sigat), da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), indicam que os débitos fiscais de ICMS da RN Comércio Varejista alcançam o montante de R\$ 113.408.212,67, dos quais 53,55% dos valores devidos correspondem a débitos de ICMS espontaneamente declarados pelo contribuinte sem o correspondente pagamento, compreendendo fatos geradores ocorridos entre os anos de 2017 e 2019. A situação é objeto da investigação atualmente conduzida pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

O procedimento investigatório criminal foi instaurado pelo Gaesf no último mês de março, após o grupo receber da Inspeção Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) 86 notícias-crime sobre a prática de sonegação fiscal que gerou prejuízo equivalente, à época, a R\$ 58.449.637,47. Promotores de Justiça que integram o grupo informam que, no decorrer da investigação, foi possível verificar a constituição de holdings patrimoniais pelos investigados e a aquisição de bens em nome de terceiros. Com a deflagração da Operação “Direto com o Dono”, no último dia 8 de julho, em Minas Gerais, foi possível o MP da Bahia estabelecer intercâmbio de informações com o MP mineiro, que forneceu importantes provas das condutas de sonegação e de lavagem de dinheiro, também praticadas naquele estado.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 20/08/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 20 de Agosto de 2020 - 09:20

Justiça baiana bloqueia bens de gestores da Ricardo Eletro por sonegar R\$ 113 milhões

A 1ª Vara Criminal Especializada da comarca de Salvador determinou o sequestro de bens de gestores e ex-gestores da empresa detentora da marca Ricardo Eletro. O pedido foi feito pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA), através do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos (Gaesf).

Os promotores de Justiça investigam crimes de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro na administração da RN Comércio Varejista S/A, detentora da Ricardo Eletro. As investigações identificaram que a empresa tem um débito de mais de R\$ 113 milhões de ICMS. Segundo o Gaesf, os bens dos investigados ficarão indisponíveis para que se possa assegurar o ressarcimento ao fisco estadual, e a investigação, que conta com a cooperação dos demais integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), prosseguirá com a coleta de outras provas e inquirição dos investigados para futura propositura de ação penal. Os integrantes do Gaesf destacam que foram apontadas operações suspeitas e o possível envolvimento de gestores e ex-gestores em esquema criminoso constituído para a prática de crimes tributários e de lavagem de dinheiro, que têm gerado prejuízo ao erário público de "elevadíssima monta".

Dados obtidos por meio do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária (Sigat), da **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz)**, indicam que os débitos fiscais de ICMS da RN Comércio Varejista alcançam o montante de R\$ 113.408.212,67, dos quais 53,55% dos valores devidos correspondem a débitos de ICMS espontaneamente declarados pelo contribuinte sem o correspondente pagamento, compreendendo fatos geradores ocorridos entre os anos de 2017 e 2019. A situação é objeto da investigação atualmente conduzida pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

O procedimento investigatório criminal foi instaurado pelo Gaesf no último mês de março, após o grupo receber da Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) 86 notícias-crime sobre a prática de sonegação fiscal que gerou prejuízo equivalente, à época, a R\$ 58.449.637,47. Promotores de Justiça que integram o grupo informam que, no decorrer da investigação, foi possível verificar a constituição de holdings patrimoniais pelos investigados e a aquisição de bens em nome de terceiros. Com a deflagração da Operação "Direto com o Dono", no último dia 8 de julho, em Minas Gerais, foi possível o MP da Bahia estabelecer intercâmbio de informações com o MP mineiro, que forneceu importantes provas das condutas de sonegação e de lavagem de dinheiro, também praticadas naquele estado.

Veículo: Bocão News	Justiça
Data: 19/08/20	<u>Cita Sefaz</u>



Justiça

Investigados por sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, donos da Ricardo Eletro têm bens sequestrados pela Justiça baiana



19 de Agosto de 2020 às 19:05 Por: Divulgação Por: Redação BNews 0 comentários

A Justiça, através da 1ª Vara Criminal Especializada da comarca de Salvador, analisou o pedido de medida cautelar apresentado pelo Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e determinou o sequestro de bens de gestores e de ex-gestores da empresa detentora da marca Ricardo Eletro. A RN Comércio Varejista S/A, detentora da companhia, é investigada por crimes de sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.

O Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica, as Relações de Consumo, a Economia Popular e os Conexos (Gaesf), do MP-BA, identificaram que a empresa possui uma dívida de mais de R\$ 113 milhões de ICMS. A equipe informou que os bens dos investigados ficarão indisponíveis para que seja garantido o ressarcimento ao fisco estadual.

A investigação tem o apoio dos demais integrantes do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) e continuará coletando outras provas para a

ação penal que será proposta. Até o momento, foram apresentadas operações suspeitas e o possível envolvimento de gestores e ex-gestores em crimes tributários e de lavagem de dinheiro, que causaram um prejuízo de “elevadíssima monta” ao erário público.

Através do Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária (Sigat), da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), o MP-BA identificou que os débitos fiscais de ICMS da RN Comércio Varejista chegam a R\$ 113.408.212,67, sendo que 53,55% da dívida são de ICMS espontaneamente declarados pelo contribuinte sem o correspondente pagamento, fatos ocorridos entre os anos de 2017 e 2019.

O Ministério Público instaurou a investigação criminal no último mês de março, depois que recebeu da Inspetoria Fazendária de Investigação e Pesquisa (Infip) 86 notícias-crime sobre a prática de sonegação fiscal que causou prejuízo equivalente, à época, a R\$ 58.449.637,47. No decorrer da verificação, os promotores de Justiça do Gaesf observaram que os investigados criaram holdings patrimoniais e adquiriram bens em nome de terceiros.

Em 8 de julho, foi deflagrada a Operação “Direto com o Dono”, em Minas Gerais. Na oportunidade, o MP baiano trocou informações com o MP mineiro, que forneceu provas sobre sonegação e lavagem de dinheiro também praticadas naquele estado.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 20/08/2020	Página: A3

O verdadeiro balanço financeiro da Covid-19

Paulo Souto

Secretário Municipal da Fazenda

Uma certa má vontade em relação à capacidade de estados e municípios gerirem suas finanças, infelizmente justificada em certos casos, está levando a uma conclusão absolutamente descabida sobre as consequências para as finanças dos entes subnacionais em virtude da pandemia.

A comparação entre os recursos recebidos do governo federal e os gastos com o enfrentamento da pandemia é absolutamente inconsequente. Essa metodologia não leva em conta uma parcela essencial nesse balanço: a perda de arrecadação como consequência direta da retração causada pela Covid-19.

Isso não quer dizer que o governo federal tenha obrigação de equilibrar esse balanço com transferências excepcionais, embora seja o único dos entes federados que tenha essa possibilidade. Muito me-

nos se deve apresentar um balanço que não considere essas perdas, induzindo a falsa e absurda conclusão que estados e municípios sejam superavitários.

Não se pode medir o efeito sobre as finanças sem considerar a queda de receitas, principalmente nos casos de capitais e municípios maiores, que têm pesadas perdas na arrecadação própria e são bastante impactados com as despesas. Isso também pode ser verdade para muitos estados.

Vejamos o caso de Salvador. A prefeitura está realizando um intenso programa de enfrentamento com ênfase em ações de saúde, abrangendo até mesmo setores que não são de sua responsabilidade principal. São os casos da instalação de leitos de UTI, mas também na área social, assistindo populações mais vulneráveis.

Na capital baiana, as transferências federais excepcionais, em virtude da Covid 19, alcançaram R\$ 347 milhões. Já as chamadas despesas Covid alcançam R\$ 354 milhões neste mês de agosto. O problema é que as perdas de receitas já chegaram

a R\$ 272 milhões. Disso resulta um déficit de R\$ 205 milhões.

Se projetarmos o que ainda há a receber do governo federal em agosto e setembro e as projeções de gastos com a Covid sem previsão de término, o total das despesas isoladamente, ou seja, sem se computar as perdas de receitas, já será bem superior às receitas. Isso significa que, ao final do período, levando em conta que as perdas de receitas continuarão, o déficit será superior aos R\$ 205 milhões do final de agosto.

Como Salvador tem enfrentado e pretende continuar enfrentando essa situação? Conseguimos economizar R\$ 90 milhões em despesas correntes, com renegociação de contratos de serviço e aluguéis, e cortes em gratificações. Também suspendemos novos projetos de investimento não iniciados, mantendo todos os que estavam em andamento. Ainda lançamos mão de poupanças de oito anos de responsabilidade fiscal, regra de ouro da gestão do Prefeito ACM Neto. A pandemia foi imprevisível, mas encontrou Salvador preparada para enfrentá-la.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 20/08/2020	Página: A2

Turismo calcula as perdas e planeja volta

Desde março, quando a pandemia chegou ao Brasil, os proprietários de empresas relacionadas ao turismo na Bahia lamentam uma perda de R\$ 7,3 bilhões, enquanto preparam a retomada, caso a infecção regrida.

Participaram do negativo cálculo a equipe de servidores da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE): em todo o Brasil os donos de operadoras, agências, hotéis e outros estabelecimentos registram perda de R\$ 153 bilhões.

O Brasil tem operado com 14% de sua capacidade de receita, tomando como base o período entre março e o mês de julho, mas, apesar dos esforços do setor para tentar reduzir o impacto das perdas, as projeções são incertas.

Entre as medidas protetivas visando reduzir o ritmo de expansão da doença, a circulação e aglomeração de pessoas tornam o turismo impraticável, impossibilitando a marcação de viagens.

Pernambuco, com perda de R\$ 4,4 bilhões, e Ceará, R\$ 3,3 bilhões, também estão relacionados como os estados mais impactados no Nordeste. No Brasil, São Paulo, com R\$ 55 bilhões, e Rio, com metade deste valor, lideram a fila dos empresários queixosos.

Embora junho tenha sido um mês auspicioso, com o crescimento de 19% em todo o país, mesmo considerando o cancelamen-

to das festas de São João no Nordeste, o declínio da atividade alcança os 59%, no geral do país, tendo como base o percentual do ano anterior.

A situação é inusitada a ponto de municípios turísticos terem montado barreiras à entrada das sedes, em uma inversão total da estratégia de atração de pessoas para os passeios.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 20/08/2020	Página: A7

Armando Avena



**ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS**

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupotarde.com.br

Já vimos esse filme

O que será do Brasil? A pergunta me veio após uma conversa com um trabalhador informal sobre sua situação na pandemia. A resposta foi imediata: estou melhor do que antes. E a explicação: "Continuo fazendo meus bicos e agora recebo R\$ 600 por mês". É perfeita a lógica do trabalhador, e os indicadores mostram que a desigualdade social no Brasil se reduziu na pandemia, o que é bom para o país, mas esse estado de coisas não é sustentável, por um motivo simples: a redução das desigualdades não está se dando através da transferência de renda dos mais ricos para os mais pobres — está se dando por aumento nos gastos do governo.

O que será deste país que age como se não houvesse futuro? A pergunta me veio ao perceber que a proposta liberalizante e privatista do governo Bolsonaro desapareceu completamente, que

Paulo Guedes já se tornou passado e que o presidente está preocupado unicamente em manter o auxílio emergencial até o final do ano e fazer a transição para o novo programa de renda mínima, o Renda Brasil, uma ampliação do Bolsa Família, que pretende ampliar o benefício dos atuais R\$ 190 para R\$ 300, já em janeiro de 2021.

Os movimentos são bons para o Brasil no primeiro momento, afinal o trabalhador terá mais recursos para con-

sumir, e isso vai ampliar o consumo e vai dinamizar a economia. Mas sinto dizer ao leitor: já vimos esse filme e ele não tem final feliz! Tudo indica que mais uma vez a ampliação do programa de renda mínima vai ser custeado com o aumento de gastos do governo e, para isso, será necessário furar o teto de gastos e ampliar a dívida pública, que atingiu em junho 85,5% do PIB e pode fechar 2020 em 100% do PIB. Será necessário aumentar os impostos para fa-

zer frente às novas despesas, e isso se dará em cascata, além do que estados de municípios, ao verem a torneira de recursos federais ser fechada, vão aumentar taxas e impostos.

O fim do filme é conhecido: um voo de galinha que faz a economia crescer baseada no consumo, para logo depois se deparar com a inflação em alta, os juros voltando às alturas, as contas públicas descontroladas, a produtividade despencado e "tudo será como d'antes no quartel de Abrantes". E vale lembrar: o problema não é o programa de Renda Mínima, que no mundo inteiro faz de forma clara, tirando de uns e dando a outros, o problema é achar que o Estado é uma instituição etérea capaz de criar dinheiro do nada. Em resumo: se não houver definição clara da origem de recursos, o renda mínima e o pró-Brasil serão o embrião de uma nova aventura populista.

A redução das desigualdades não está se dando através da transferência de renda

A proposta liberalizante e privatista do governo Bolsonaro desapareceu

Bahia: obras de infraestrutura

A Bahia está montando um sistema de infraestrutura pesada para escoamento da sua produção. O eixo principal é a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), cujo trecho entre Ilhéus e Caetitê terá edital de concessão publicado até o fim do ano e leilão marcado para o primeiro trimestre de 2021. O Porto Sul, cujo início das obras já foi anunciado pela

Bamin Mineração, integra esse eixo. E há a concessão dos terminais portuários no Porto Aratu-Candeias e a expansão, já concretizada, do Terminal de Contêineres do Porto de Salvador, que terá um pier de 800 metros. Além disso, surgem o terminal portuário do Estaleiro Enseada e o Terminal de Madre Deus, que será privatizado com a RLAM.

Construção civil na Bahia

O setor imobiliário na Bahia foi o menos afetado pela pandemia, já que nunca o setor registrou taxa de juros tão baixas, o que vem estimulando a compra de imóveis. Por outro lado, com a taxa Selic em 2%, o investidor que não tem mais como aplicar em renda fixa e não quer se arriscar na Bolsa de Valores terminou aquecendo o mercado de imóveis. Só em

Salvador, estão previstos para setembro 12 novos lançamentos imobiliários na Barra, Vitória, Stella Maris e Pituba, segundo informa a Ademi; e o Horto Florestal tem atualmente seis empreendimentos sendo construídos. Aliás, é hora de a Ademi voltar a publicar a pesquisa trimestral que permitia o acompanhamento de vendas e lançamentos.

COVID-19 Portaria que estende o prazo foi publicada ontem no Diário Oficial

AUXÍLIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS É PRORROGADO

MARJORIE MOURA

Portaria estabelecendo a nova data de encerramento para formalização de operações crédito no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) foi publicada ontem, no Diário Oficial da União, prorrogando o prazo por mais três meses. O governo alegou que "ainda há demanda de crédito por parte das microempresas e empresas de pequeno porte para manutenção de suas atividades econômicas".

A portaria considera ainda a autorização concedida pelo Congresso Nacional, por meio da aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 28 de 2020, em fase de sanção, para que a União efetive aporte adicional de R\$ 12 bilhões no Fundo de Garantia de Operações (FGO) destinadas à concessão de garantias

Caso a empresa tenha menos de um ano, o limite do empréstimo será de até 50%

no âmbito do Pronampe.

Sancionada em maio, a Lei nº 13.999/2020, que criou o Pronampe, abriu inicialmente crédito especial no valor de R\$ 15,9 bilhões. O objetivo do programa é garantir recursos para os pequenos negócios e manter empregos durante a pandemia do novo coronavírus no país. O texto aprovado no fim de abril pelo Congresso permite que micro e pequenos empresários solicitem empréstimos de valor correspon-



Gerente do Sebrae vê prorrogação como um estímulo maior aos empreendedores

dente a até 30% de sua receita bruta no ano de 2019.

Caso a empresa tenha menos de um ano de funcionamento, o limite do empréstimo será de até 50% do seu capital social ou até 30% da média de faturamento mensal apurado desde o início das atividades, o que for mais vantajoso.

Sebrae

Vitor Lopes, gerente de captação de recursos do Sebrae-BA, destaca a impor-

tância do Pronampe, um projeto oriundo do Congresso Nacional e sancionado pelo governo, que permitiu o acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas durante a pandemia. Ele destacou ainda que a prorrogação do programa cuja adesão seria encerrada ontem é um estímulo maior aos empreendedores que não conseguiram liberação de financiamento pelo sistema bancário, por temor do risco de inadimplência.

Mas Vitor alerta que os empreendedores devem se organizar e planejar como usar e como pagar esses valores. É que, embora o financiamento seja escalonado em 36 meses, as prestações deverão começar a ser pagas após oito meses, com o fim do prazo da carência. E esse pagamento deverá começar a ser feito no primeiro semestre de 2021, quando o processo de retomada econômica deverá estar na fase inicial, destacou.

PROJETO Proposta pelo Executivo estadual, a nova companhia será vinculada à Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) e terá sede na cidade de Simões Filho

Criação da Bahiainsulina será votada na próxima terça

RODRIGO AGUIAR

Apesar de convocar uma sessão extraordinária virtual para hoje, a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) votará apenas na próxima terça-feira dois projetos do governo: a criação da estatal Bahiainsulina e uma mudança em um fundo de áreas industriais, criado em 2015.

Líder da oposição na Assembleia, o deputado Sandro Régis (DEM) afirmou que o grupo ainda não debateu como votará em relação às proposições. A pauta só deverá ser discutida um dia antes da votação.

Em um ano eleitoral, muitos deputados estaduais já intensificaram a movimentação pelo interior para auxiliar aliados que disputarão o pleito.

Proposta pelo Executivo estadual, a Companhia Bani-insulina (Bahiainsulina) será vinculada à Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) e terá sede em Simões Filho, conforme o projeto, enviado em meados de julho à Assembleia.

O secretário de Saúde, Fábio Vilas-Boas, diz que a companhia seria a primeira do país a produzir insulina, o que eliminaria a necessidade de importação. O projeto teria um custo de R\$ 200 milhões, subsidiados por uma empresa privada, por meio de licitação.

"Será um benefício para todo país. O Brasil não tem uma fábrica de insulina. Na verdade, não existe no hemisfério sul uma fábrica de insulina. Toda ela é importada da Europa e dos Estados



Fábio Vilas-Boas afirma que empresa seria a 1ª do país a produzir insulina

Assembleia Legislativa deve avaliar no mesmo dia uma mudança em um fundo de áreas industriais, criado em 2015

Unidos. Já temos a insulina mais barata do mundo e vamos poder garantir que isso continue e permita ampliar o acesso para os pacientes diabéticos de todo Brasil", afirma Vilas-Boas.

Parceria

Ainda segundo a Sesab, o projeto é elaborado há três anos em parceria com a empresa ucraniana Indar.

A outra proposta na pauta da Alba altera uma lei de 2015, ao criar novo Fundo Estadual de Desenvolvi-

mento das Áreas Industriais, Comerciais e de Serviços - Funesab, para "prover recursos financeiros voltados às ações de administração das áreas destinadas à instalação de empreendimentos industriais, comerciais ou de serviços".

O antigo fundo financiava ações de administração das áreas industriais da antiga Superintendência do Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic) e do Centro Industrial do Subaé (CIS), extintos pelo governo Rui.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 20/08/2020	Página: A2

Turismo calcula as perdas e planeja volta

Desde março, quando a pandemia chegou ao Brasil, os proprietários de empresas relacionadas ao turismo na Bahia lamentam uma perda de R\$ 7,3 bilhões, enquanto preparam a retomada, caso a infecção regreda.

Participaram do negativo cálculo a equipe de servidores da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE): em todo o Brasil os donos de operadoras, agências, hotéis e outros estabelecimentos registram perda de R\$ 153 bilhões.

O Brasil tem operado com 14% de sua capacidade de receita, tomando como base o período entre março e o mês de julho, mas, apesar dos esforços do setor para tentar reduzir o impacto das perdas, as projeções são incertas.

Entre as medidas protetivas visando reduzir o ritmo de expansão da doença, a circulação e aglomeração de pessoas tornam o turismo impraticável, impossibilitando a marcação de viagens.

Pernambuco, com perda de R\$ 4,4 bilhões, e Ceará, R\$ 3,3 bilhões, também estão relacionados como os estados mais impactados no Nordeste. No Brasil, São Paulo, com R\$ 55 bilhões, e Rio, com metade deste valor, lideram a fila dos empresários queixosos.

Embora junho tenha sido um mês auspicioso, com o crescimento de 19% em todo o país, mesmo considerando o cancelamen-

to das festas de São João no Nordeste, o declínio da atividade alcança os 59%, no geral do país, tendo como base o percentual do ano anterior.

A situação é inusitada a ponto de municípios turísticos terem montado barreiras à entrada das sedes, em uma inversão total da estratégia de atração de pessoas para os passeios.

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 20/08/2020	Página: A7

Armando Avena



**ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS**

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupotarde.com.br

Já vimos esse filme

O que será do Brasil? A pergunta me veio após uma conversa com um trabalhador informal sobre sua situação na pandemia. A resposta foi imediata: estou melhor do que antes. E a explicação: "Continuo fazendo meus bicos e agora recebo R\$ 600 por mês". É perfeita a lógica do trabalhador, e os indicadores mostram que a desigualdade social no Brasil se reduziu na pandemia, o que é bom para o país, mas esse estado de coisas não é sustentável, por um motivo simples: a redução das desigualdades não está se dando através da transferência de renda dos mais ricos para os mais pobres — está se dando por aumento nos gastos do governo.

O que será deste país que age como se não houvesse futuro? A pergunta me veio ao perceber que a proposta liberalizante e privatista do governo Bolsonaro desapareceu completamente, que

Paulo Guedes já se tornou passado e que o presidente está preocupado unicamente em manter o auxílio emergencial até o final do ano e fazer a transição para o novo programa de renda mínima, o Renda Brasil, uma ampliação do Bolsa Família, que pretende ampliar o benefício dos atuais R\$ 190 para R\$ 300, já em janeiro de 2021.

Os movimentos são bons para o Brasil no primeiro momento, afinal o trabalhador terá mais recursos para con-

sumir, e isso vai ampliar o consumo e vai dinamizar a economia. Mas sinto dizer ao leitor: já vimos esse filme e ele não tem final feliz! Tudo indica que mais uma vez a ampliação do programa de renda mínima vai ser custeado com o aumento de gastos do governo e, para isso, será necessário furar o teto de gastos e ampliar a dívida pública, que atingiu em junho 85,5% do PIB e pode fechar 2020 em 100% do PIB. Será necessário aumentar os impostos para fa-

zer frente às novas despesas, e isso se dará em cascata, além do que estados de municípios, ao verem a torneira de recursos federais ser fechada, vão aumentar taxas e impostos.

O fim do filme é conhecido: um voo de galinha que faz a economia crescer baseada no consumo, para logo depois se deparar com a inflação em alta, os juros voltando às alturas, as contas públicas descontroladas, a produtividade despencado e "tudo será como d'antes no quartel de Abrantes". E vale lembrar: o problema não é o programa de Renda Mínima, que no mundo inteiro faz de forma clara, tirando de uns e dando a outros, o problema é achar que o Estado é uma instituição etérea capaz de criar dinheiro do nada. Em resumo: se não houver definição clara da origem de recursos, o renda mínima e o pró-Brasil serão o embrião de uma nova aventura populista.

A redução das desigualdades não está se dando através da transferência de renda

A proposta liberalizante e privatista do governo Bolsonaro desapareceu

Bahia: obras de infraestrutura

A Bahia está montando um sistema de infraestrutura pesada para escoamento da sua produção. O eixo principal é a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), cujo trecho entre Ilhéus e Caetitê terá edital de concessão publicado até o fim do ano e leilão marcado para o primeiro trimestre de 2021. O Porto Sul, cujo início das obras já foi anunciado pela

Bamin Mineração, integra esse eixo. E há a concessão dos terminais portuários no Porto Aratu-Candeias e a expansão, já concretizada, do Terminal de Contêineres do Porto de Salvador, que terá um pier de 800 metros. Além disso, surgem o terminal portuário do Estaleiro Enseada e o Terminal de Madre Deus, que será privatizado com a RLAM.

Construção civil na Bahia

O setor imobiliário na Bahia foi o menos afetado pela pandemia, já que nunca o setor registrou taxa de juros tão baixas, o que vem estimulando a compra de imóveis. Por outro lado, com a taxa Selic em 2%, o investidor que não tem mais como aplicar em renda fixa e não quer se arriscar na Bolsa de Valores terminou aquecendo o mercado de imóveis. Só em

Salvador, estão previstos para setembro 12 novos lançamentos imobiliários na Barra, Vitória, Stella Maris e Pituba, segundo informa a Ademi; e o Horto Florestal tem atualmente seis empreendimentos sendo construídos. Aliás, é hora de a Ademi voltar a publicar a pesquisa trimestral que permitia o acompanhamento de vendas e lançamentos.

COVID-19 Portaria que estende o prazo foi publicada ontem no Diário Oficial

AUXÍLIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS É PRORROGADO

MARJORIE MOURA

Portaria estabelecendo a nova data de encerramento para formalização de operações crédito no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) foi publicada ontem, no Diário Oficial da União, prorrogando o prazo por mais três meses. O governo alegou que "ainda há demanda de crédito por parte das microempresas e empresas de pequeno porte para manutenção de suas atividades econômicas".

A portaria considera ainda a autorização concedida pelo Congresso Nacional, por meio da aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 28 de 2020, em fase de sanção, para que a União efetive aporte adicional de R\$ 12 bilhões no Fundo de Garantia de Operações (FGO) destinadas à concessão de garantias

Caso a empresa tenha menos de um ano, o limite do empréstimo será de até 50%

no âmbito do Pronampe.

Sancionada em maio, a Lei nº 13.999/2020, que criou o Pronampe, abriu inicialmente crédito especial no valor de R\$ 15,9 bilhões. O objetivo do programa é garantir recursos para os pequenos negócios e manter empregos durante a pandemia do novo coronavírus no país. O texto aprovado no fim de abril pelo Congresso permite que micro e pequenos empresários solicitem empréstimos de valor correspon-



Gerente do Sebrae vê prorrogação como um estímulo maior aos empreendedores

dente a até 30% de sua receita bruta no ano de 2019.

Caso a empresa tenha menos de um ano de funcionamento, o limite do empréstimo será de até 50% do seu capital social ou até 30% da média de faturamento mensal apurado desde o início das atividades, o que for mais vantajoso.

Sebrae

Vitor Lopes, gerente de captação de recursos do Sebrae-BA, destaca a impor-

tância do Pronampe, um projeto oriundo do Congresso Nacional e sancionado pelo governo, que permitiu o acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas durante a pandemia. Ele destacou ainda que a prorrogação do programa cuja adesão seria encerrada ontem é um estímulo maior aos empreendedores que não conseguiram liberação de financiamento pelo sistema bancário, por temor do risco de inadimplência.

Mas Vitor alerta que os empreendedores devem se organizar e planejar como usar e como pagar esses valores. É que, embora o financiamento seja escalonado em 36 meses, as prestações deverão começar a ser pagas após oito meses, com o fim do prazo da carência. E esse pagamento deverá começar a ser feito no primeiro semestre de 2021, quando o processo de retomada econômica deverá estar na fase inicial, destacou.

PROJETO Proposta pelo Executivo estadual, a nova companhia será vinculada à Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) e terá sede na cidade de Simões Filho

Criação da Bahiainsulina será votada na próxima terça

RODRIGO AGUIAR

Apesar de convocar uma sessão extraordinária virtual para hoje, a Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) votará apenas na próxima terça-feira dois projetos do governo: a criação da estatal Bahiainsulina e uma mudança em um fundo de áreas industriais, criado em 2015.

Líder da oposição na Assembleia, o deputado Sandro Régis (DEM) afirmou que o grupo ainda não debateu como votará em relação às proposições. A pauta só deverá ser discutida um dia antes da votação.

Em um ano eleitoral, muitos deputados estaduais já intensificaram a movimentação pelo interior para auxiliar aliados que disputarão o pleito.

Proposta pelo Executivo estadual, a Companhia Bani-insulina (Bahiainsulina) será vinculada à Secretaria de Saúde do Estado (Sesab) e terá sede em Simões Filho, conforme o projeto, enviado em meados de julho à Assembleia.

O secretário de Saúde, Fábio Vilas-Boas, diz que a companhia seria a primeira do país a produzir insulina, o que eliminaria a necessidade de importação. O projeto teria um custo de R\$ 200 milhões, subsidiados por uma empresa privada, por meio de licitação.

"Será um benefício para todo país. O Brasil não tem uma fábrica de insulina. Na verdade, não existe no hemisfério sul uma fábrica de insulina. Toda ela é importada da Europa e dos Estados



Fábio Vilas-Boas afirma que empresa seria a 1ª do país a produzir insulina

Assembleia Legislativa deve avaliar no mesmo dia uma mudança em um fundo de áreas industriais, criado em 2015

Unidos. Já temos a insulina mais barata do mundo e vamos poder garantir que isso continue e permita ampliar o acesso para os pacientes diabéticos de todo Brasil", afirma Vilas-Boas.

Parceria

Ainda segundo a Sesab, o projeto é elaborado há três anos em parceria com a empresa ucraniana Indar.

A outra proposta na pauta da Alba altera uma lei de 2015, ao criar novo Fundo Estadual de Desenvolvi-

mento das Áreas Industriais, Comerciais e de Serviços - Funedic, para "prover recursos financeiros voltados às ações de administração das áreas destinadas à instalação de empreendimentos industriais, comerciais ou de serviços".

O antigo fundo financiava ações de administração das áreas industriais da antiga Superintendência do Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic) e do Centro Industrial do Subaé (CIS), extintos pelo governo Rui.

Veículo: Site Correio 24 horas	Caderno:
Data: 20/08/2020	Página:



MP investiga suposta jurista acusada de plágio por ex-alunas

Cátia Regina Raulino é acusada de plágio por alunas e de ter exercido função ilegal como advogada

Marcela Villar*marcela.vilar@redebahia.com.br

20.08.2020, 05:00:00

Atualizado: 20.08.2020, 10:17:05

Ex-professora de faculdade particular, Cátia Regina Raulino é alvo de três processos no MP-BA



Parece o caso do ex-ministro da Educação, Carlos Alberto Decotelli, que fraudou o currículo e quase ocupou o cargo, ou até mesmo o enredo da série norte-americana Suits, em que Mike Ross, sem nunca ter cursado uma faculdade de Direito, foi contratado pelo escritório do renomado advogado Harvey Specter. Essa é mais ou menos a história da suposta jurista Cátia Regina Raulino, 35 anos, que atuava como professora em diversas faculdades particulares de Salvador e chegou a ser coordenadora do curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa (agora Uniruy) sem ter a carteira da OAB, nem doutorado e nem mesmo o mestrado que alega na Plataforma Lattes, na qual pesquisadores de todo o país publicam seus feitos acadêmicos.

Além disso, pelo menos duas de suas alunas a acusam de plágio intelectual. Segundo Lorena Falcão, 27 anos, e Solimar Musse, 39 anos, Cátia teria usado os trabalhos de conclusão de curso após orientá-las sobre o assunto e publicado com o seu nome, sem qualquer menção às estudantes.

O TCC de Lorena foi publicado no livro da universidade, no qual Cátia se colocava não como orientadora, e sim como co-autora, e também em um livro do Caed (Conselho Internacional de Altos Estudos em Direito). Ou seja, Lorena teria sido plagiada duas vezes. Ela entrou com um processo ao Ministério Público da Bahia na última sexta-feira (14).

“Em julho, vi que meu texto tinha sido publicado com o nome de Cátia e não tinha menção ao meu nome. Todas as palavras estavam iguais. Comecei a investigar e descobri que no livro de melhores TCCs da faculdade, ela tinha sido

incluída como co-autora sem minha autorização. Nunca autorizei nem dividi nada com Cátia”, conta Lorena, formada em 2017 em bacharel em direito pela Uniruy, onde foi orientada por Cátia.

Na instituição, Lorena afirma que ela ministrava as aulas de direito tributário e empresarial, além de coordenar o curso de Direito. Fora das salas, ela era uma amiga da aluna. “Além dela ser próxima a mim, a gente sempre teve afinidade uma com a outra”, conta Lorena. Convidada para sua formatura, Cátia teria inclusive elogiado o TCC de Lorena à mãe dela. “Ela falou para minha mãe que meu TCC era uma das coisas mais preciosas, que estava muito bem escrito”, narra Lorena.

Quando descobriu a fraude, Lorena comunicou o caso ao Caed, que tirou imediatamente o livro de circulação, tanto no formato online quanto nas lojas físicas. Por meio de nota, o Caed informou que a professora deixou em branco o campo de co-autor e fez inclusive uma apresentação sobre o trabalho em um dos eventos promovidos pelo Centro.

Já no caso de Solimar, a professora teria publicado um artigo igual à pesquisa da aluna, depois de adicionar um capítulo e fazer mínimas modificações de siglas, na revista de Desenvolvimento Socioeconômico da Unesc (Universidade do Extremo Sul Catarinense).

“Eu tomei um susto muito grande porque era o meu TCC que estava ali. Eu fiquei chocada, tremia, chorava. Ela fez algumas mudanças, adicionou um tema a mais e mudou 20% das palavras. Mas 80% era todo meu, inclusive as referências bibliográficas”, conta a advogada Solimar ao ver a publicação sem seu nome. Ela se formou em 2018 na Uniruy, foi orientada por Cátia e diz nunca ter autorizado a publicação de nenhuma obra.

Assim como era com Lorena, a relação com a professora era de amizade, além das salas de aulas. “A gente conversava muitas coisas particulares. Ela era uma pessoa cativante, eu a admirava como pessoa e como profissional. Ela dizia que veio também de classe pobre e conseguiu vencer na vida”, narra Solimar.

Depois da repercussão na mídia, Cátia entrou em contato com Solimar nesta semana. “Ela disse ‘você sempre teve abertura comigo, não entendi por que você fez isso, você pode me mandar o artigo pra eu ver qual é o problema? Mas ela não é louca, ela é dissimulada, sabe o que fez” conta Solimar, que a bloqueou nas redes sociais e nem a respondeu.

Solimar ainda diz que Cátia teria prejudicado professores da Ruy Barbosa. “Quando ela se sentia ameaçada, ela tava um jeito de demitir professores de empresarial e tributário. Um deles me disse que na primeira conversa viu que ela não sabia nada da área dela” comenta Solimar. Após compartilhar a situação de plágio nas redes sociais, pelo menos mais 7 estudantes relataram a Lorena e a Solimar que tinham passado por situação semelhante com Cátia.

Por meio de nota, o MP-BA informou que pelo menos três processos contra Cátia tramitam na Justiça. Dois se referem a denúncias de suposta prática de exercício ilegal da advocacia, que foram encaminhadas ao Departamento de Polícia

Metropolitana (Depom), no último dia 26 de junho, e solicitou instauração de inquérito policial para apurar o caso. O outro se refere a suposto crime de plágio, encaminhado por Lorena, no último dia 14 de agosto.

Procurada, Cátia não quis comentar nenhuma das acusações. “Hoje (ontem) passei o dia reunindo documentação, amanhã (hoje) me reunirei com meu advogado e aí me manifestarei. São apenas alguns cuidados diante de tanta repercussão”, disse a ex-professora.

Fora das redes sociais

Dona de um extenso currículo - que faz menção a pelo menos oito faculdades baianas, ao Tribunal de Justiça da Bahia e até à Unesco - Cátia Raulino era muito ativa nas redes sociais e tinha mais de 180 mil seguidores no Instagram, por onde fazia lives com outros professores e profissionais da área. Após a repercussão do caso, ela deletou o perfil do Instagram e do Facebook.

O CORREIO procurou as instituições onde Cátia diz ter se formado e nenhuma encontrou os diplomas no banco de dados. A Uniruy, a Unifacs, a Maurício de Nassau, a Ucsal, o Cejas e a Unijorge declararam que Cátia não faz mais parte do corpo técnico das instituições.

Em nota, a Uniruy disse que "a instituição esclarece que a profissional não integra o quadro de colaboradores da IES e que, na contratação de trabalhadores, é solicitada a documentação legalmente exigida, nos termos da lei trabalhista".

A Ufba, onde Cátia diz ter feito doutorado em administração em 2018, disse que não consta no sistema acadêmico qualquer menção ao seu nome. Já a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde ela teria feito mestrado em 2010, também não encontrou o nome de Cátia no registro dos cursos de pós-graduação ou no registro de diplomas.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde a jurista diz ter se graduado em Direito, não respondeu à reportagem até o fechamento desta matéria. A OAB-BA afirma que ela nunca teve a carteira emitida.

Processo

O professor de direito autoral da Ufba e presidente da Comissão de Direito Intelectual da OAB-BA, Rodrigo Moraes, esclarece que, se a acusação de plágio for verdadeira, Cátia pode responder processos na área cível e penal, sujeito a multa por indenização ou detenção de 3 meses a um ano. “O plagiador viola um dos direitos morais, o direito autoral. É uma desonestidade intelectual, um ilícito civil que gera danos morais e patrimoniais”, explica o professor.

De acordo com Moraes, como a lei não determina o valor da multa nem o que é considerado plágio, cada caso é analisado pelo juiz responsável, com base na gravidade do caso, onde o plágio foi publicado e a repercussão gerada.

Veja abaixo o posicionamento das unidades de ensino e entidades:

Uniruy

“A instituição esclarece que a profissional não integra o quadro de colaboradores da IES e que, na contratação de trabalhadores, é solicitada a documentação legalmente exigida, nos termos da lei trabalhista”.

Unifacs

“Unifacs não comenta dados sobre profissionais que não integram o quadro de colaboradores da instituição”

Ucsal

"Comunicamos que a Sra. Cátia Regina Raulino não possui nenhum vínculo empregatício com a nossa Universidade. Ela apenas ministrou aulas esporádicas, como convidada, em nossos cursos de Pós-Graduação”.

Cejas

A professora Cátia Raulino nunca fez parte do corpo docente efetivo do CEJAS. Ela ministrou poucas aulas, na condição de professora convidada, em apenas dois dos inúmeros cursos ministrados aqui no CEJAS, e estamos igualmente surpresos com as informações que chegam através da imprensa. Sabemos que os fatos a ela imputados estão sendo investigados pelo Ministério Público, e por se tratar de pessoa que não faz parte de nossos quadros, não dispomos de mais informações sobre o caso. Estamos acompanhando, pela imprensa, as investigações conduzidas pelas competentíssimas autoridades responsáveis.

Unijorge

A Unijorge esclarece que a Sra. Cátia Regina Raulino nunca fez parte do seu quadro de docentes, em regime CLT. Informa que o único vínculo foi como prestadora serviço em 2014.

Maurício de Nassau

Cátia não é nossa professora, como confirmado com o Departamento pessoal das nossas três unidades em Salvador.

UFBA

“Não consta no sistema acadêmico da Superintendência Acadêmica da UFBA qualquer menção à Sra. CÁTIA REGINA RAULINO. Logo, ela não realizou doutoramento, mestrado ou mesmo graduação nesta Universidade”.

UFSC

"O Departamento de Administração Escolar da da Universidade Federal de Santa Catarina (DAE/UFSC) verificou os registros de alunos de graduação e pós-graduação e não localizou o nome de Cátia Regina Raulino como tendo registro em curso de graduação ou registro de diploma de pós-graduação na UFSC. Verificamos também nos sistemas de processos da instituição (SPA e Notes) sobre a existência de processo de registro de diploma e não foi encontrado. Temos um registro de Katia Regina Urbano Raulino, grafado com K, e é uma ex-aluna do curso de EaD em Física que desistiu em 2009.1."

CAED

A Sra. Cátia Raulino participou de um dos nossos eventos alegando ser autora do artigo intitulado A ADOÇÃO DA LEI MODELO DA UNCITRAL NOS CASOS DE INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL. No momento da submissão, é dada a possibilidade de inclusão dos dados dos eventuais coautores do trabalho, campos deixados em branco pela Sra. Cátia Raulino. Ao submeter o artigo, ela também precisou aceitar os termos do edital, que prevêem: a) cessão de direitos autorais do artigo e da apresentação ao evento; b) responsabilidade civil e criminal por eventual plágio. Ao receber a denúncia de plágio, retiramos imediatamente o livro de download e venda. Esclarecemos que esse foi o único trabalho submetido pela Sra. Cátia Raulino aos nossos eventos.

Sefaz-BA

A empresa TS Consultoria foi contratada para apoiar na implantação de uma ferramenta que auxilia na área de planejamento. Esta empresa apresentou equipe técnica liderada pelo instrutor principal, Cláudio Boros, cuja assistente era Cátia Raulino, que o auxiliou durante período de 30 dias.

*Sob orientação da subeditora Clarissa Pacheco



Artigo Paulo Sérgio França Cavalcanti

Compliance: um diferencial para as empresas na retomada

As consequências da pandemia do novo coronavírus para a economia têm sido drásticas e atingem democraticamente a todos os setores. Mesmo aqueles que não foram diretamente afetados pela quarentena global, indiretamente, daqui a algum tempo, serão. No Brasil, o cenário tem mais pimenta. Além do enfrentamento à covid-19, estamos vivendo uma crise institucional marcada por escândalos de corrupção e instabilidade política.

É justo nesse contexto que o programa de compliance tem se tornado um forte aliado das organizações públicas e privadas, não só por ser uma ferramenta capaz de combater ilícitos, mas também por ser um poderoso instrumento de resgate de princípios e valores fundamentais ao bom funcionamento da sociedade. Por isso, afirmo sem medo que empresas que o têm consolidado entre suas diretrizes, têm uma vantagem competitiva sobre as demais neste momento de retomada da economia.

Primeiro porque o programa de compliance é uma eficiente ferramenta de gestão,

que possibilita às companhias identificar e tratar possíveis riscos, tornando-as mais familiarizadas com cenários atípicos como este que vivemos. E segundo porque é uma ferramenta adaptável e transversal, que ajuda as empresas a atuarem, por exemplo, no controle das medidas de prevenção contra o coronavírus entre seus funcionários e familiares, na dissemi-

A empresa que não tiver o programa de integridade implantado ficará fora do mercado

nação da consciência do uso de EPIs, na melhoria do clima organizacional, da imagem e da reputação da empresa e, até mesmo, no aumento do faturamento.

“As empresas que têm compliance querem se relacionar com empresas que têm compliance” - essa é uma máxima cada vez mais imperiosa. Ter um programa de integridade implantado tem si-

do exigido por algumas prefeituras Brasil afora como requisito de habilitação para participação em licitações públicas; e também por empresas privadas, porque representa segurança para estabelecer relações comerciais. Como presidente da Carbonor, indústria química no Polo de Camaçari, percebo que termos o programa implantado tem se mostrado uma grande vantagem competitiva, uma vez que demonstra que mantemos legalidade e moralidade em nossas ações.

Deixo meu conselho aos demais empresários: em pouco tempo, a empresa que não tiver o programa de integridade implantado ficará fora do mercado. A necessidade de resgatar valores e princípios nunca esteve tão relacionada com a sobrevivência da própria empresa. Portanto, precisamos compreender o futuro que se apresenta: em que não haverá lucros sem que haja integridade e reputação.

PAULO SÉRGIO FRANÇA CAVALCANTI É ADMINISTRADOR, PRESIDENTE DA CARBONOR E INTEGRANTE DO CONSELHO DIRETOR DA ABIQUIM (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA QUÍMICA).

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 20/08/2020	Página:

Correio*

Turismo na Bahia tem perda de R\$ 7 bilhões com pandemia

CÁLCULOS DA FECOMÉRCIO

Nos últimos cinco meses, o turismo da Bahia acumulou uma perda de R\$ 7,35 bilhões. Os cálculos foram feitos pela Fecomércio, considerando as perdas desde março, quando começaram as restrições por conta da pandemia do coronavírus.

Segundo a Fecomércio, dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e

da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE foram usados como base do cálculo do prejuízo. Em todo o Brasil, o setor já registrou uma perda de R\$ 153,84 bilhões e tem operado com 14% da sua capacidade de receita desde março até o mês de julho.

O estado da Bahia lidera o volume de perdas no Nordeste, seguido de Pernambuco (R\$ 4,4 bilhões) e do Ceará (R\$ 3,36 bilhões). Os

estados do Rio de Janeiro (R\$ 22,20 bilhões) e São Paulo (R\$ 55,31 bilhões), principais focos da covid-19 no Brasil, concentram mais da metade (50,4%) do prejuízo nacional registrado. Ainda segundo a Fecomércio, essas perdas se refletem, por exemplo, nas quedas dos fluxos de passageiros nos principais aeroportos desses estados.

Embora a atividade turística tenha crescido 19,7% em junho, quando comparada aos demais setores da economia, ela é a que se encontra mais distante do nível verificado em janeiro e fevereiro.

Correio***24h**

8

S

ECONOMIA

Governo avalia reduzir beneficiários de auxílio

EMERGENCIAL A renovação do auxílio emergencial para a população de baixa renda poderá ter um impacto adicional de até R\$ 100 bilhões. Uma das opções que entrou na mesa é reduzir o público-alvo do auxílio nas próximas parcelas até chegar ao número de beneficiários previstos para o novo Renda Brasil, o futuro programa social do governo que vai substituir o Bolsa Família.

O presidente Jair Bolsonaro tem ouvido lideranças políticas e quer bater o martelo sobre os valores e anunciar até terça-feira da semana que vem a prorrogação do auxílio. Os estudos estão sendo feitos pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que terá até segunda-feira para apresentar os cál-

●● Não é dinheiro do povo porque não está guardado, é endividamento. E se o país se endivida demais, acaba perdendo sua credibilidade **Jair Bolsonaro**

Presidente, sobre o auxílio emergencial

culos das propostas em discussão para que Bolsonaro defina as parcelas.

De acordo com uma fonte que acompanha as negociações, há três propostas em discussão. Uma alternativa seria a edição de um decreto e uma medida provisória (MP) para oferecer mais uma parcela de R\$ 600 (setembro) e duas de R\$ 300 (outubro e novembro). Outra, é a edição de uma MP com mais quatro parcelas de R\$ 300 (setembro a dezembro). E a terceira via seria reduzir o público-alvo do auxílio emergencial ao longo das próximas parcelas até chegar ao número previstos para o Renda Brasil.

Atualmente, o Bolsa Família atende 14 milhões de famílias. A ideia é que o Renda Brasil contemple cerca de 21 milhões de famílias. Hoje, mais de 66 milhões de pes-

soas recebem o auxílio emergencial de R\$ 600, criado como ajuda extra a desempregados, informais e beneficiários do Bolsa Família para fazer frente à pandemia.

O governo já destinou R\$ 254,4 bilhões para o pagamento do auxílio emergencial, num total de cinco parcelas (de abril a agosto). A despesa mensal do auxílio está em R\$ 51,5 bilhões, e todos os gastos do governo para combater a pandemia e seus efeitos estão sendo bancados com o aumento do endividamento do País.

Ontem, Bolsonaro afirmou que o governo busca um 'meio-termo' entre os R\$ 600 pagos atualmente e os R\$ 200 defendidos nas últimas semanas. "Os R\$ 600 pesam muito para a União. Não é dinheiro do povo porque não está guardado, é endividamento", afirmou

Programa de corte de salário pode ser prorrogado

DOIS MESES O governo deve ampliar por mais 60 dias os prazos para que empresas e empregados firmem contratos para redução proporcional de jornada e de salário e também para suspensão temporária do contrato de trabalho, como forma de fazer frente ao impacto econômico gerado pela pandemia da covid-19.

Se confirmada a prorrogação, os trabalhadores brasileiros poderão chegar a seis meses de salário e jornada reduzidos ou de suspensão do contrato de trabalho.

O presidente Jair Bolsonaro deve editar um novo decreto para permitir a nova prorrogação. Em julho passado, o presidente já tinha

estendido por mais um mês a possibilidade de redução de salário e jornada e por mais dois meses a suspensão dos contratos de trabalho.

De acordo com dados do Ministério da Economia, 9,6 milhões de trabalhadores formais já tiveram os salários reduzidos ou contratos suspensos desde abril.

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Três pequenos gasodutos mudariam totalmente a oferta de gás no país, se fossem construídos. Na conta dos grandes consumidores dessa energia, a nova lei permitirá essas obras e o estímulo à importação de gás natural liquefeito (GNL). Com isso, a oferta no país crescerá até 60%, derrubando os preços. As distribuidoras têm uma visão mais cautelosa. Alegam que a lei tem avanços, mas o cenário mudou com a pandemia. O relator da proposta na Câmara, deputado Laércio Oliveira (PP-SE), defende seu texto, que seria, em sua opinião, resultado de meses de debates, e admite que novos aprimoramentos podem ser feitos depois da aprovação do projeto de lei (PL).

Olhar todos os lados em qualquer tema ligado à energia demanda paciência. O ministro Paulo Guedes havia dito há mais de um ano que tudo seria fácil, mas as complicações sempre aparecem. Agora, contudo, há muita gente animada. Neste novo marco do gás, que vai substituir o de 2009, as apostas são mais favoráveis. O PL, por exemplo, recebeu o apoio de mais de 60 associações ligadas ao setor industrial, que é o grande consumidor desse tipo de energia.

— No curto prazo, a nova lei fa-

cilita a importação de gás liquefeito (GNL), que está com preços baixos internacionalmente, e três pequenos gasodutos podem aumentar bastante a oferta. Isso deve ajudar a diminuir os preços. Mas a grande diferença acontecerá quando o pré-sal aumentar a produção, daqui a quatro ou cinco anos, e esse PL prepara o país para esse momento — explica Adrianno Lorenzon, gerente de gás natural da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace).

Um dos principais pontos do PL é a mudança do regime de concessão para o de autorização. No modelo atual, a agência reguladora elabora o projeto, faz uma licitação e abre para consulta pública. Os especialistas afirmam que nos últimos 13 anos nenhum gasoduto foi construí-

do, por causa do excesso de burocracia. Agora, partirá da empresa privada provocar a agência reguladora, que irá fazer a análise para autorizar ou não as obras. Outra mudança apontada como importante é a obrigação de as companhias — entenda-se Petrobras — compartilharem toda a sua infraestrutura com outras empresas, em caso de subutilização. A ideia, explica o relator do projeto, Laércio Oliveira, é que haja competição em todos os elos da cadeia.

— A agência reguladora terá mais poderes para atuar na sua área de competência. Hoje, a Petrobras vende o gás por um preço fechado. Esse valor compreende parcelas como o custo do gás natural na cabeça do poço, o custo de fazer o escoamento até a costa e o custo de tratamento.

O objetivo é que cada etapa desse processo tenha seu preço aberto e haja competição entre os agentes de cada elo da cadeia — disse.

O Brasil hoje consome 80 milhões de m³ de gás por dia, e pelas contas da Abrace mais 50 milhões podem entrar no sistema por aqueles três pequenos trechos: a construção da Rota 3, que vai interligar o pré-sal e a Bacia de Campos ao Comperj, um gasoduto no Porto do Açú, no Rio, e outro no Terminal de Sergipe. Isso poderia ser feito até o final do ano que vem.

— Em Sergipe, o gás chega de navio e fica armazenado em um terminal de gás liquefeito. Apenas um terço desse gás é consumido pela termelétrica de Porto de Sergipe. A ideia é construir um pequeno gasoduto que

conecte esse terminal à malha, e com isso o gás excedente possa chegar rapidamente às regiões Sul e Sudeste do país — explica Adrianno Lorenzon.

Há visões divergentes. Na opinião da Abegás e do consultor Adriano Pires, do CBIE, o projeto de lei avança pouco e foi elaborado antes da pandemia, quando o setor de óleo e gás vivia outro momento. Pires argumenta que os investimentos só vão deslanchar se houver garantia de aumento da demanda. Por isso, defende que o PL estabeleça que as termelétricas a gás entrem na base do sistema elétrico, ou seja, que garantam um consumo fixo do produto. O deputado Laércio discorda. Acha que isso é papel da agência reguladora e não deve ser objeto desse projeto de lei.

Há um ano, o setor comemorava um Termo de Compromisso de Cessação (TCC) estabelecido entre o Cade e a Petrobras. Na época, se dizia que era o início do fim do monopólio da empresa. De lá para cá, pouca coisa andou, e a petrolífera foi notificada no final de julho por um possível descumprimento de regras. Agora, as esperanças se voltam a este novo PL do gás.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Prazo de crédito para pequenos negócios é prorrogado

PRONAMPE O governo federal prorrogou por três meses o prazo para que as instituições financeiras formalizem operações de crédito no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), criado por lei em maio para atender o setor durante a pandemia do novo coronavírus. O período inicial para formalização de operações de crédito do Pronampe se encerraria hoje.

O Pronampe é até o momento o único programa de crédito do governo que foi bem-sucedido na crise. Os R\$ 18,7 bilhões disponibilizados em um primeiro momento do programa se esgotaram rapidamente, sendo efetivamente emprestados a pequenas empresas em dificuldades. Nas demais linhas lançadas durante a pandemia do novo coronavírus, os percentuais não superam os 30% e os montantes envolvidos são bem menores.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 20/08/2020	Página:

Correio*

Lucro do BC pode reduzir em quase 10% dívida pública

TESOURO O resultado do lucro do Banco Central no caixa do Tesouro Nacional tem potencial para reduzir em quase 10% a dívida pública interna brasileira, que já alcança R\$ 4,151 trilhões. A equipe econômica está de olho em uma parcela de R\$ 400 bilhões do resultado po-

sitivo do primeiro semestre, que somou R\$ 521,1 bilhões. O repasse depende de aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão formado por representantes do Ministério da Economia e do Banco Central.

Na terça-feira, o secretário do Tesouro Nacional, Bruno

Funchal, afirmou que o governo observa uma "severa restrição de liquidez" por causa da pandemia. A possibilidade de repasse ao Tesouro deve ser avaliada já no próximo encontro do CMN, dia 27. Basta o consenso dos integrantes para que a transferência seja confirmada.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 20/08/2020	Página:

Correio*

Ministro Paulo Guedes critica e vê 'crime' contra o país

CONTAS PÚBLICAS O ministro da Economia, Paulo Guedes, criticou na noite de ontem a decisão do Senado de derrubar o veto do presidente Jair Bolsonaro ao reajuste de salários de servidores durante a pandemia do coronavírus. Ele disse que o Senado deu "um péssimo sinal" e classificou a decisão como "um crime contra o país".

"Colocamos muito recurso na crise da saúde, e o Senado deu um sinal muito ruim permitindo que justamente recursos que foram para a crise da saúde possam se transformar em aumento de salário. Isso é um péssimo sinal. Temos que torcer para a Câmara conseguir segurar a situação", afirmou.

O ministro deu a declaração no Ministério da Economia, depois de uma reunião com Rogério Marinho, ministro do Desenvolvimento Regional. Guedes classificou a decisão dos senadores como "um crime". "Pegar dinheiro de saúde e permitir que se transforme em aumento de salário para o funcionalismo é um crime contra o país", declarou.

BRASIL

Senado derruba veto a reajustes a servidores

VOTAÇÃO O Senado decidiu ontem, por 42 votos a 30, derrubar o veto do presidente Jair Bolsonaro que impediu a concessão de reajustes a servidores públicos durante a pandemia do novo coronavírus. O tema ainda tem de ser analisado pela Câmara dos Deputados, o que deve ocorrer na tarde de hoje. O impedimento dos reajustes foi uma contrapartida definida pelo governo para aprovar o pacote de socorro de R\$ 60 bilhões a estados e municípios, cujos cofres foram abalados pela pandemia.

Ao aprovar o pacote, o Congresso autorizou que governos locais reajustassem salários de funcionários da saúde e da segurança pública que trabalham na "linha de frente" do enfrentamento à covid-19. Mas o governo vetou, por considerar que a verba enviada não poderia ser desviada para esse fim.

O trecho também libera a possibilidade de reajustes para algumas categorias de outras áreas, como profissionais de limpeza urbana, de serviços funerários, de assistência social e de educação pública, desde que estejam diretamente envolvidos no combate à pandemia. Essas categorias tinham sido incluídas quando o texto passou pela Câmara, mas foram vetadas por Bolsonaro.

Se o veto for mantido, a concessão de reajustes a qualquer categoria do serviço público fica proibida até o fim do ano que vem. Se for derrubado, essa possibilidade volta a existir para as categorias mencionadas no projeto. O



Senadores rejeitaram, por 42 votos a 30, os vetos relativos ao congelamento de salários

dispositivo vetado, e que pode ser restaurado agora, também diz que fica proibido o uso dos recursos transferidos pela União na lei de socorro aos estados "para concessão de aumento de remuneração de pessoal".

Líder do governo no Congresso, o senador Eduardo Gomes (MDB-TO) disse que a derrubada do veto tem um potencial de impacto negativo de cerca de R\$ 130 bilhões. Dinheiro que poderia ser poupado com a decisão do governo de barrar o trecho derrubado no Senado.

“É possível que nós estejamos, na derrubada desse veto, impossibilitando a população de receber a sexta parcela possível do auxílio emergencial”
Eduardo Gomes

Líder do governo

“É possível que nós estejamos, na derrubada desse veto, por exemplo, impossibilitando a população do Brasil inteira de receber a sexta parcela possível do auxílio emergencial. Que seja reconhecido pelos senadores o esforço do presidente Bolsonaro para conceder, além das três primeiras parcelas, duas parcelas extras”, diz. O líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP), disse que vários servidores das categorias morreram no combate à pandemia do novo coronavírus e comemorou a decisão dos senadores.

Tribuna

Estados e municípios vão receber R\$ 16 bilhões

AUGUSTO FERNANDES -
CORREIO BRAZILIENSE

O presidente Jair Bolsonaro sancionou ontem a lei que prevê uma compensação de R\$ 16 bilhões por parte da União a estados e municípios para compensar as perdas provocadas pela pandemia da covid-19 nos repasses ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O texto foi publicado no Diário Oficial da União e é oriundo de uma Medida Provisória (MP) apresentada pelo governo federal em abril. Na proposta original, o Executivo previa o auxílio financeiro de R\$ 16 bilhões para compensar perdas registradas entre os meses de março e junho. Durante a tramitação no Congresso, contudo, o prazo do benefício foi estendido até novembro.



AJUDA
Para compensar as perdas provocadas pela pandemia

Outra mudança estabelecida pelo parlamento foi a de que os repasses mensais a estados e municípios devem ser de, no máximo, R\$ 2,05 bilhões — inicialmente, o governo tinha estabelecido um teto de R\$ 4 bi-

lhões por mês.

Desde que a MP entrou em vigor, estados e municípios já receberam R\$ 9,86 bilhões, de acordo com informações do Tesouro Nacional. Até novembro, portanto, o governo terá de repa-

sar mais R\$ 6,14 bilhões.

Deputados e senadores promoveram uma alteração ao texto da MP para permitir que os entes federativos pudessem ficar com o valor restante do auxílio financeiro no caso de os R\$ 16 bilhões não serem totalmente transferidos até novembro, entretanto, Bolsonaro vetou esse dispositivo. "A propositura legislativa, ao impedir o retorno dos saldos sobressalentes aos cofres da União, extrapola o objeto da medida no tocante à compensação de perdas com arrecadação dos entes. Ademais, está em desconhecimento com o atual contexto de restrição fiscal do país, ao permitir um incremento no valor dos repasses aos fundos de participação em montantes superiores aos valores de 2019", justificou o presidente.

Governo deve prorrogar por mais 60 dias acordos de redução de salário e suspensão do contrato de trabalho

TURBINADA

Renda Brasil deve atender 21 milhões e ter valor de R\$ 300

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, trabalha para que o Renda Brasil — programa que o governo prepara para substituir o Bolsa Família e é a maior aposta de Bolsonaro na área social — comece a vigorar em janeiro de 2021, atendendo a um pedido do próprio presidente.

A ideia é não deixar um vácuo entre o auxílio emergencial de R\$ 600 concedido durante a pandemia, considerado fundamental para aumentar sua popularidade, e o novo programa social. Há discussões para prorrogar o auxílio até o fim do ano, e a expectativa é que o presidente tome sua decisão sobre isso ainda nesta semana.

O Renda Brasil deve atender de 20 a 21 milhões

de famílias e aumentar o valor médio do Bolsa Família, que hoje é de R\$ 190, para algo em torno de R\$ 300 por mês.

O novo modelo prevê o pagamento do Renda Brasil às 14 milhões de famílias cadastradas no Bolsa Família, além de mais 6 ou 7 milhões de famílias que recebem o auxílio emergencial e fazem parte do grupo mais pobre entre os mais 66 milhões de beneficiários do programa criado durante a pandemia. A tendência é que o custo do Renda Brasil seja de R\$ 60 bilhões por ano, pouco mais do que o valor de uma parcela do auxílio de R\$ 600 — cerca de R\$ 50 bilhões — e o dobro dos atuais R\$ 30 bilhões anuais gastos com o Bolsa Família.

REDUÇÃO DE SALÁRIO

Ajuda para as empresas a superar a pandemia

GERALDA DOCA, DE O GLOBO

O governo deve editar nos próximos dias um decreto em que prorroga pela segunda vez, por mais 60 dias, os prazos dos acordos de redução de salário e suspensão dos contratos de trabalho. A medida é baseada na medida provisória (MP) 936, editada em abril e que virou lei, para ajudar as empresas a atravessarem a crise na economia gerada pandemia do coronavírus.

Inicialmente, o prazo máximo dos acordos era de

60 dias para a suspensão do contrato de trabalho e de 90 dias para a redução de salário e de jornada (que pode ser de 25%, 50% ou 70%). Durante a tramitação da MP, os parlamentares incluíram na proposta a permissão para que o Executivo prorrogue a duração máxima dos acordos por decreto.

No início de julho, o governo editou um decreto prorrogando a duração máxima dos acordos por 60 dias no caso de suspensão do contrato e mais 30 dias, de redução de salário, dian-

te das incertezas em relação à economia e dificuldades das empresas em retornar à atividade — somando no total 120 dias.

Com o novo decreto, esse prazo passa a ser de 180 dias. O decreto também amplia em 60 dias o auxílio emergencial de R\$ 600 pago aos trabalhadores intermitentes. Atualmente, o benefício é pago por 120 dias. Neste caso, a concessão é automática, sem a necessidade de acordo.

Para renovar os prazos dos acordos, as empresas precisam renegociar com os

empregados e garantir estabilidade temporária no emprego pelo mesmo período, conforme prevê a MP.

Segundo balanço do Ministério da Economia, foram formalizados 16,2 milhões de acordos, envolvendo 9,6 milhões de trabalhadores. Durante a vigência dos acordos, a União entra com uma contrapartida para ajudar a complementar a renda dos trabalhadores.

O gasto estimado com o pagamento dos benefícios é de R\$ 51,6 bilhões. Até agora, foram desembolsados R\$ 20,7 bilhões.

Tribuna

Bahia ganha mais um complexo eólico

A região Nordeste da Bahia vai ganhar seu primeiro complexo eólico, que ficará localizado nos municípios de Tucano, Araci e Biritinga. A estimativa é que a AES Tietê invista R\$ 1,3 bilhão na primeira fase de construção dos parques, que terão capacidade instalada de 322 Megawatts (MW). Estima-se que todas as etapas da obra gerem até 500 empregos, aproveitando em parte a mão de obra local. Além do pioneirismo na região, de acordo com a empresa, o parque terá as maiores turbinas já instaladas no País em potência e tamanho. O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), tem apoiado institucionalmente a implantação do empreendimento.

"A Bahia já se consolidou como a terra dos bons ventos. Saber que passaremos a produzir energia a partir da fonte eólica onde até então nem poderíamos imaginar que seria possível, é uma grata surpresa. Teremos novos municípios beneficiados pela força das ener-



ENERGIA

Será investido R\$ 1,3 bi só na primeira fase

gias renováveis. A SDE desempenha um papel de articulador com objetivo de melhorar os processos autorizativos que impactam no prazo e até na viabilidade dos empreendimentos eólicos", afirma o vice-governador João Leão, secretário da pasta.

De acordo com a AES Tietê, a primeira etapa das obras do Complexo Eólico Tucano será composta por 52 turbinas, que serão for-

necidas pela Siemens Gamesa, cuja unidade produtiva fica no município de Camaçari, na Bahia. As turbinas serão instaladas em torres de aço de 115 metros de altura e terão pás de mais de 80 metros de comprimento, formando uma circunferência de 170 metros de diâmetro. A estimativa é que as obras da primeira fase sejam iniciadas a partir de outubro, após parecer do Operador Nacional do Siste-

ma Elétrico (ONS) e emissão das licenças ambientais emitidas pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).

A segunda fase do projeto, embora ainda sem prazo para o início nem estimativa de custos, terá capacidade instalada de 258 MW, totalizando 580 MW em todo o parque. AAES Tietê iniciou um trabalho de diagnóstico social da região para identificar as potencialidades da comunidade e os desafios locais. Com esses dados, a companhia planejará iniciativas de desenvolvimento social a serem implementadas nos municípios do entorno do complexo eólico, alinhadas com as diretrizes de Sustentabilidade e de Investimento Social Privado.

"Estamos ansiosos para iniciar a construção do Parque Eólico de Tucano, que abrirá uma nova fronteira para a geração eólica na Bahia e contribuirá para o desenvolvimento socioeconômico da região", afirma Rodrigo D'Elia, diretor de Engenharia e Construção da AES Tietê.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 19/08/20	



GUEDES DECLARA CRÉDITO DE ATÉ R\$300 BI PARA EMPRESAS



admin 19 Agosto, 2020

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que haverá uma oferta de R\$ 200 bilhões a R\$ 300 bilhões em crédito para empresas nos próximos três a quatro meses, o que ajudará a aquecer a atividade econômica, fortemente atingida pela pandemia do coronavírus. “Até o fim do ano, teremos muito crédito para empurrar a economia”, declarou, em cerimônia no Palácio do Planalto em que foram sancionadas medidas provisórias que criaram programas de estímulo ao crédito, segundo o Estadão.

Segundo Guedes, os dois programas sancionados nesta quarta-feira (de crédito para a folha de pagamentos e para pequenas e médias empresas) são “praticamente” as últimas medidas lançadas para fomentar o crédito diante do cenário de pandemia. Uma das medidas sancionadas foi a MP 944, que instituiu o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese) durante a pandemia pelo qual as empresas podem tomar crédito para pagar a folha de pagamentos.

De acordo com o ministro, a sanção significa uma “segunda camada” do programa, que começou com baixa procura e acabou perdendo R\$ 17 bilhões de seu orçamento durante a tramitação no Congresso Nacional. “Vimos que o programa era muito restritivo. Expandimos e flexibilizamos e esperamos alcançar 200 mil empresas no Pese nos próximos dois meses”, completou. Guedes também lembrou o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), considerado por ele um “sucesso absoluto” e disse que o programa continua sendo calibrado.

Foto: Marcos Corrêa/PR

Veículo: Metro1	Política
Data: 20/08/20	



Política

Governo reserva R\$ 4 bilhões no Orçamento de 2021 para avançar com privatização da Eletrobras

Planalto quer criar nova estatal que reúna parte das operações da empresa após venda



Foto : Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por **Lara Curcino** no dia 20 de Agosto de 2020 · 07:40

Mesmo com a resistência do Congresso em acelerar a privatização da Eletrobras, o governo reservou R\$ 4 bilhões no Orçamento de 2021 para dar início ao processo e criar uma estatal que reúna parte das operações da empresa após a venda.

Os recursos seriam necessários para assegurar a participação da União no capital da nova companhia, que, segundo técnicos que participam das negociações,

poderia arcar ao menos com parte das obras da usina de Angra 3, em Angra dos Reis (RJ), que estão paralisadas desde 2015.

A nova estatal, que ainda não foi batizada, seria controladora da Eletronuclear, que administra hoje as usinas nucleares de Angra, e sócia de Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu (PR).

Veiculo: Politica Livre	
Data: 20.08.2020	Caderno: Economia



Governo Bolsonaro enviou respiradores a Bahia de forma regular apenas ‘no final da pandemia’, diz Rui Costa

O governador Rui Costa (PT) declarou, em entrevista ao Blog do Villa na manhã desta quarta-feira (19), que a Bahia recebeu um auxílio efetivo por parte do governo do presidente Jair Bolsonaro apenas “no final da pandemia”.

Segundo o petista, logo no início da crise sanitária, o estado recebeu “uma quantidade muito pequena” de respiradores mecânicos, equipamentos essenciais no combate ao novo coronavírus, requisitados por diversos países em todo o mundo.

“Só fomos ver respiradores no final da pandemia. No início recebemos uma quantidade muito pequena. Agora que estamos recebendo mais regularmente”, declarou, em uma transmissão ao vivo com o comentarista político Marco Antônio Villa.

O governador baiano voltou a dizer que faltou um “planejamento” por parte do Governo Bolsonaro para enfrentar a doença.

FOLHA DE S.PAULO



Mande a reforma, presidente

Governo sabe que tema não rende votos, mas é sua melhor chance de deixar legado

Fernando Schüller

Professor do Insper e curador do projeto Fronteiras do Pensamento. Foi diretor da Fundação Iberê Camargo

O documento lançado por um grupo de economistas, no início da semana, defendendo o teto de gastos e propondo "rebaixar o piso", ou seja, reformas capazes de preservar e aprimorar o edifício de estabilização fiscal construído pelo país nos últimos anos, deveria ser lido e relido, em Brasília.

O argumento diz que, dada a atual trajetória fiscal, a preservação do teto de gastos é insustentável. O gasto obrigatório sobe a uma taxa superior à inflação, e tornará inviável o custeio da máquina pública logo ali adiante.

O mercado já precifica o

problema. O sistema político é mais lento e aprecia um exercício de autoengano. Governo à frente. É pura ilusão pensar em um programa robusto de transferência de renda e uma agenda crível de investimento público sem encarar os temas difíceis do ajuste fiscal.

O problema é o governo se decidir a enviar ao Congresso a reforma administrativa. O tema está maduro. A pandemia escancarou a desigualdade entre o mundo protegido do alto funcionalismo público e o universo precário do emprego privado, que pagou sozinho a conta da debacle econômica.

As razões da reforma são autoevidentes. O Brasil gasta 13,5% do PIB com servidores e entrega serviços públicos de baixa qualidade. Sendo seus usuários fundamentalmente os mais pobres, a ineficiência do Estado funciona como um motor das desigualdades no país.

Resolver isso supõe um longo caminho de reformas e ninguém imagina que elas serão feitas na atual gestão federal. O que se espera é que o governo tenha a coragem de dar o primeiro passo. Em duas direções. A primeira trata do RH do governo. Revisão das carreiras públicas, redução dos salários iniciais, fle-

xibilização dos modelos de contratação, avaliação de desempenho e possibilidade de redução de jornada e vencimentos em situações de risco fiscal.

O segundo caminho distingue funções de Estado e serviços públicos concorrenciais (que vão da saúde até a gestão de parques). Diz que o governo deve se concentrar nas tarefas de regulação e deixar à sociedade e ao mercado a execução de serviços. Enquanto isso não andar, a ideia de melhorar a qualidade da entrega pública não passará muito de retórica.

Há sinais positivos no horizonte. Sou da época em que ain-

da se imaginava que o governo devia administrar aeroportos por se tratar de um setor estratégico. Hoje, precisamente por se reconhecer que eles são estratégicos chegou-se à conclusão de que o governo e sua burocracia não devem administrá-los.

A reforma é politicamente viável. Previsível seria vermos o chefe do Executivo pressionando o Parlamento a fazer a reforma, mas o que temos é o contrário. Rodrigo Maia "tentando convencer" o presidente a enviar o projeto. O governo amplia sua base no Congresso e há uma frente parlamentar robusta tratando do tema. Quem patina é o governo. Em parte por falta de convicção, em parte por saber que o assunto lhe renderá mais uma montanha de detratores e nenhum voto.

Salim Mattar escreveu que o "establishment" feito de sindicatos, políticos e fornecedores forma uma barreira às privatizações. A pergunta é: algum dia foi diferente? As corpora-

ções sempre estiveram aí e a inércia do setor público sempre foi a mesma. Apesar disso reformas importantes foram feitas no passado recente.

O atual governo iniciou dizendo que encerraria o ciclo de governos sociais-democratas e faria tudo diferente. Talvez tenha acreditado no mito de que foi fácil fazer as privatizações dos anos 1990, que os leilões da Vale ou Embraer foram um passeio, o mesmo valendo para a reforma do Estado.

É bom que tenham descoberto que as coisas são mais difíceis, no Brasil, e que talvez a reforma administrativa seja a sua melhor chance, talvez a última, de deixar um legado.

Do contrário, nossos liberais-conservadores terão que reconhecer que, mesmo no terreno que propuseram como seu, fizeram pior do que os sociais-democratas dos anos 1990, cujo legado de reformas ainda é o melhor ponto de partida para as mudanças que o país precisa fazer.

Governo reserva R\$ 4 bi para criar estatal em privatização da Eletrobras

Medida é primeiro passo na retomada do processo de desestatização, mas Congresso resiste à venda da empresa

Fábio Pupo e Julio Wlitzack

BRASÍLIA Apesar da resistência do Congresso em avançar com a privatização da Eletrobras, o governo reservou R\$ 4 bilhões no Orçamento de 2021 para dar início à execução do plano e criar uma estatal para reunir parte das operações da empresa após a venda.

Os recursos seriam necessários para compor a participação da União no capital da nova empresa e, segundo técnicos que participam das discussões, poderia bancar ao menos parte das obras da usina de Angra 3, paralisadas desde 2015.

Ainda sem nome, a nova estatal seria controladora da Eletro Nuclear, que administra as usinas nucleares de Angra dos Reis (RJ), e sócia de Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu (PR).

A justificativa para manter essas atividades nas mãos da União é que haveria dificuldades legais para transferi-las integralmente à iniciativa privada.

No caso das geradoras de Angra, a trava está na Constituição. Ela proíbe a exploração privada da energia nuclear — hoje exercida pela Eletro Nuclear, da Eletrobras.

Itaipu é resultado de um tratado entre Brasil e Paraguai. Pelo acordo, a comercialização de energia produzida deve ser feita por empresa de controle da União.

A criação da estatal é discutida após a saída de Salim Mattar, então secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, do governo.

Criticado pela demora nas privatizações prometidas desde a campanha eleitoral, ele atribuiu o fato à falta de vontade política do "establishment".

A interpretação dos técnicos é que a reorganização em uma nova empresa é mais viável do que discutir aspectos técnicos, regulatórios e políticos para transferir essas atividades para entes privados. Isso poderia atrapalhar ainda mais a privatização da Eletrobras.

Uma saída estudada seria propor a um interessado o privado participação de, no máximo, 49% na empresa ou nas usinas.

No caso de Angra 3, China e EUA — que no mundo travam uma disputa comercial e geopolítica — querem ser sócios. Russos e franceses também avaliam entrar nesse negócio.

Por causa do alinhamento estratégico de Jair Bolsonaro (sem partido) com o presidente dos EUA, Donald Trump, os técnicos do Ministério de Minas e Energia que trabalham no projeto de Angra 3 consideram definir barreiras para dificultar o investimento chinês na usina.

Angra 3 foi incluída, em julho de 2019, no PPI (Programa de Parceria de Investimentos).

Porém, ainda não se sabe se o governo voltará a propor uma sociedade à iniciativa privada nessa usina ou se irá contratar um grupo para concluir as obras que estão paralisadas por causa de um esquema de corrupção investigado pela Lava Jato na Eletrobrás.

De qualquer forma, reunir as duas empresas em uma só holding abre espaço para que, no futuro, o governo também aproveite recursos da hidrelétrica para compensar o déficit em Angra.

Essa solução permitiria viabilizar o fomento do governo ao programa nuclear, que, na gestão do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, ganhou força.

A dívida de Itaipu está vendendo, deixando a companhia

sem essas obrigações a partir de 2023. Isso, na visão dos que defendem o plano, livra os consumidores de mais aumentos de tarifa.

Com Itaipu e as receitas de Angra 1 e 2, seria possível concluir Angra 3 e as receitas do conjunto poderiam ser usa-

das depois para novas obras ou para pagar dividendos ao governo. Estima-se que a usina exigirá investimentos da ordem de R\$ 17 bilhões.

A reorganização de Angra e Itaipu começou a ser planejada no governo Michel Temer (MDB) e foi resgatada na ges-

ção Bolsonaro.

O plano é uma condição para a privatização da Eletrobras e está previsto no projeto de lei do Executivo para a venda da empresa, que libera uma nova estatal para as atividades.

Mas o texto, enviado em novembro de 2019, ainda não

avançou. Para prosseguir, depende de aval do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Maia diz que a privatização da Eletrobras é fundamental, mas que há outras prioridades no momento, como a defesa do teto as reformas. Para ele,

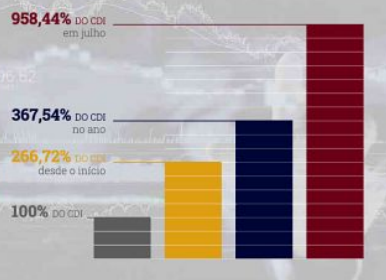
o Congresso não deve tratar de assuntos polêmicos agora.

Antes mesmo da pandemia, a privatização da empresa era vista como algo de difícil aprovação. A venda é tratada publicamente como uma prioridade desde o governo Temer.

Continua na pág. A16



Invista com toda inteligência possível. Até a inteligência artificial.



Conheça o Safra Maxwell.

O fundo Safra Maxwell traz a tecnologia da inteligência artificial para seus investimentos.

Algoritmos com milhares de simulações e análises simultâneas buscam as melhores soluções, combinados com toda a expertise dos especialistas Safra.

Resultado? Um histórico acima dos indicadores do mercado.

Daqui pra frente, invista como um especialista



SAFRA MAXWELL MACRO FIC MULTIMERCADO	FUNDO	CDI	% CDI
Julho	1,86%	0,18%	958,44%
Ano	7,77%	1,96%	367,54%
Desde o início/12 meses	11,09%	4,19%	266,72%



Antes de o formulário de informações complementares, a última de informações essenciais, ser lida, e o regulamento antes de investir. O investimento em Fundos não é garantido pelo administrador, pelo gestor, por qualquer mecanismo de seguro ou pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Descrição do tipo Anbima disponível no formulário de informações complementares. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é fixada de nenhuma forma. Taxa de administração: R\$ 1,00 a.a. Taxa de performance: 20% do que exceder o CDI. Não há taxa de saída. PL: médio dos últimos 12 meses (trimestre) R\$ 0,22. Não há carência para resgate. Classificação de risco: 2 (Baixo) a 4 (Alto) de acordo com o Guia de Classificação de Risco do Investidor. A liquidez - a redução ou inexistência de demanda dos ativos integrantes do portfólio do fundo nos mercados em que são negociados, no prazo e pelo valor desejado, pode prejudicar a rentabilidade do fundo ou dificultar o atendimento das prazos de resgate estabelecidos, mediante a venda e o preço de mercado dos ativos, especialmente quando os ativos de maior peso e liquidez são de menor liquidez. Informações e crédito, especialmente quanto ao risco de inadimplência e inadimplência do grupo instituído pelo gestor de crédito: Rentabilidade - fonte: Quantum Atlas, Data-base: 31/03/2020. Gestor: Safra Asset Management Ltda. - CNPJ: 02.080.040/0001-21. Administrador: Safra Serviços de Administração Financeira Ltda. - CNPJ: 06.947.880/0001-11. Ouvidoria de Defesa do Consumidor: Cuiabá: 050-772-2766, atendimento a pessoas com necessidades especiais: audição e de fala: 0800-772-4036 (de 9h às 18h, exceto feriados); ou e-mail: www.safra.com.br/ouvidoria@sa.com.br. Para mais informações, procure um gerente Safra ou acesse www.safra.com.br. Central de Atendimento Safra: 0800-35-1024 (de segunda a sexta-feira, das 9h às 21h30, exceto feriados). SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor): 0800-772-2766, atendimento a pessoas com necessidades especiais: audição e de fala: 0800-772-4036 (de 9h às 18h, exceto feriados); ou e-mail: www.safra.com.br/ouvidoria@sa.com.br.

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
paineis@grupofolha.com.br

Coração de mãe

Depois que o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) preparou um estudo interno nesta semana abordando a possibilidade de a autarquia incorporar as competências da futura ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), começaram a aparecer outras correntes defendendo que a estrutura a ser criada fique debaixo do guarda-chuva da Anatel. Um dos argumentos é que a agência de telecomunicações tem capacidade de fiscalização em todo o país.

SEM FIO Quem defende que a ANPD fique com a Anatel diz também que a agência quem monitora a cadeia de valor do ecossistema digital, além de ter conhecimento específico e afinidade com o assunto da proteção de dados por que exerce funções ligadas às informações de usuários dos serviços de telecomunicações.

PÁREDO Quem defende a ANPD vinculada ao Cade argumenta que o órgão é independente, com reconhecimento internacional, e já teria todos os processos de trabalho montados. Por essa avaliação, a escolhida seria a agência de governo porque o Cade colocaria a autoridade funcionando em janeiro sem começar a trabalhar nisso em setembro.

DESFECHO A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) chegou a uma conclusão no processo contra Joesley Batista levado à autarquia por Raquel Pitta, mulher do doleiro Luciano Funaro, que acusa o empresário de usar advogados da JBS para se defender em uma questão particular.

LUPA A CVM entendeu que não há indícios suficientes para mostrar que Joesley tenha usado serviços da empresa em seu benefício. De todo modo, a autarquia recomendou que a JBS adote controles internos em consultas ao departamento jurídico da companhia sobre a atuação autônoma de seus advogados.

ENDEREÇO A questão foi levantada pela mulher do doleiro no meio de uma disputa judicial com Joesley por causa do imóvel que ela comprou mas deixou uma parcela sem pagar, segundo o empresário. Procurado pela coluna, a defesa de Pitta diz que não foi notificada da conclusão do processo pela CVM.

SELO Com malha logística própria e baixa participação dos Correios nas entregas, gigantes do comércio eletrônico não se assustam com a greve da estatal. O Mercado Livre diz que, entre abril e junho, seu serviço distribuiu mais de 50% dos itens comprados no site. Magazine Luiza e Via Varejo estimam pouco impacto, mas não informam o percentual de envios pelos Correios.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS
Igitim, em % ao mês
Mínimo Máximo
7,73 8,00
3,89 7,89
Cheque especial Emprestimo pessoal
Fonte: Fipeceesp

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Autônomo, empregador e contribuinte
Valor mín. R\$ 1.045,25 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 8.101,06 20% R\$ 1.222,21

MÉ (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 1.045,25 5% R\$ 52,25
Valor máx. R\$ 1.045,25 5% R\$ 52,25

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,50 9%
De R\$ 2.089,51 a R\$ 3.134,00 12%
De R\$ 3.134,01 a R\$ 4.178,50 14%

*O prazo da competência de julho vence em 20 ago para empresas, para pessoas físicas, vence em 17 ago. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

IMPOSTO DE RENDA
em R\$ Alíquota, em % Declar. em R\$
Até 1.903,98 Isento
De 1.903,99 até 2.826,65 7,5 142,80
De 2.826,66 até 3.751,05 15 354,80
De 3.751,06 até 4.664,68 22,5 636,13
Acima de 4.664,68 27,5 869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o valor do salário mínimo
Alíquota Mínimo Máximo em R\$ em R\$
Empregado De 7,5% 97,04 713,09
a 84%

Empregador 20% 250,50 1.220,21

*O prazo para depósito da declaração vence em 7 ago. A guia de pagamento da contribuição à previdência ao INSS do empregador e da doméstica, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS da doméstica pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

Governo reserva R\$ 4 bi para criar estatal em privatização da Eletrobras

Continuação da pág. A15
O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), reconheceu antes mesmo da chegada do coronavírus que a resistência na Casa para a aprovação é muito grande.

Mesmo assim, o governo já garantiu ao Ministério de Minas e Energia os R\$ 4 bilhões previstos para a empresa a ser formada. A decisão foi tomada pela JEO (Junta de Execução Orçamentária), formada pelo Ministério da Economia

A Eletrobras, em 2019



Principais participações e operações

Pesquisa e Desenvolvimento

•Cepel
•Geração
•Itaipu Binacional
•Eletrobrás

Geração e transmissão

•Furnas
•Chesf
•Eletrobrás
•GT Eletrosul
•Amazonas GT

Participações

•Eletropar Fontes: Eletrobras e Ministério da Economia

e da Casa Civil.

O governo tem pressa em levar esse plano adiante. No modelo inicialmente proposto de desestatização da Eletrobras, haveria um aumento de capital na estatal, movimento que não seria acompanhado pela União, atual controladora. Ao decidir não colocar mais recursos, teria sua participação diluída a tal ponto que se tornaria acionista minoritária.

Esse processo deveria gerar algo em torno de R\$ 16 bilhões ao caixa da União, ajudando a amenizar o grave aperto fiscal. Sob Bolsonaro, Albuquerque decidiu modificar o plano de gestão anterior de forma a torná-lo ainda mais atraente. A principal mudança foi a retirada do poder de gestão da União depois do processo de privatização.

Governo inclui loteria e pontos turísticos em desestatização

BRASÍLIA O Palácio do Planalto informou na noite de terça-feira (18) que o presidente Jair Bolsonaro editou dois decretos que incluem a loteria esportiva e fortes em pontos turísticos do país no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos).

As publicações oficiais saíram no Diário Oficial da União desta quarta (19).

De acordo com informações divulgadas pela Secretaria-Ge-

ral, Bolsonaro concordou com a decisão do Conselho do PPI que, em junho, qualificou a loteria esportiva, tecnicamente conhecida como aposta de quota fixa no programa, bem como incluiu o serviço público no PND (Plano Nacional de Desestatização).

Uma lei de 2018 instituiu no país a modalidade lotérica em que o apostador tenta prever o resultado de eventos reais esportivos e determinou que as apostas sejam realizadas em ambiente concorrencial, com a possibilidade de delegação do serviço à iniciativa privada.

A medida autorizada pelo decreto visa a desestatização do serviço de forma que seja estudada a modelagem e viabilizada a exploração do serviço pelo mercado privado, sob regulação e fiscalização do Ministério da Economia, trazendo retornos financeiros ao governo.

No outro decreto, ficam qualificados no PPI o Forte Nossas Senhoras dos Remédios, em Fernando de Noronha (PE), o Forte Orange, na ilha de Itamaracá (PE), a Fortaleza de Santa Catarina, em Cabelo (PB), e a Fazenda Pau D'Alho, em São José do Barreiro (SP).

De acordo com o governo, a concessão à iniciativa privada, para sua exploração com fins turísticos, promoverá a recuperação dos investimentos públicos realizados e o custeio da manutenção, além da preservação do patrimônio histórico e cultural nacional. Daniel Carvalho e Bernardo Carani

Doria anuncia aumento de capital na Sabesp, e ações recuam 10,7%

Decisão frustra investidores, que esperavam privatização da empresa; secretaria afirma que venda ainda está nos planos

Júlia Moura

SÃO PAULO O governador do estado de São Paulo, João Doria (PSDB), anunciou nesta quarta-feira (18) a capitalização, aumento de capital social, da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo).

"A decisão do governo do estado de São Paulo é fazer a capitalização da Sabesp na primeira etapa. A empresa vai voltar a um programa de capitalização e, a partir de agosto, vai prestar serviços a outros estados brasileiros, disputando concessões na área de saneamento, no tratamento e distribuição de água, e também no tratamento do lixo", afirmou Doria em evento do Santander.

Após a declaração do governador, as ações da companhia na Bolsa brasileira caíram 10,7% e entraram no chamado lobo.

Noleito, ação segue negociada, mas sai de preço por um curto período devido a bruscas oscilações de preço. No fechamento, reduziram a queda para 5%, a R\$ 53,75. O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, fechou esta quarta-feira em queda de 1,2%, aos 100 mil pontos. O dólar foi a R\$ 5,535.

"A aprovação do novo marco regulatório do saneamento básico era um movimento propício para dar início ao processo de privatização da Sabesp. Mas, com o anúncio da capitalização, primeiro a empresa vai crescer para depois viabilizar a privatização, se é que vai viabilizar,

e essa mudança de perspectiva levou à queda das ações", afirma Henrique Esteve, analista da Guide Investimentos. O novo marco regulatório do saneamento foi sancionado no mês passado pelo presidente Jair Bolsonaro. A medida estimula a participação da iniciativa privada no setor.

A Sabesp é uma empresa de capital misto, tendo o estado de São Paulo como principal acionista (50,26% das ações). Investidores esperavam a privatização da empresa na gestão Doria, o que a levou a se valorizar cerca de 60% na Bolsa desde 2019.

Agora, com a capitalização como primeira etapa, o mercado vê dificuldade em uma privatização antes de 2022.

Ambos os processos tomam tempo, e a privatização também traria um grande custo político. "A capitalização traz, a princípio, menos vantagem que a privatização e ambos são modelos complexos, que levam tempo para ser maturados", afirma Ilan Abertman, analista da Ativa Investimentos.

O processo de capitalização da Sabesp é planejado desde o governo de Geraldo Alckmin (PSDB), com a lei para reorganização societária da companhia aprovada em 2017. No governo Doria, estavam em estudo a privatização e a capitalização, com a última sendo considerada como a primeira via para o primeiro momento, mas, com o novo marco regulatório do saneamento básico, o mercado espera uma privatização sem a capitalização.

BC DOS EUA ABORDA DESVALORIZAÇÃO DO REAL E TURBULENCIA POLÍTICA NO BRASIL EM REUNIÃO
A ata da mais recente reunião de política monetária do Fed trouxe uma referência ao Brasil, citando que o real desvalorizou antes e depois de reuniões de junho e julho do Fed em meio à "turbulência política" e a "crescentes" casos de Covid-19 no país. No texto, o Fed citou que o índice do dólar acompanhado pelo BC dos EUA teve leve queda no período entre as reuniões de junho e julho.

"Em contraste, o real brasileiro desvalorizou cerca de 5% em relação ao dólar, em meio a um período de cortes nas taxas de juros."

"A Sabesp ainda fortaleceu os contratos de programas com 375 municípios do estado de São Paulo com vistas à universalização. Tais ações permitiram o crescimento, a qualificação e o fortalecimento da empresa, de modo a prepará-la para as melhores soluções que ainda serão definidas pelo governo, incluindo a privatização".
Leia mais sobre o governo Doria na coluna de Vinícius Torres Freire, na pág. A18

coronavírus mercado

Após derrota,

mercado coronavírus

O rapa de Doria nas universidades

Governo estadual teve a má ideia de tapar déficit com dinheiro de ciência e pesquisa

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação do Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O governo de João Doria quer fazer um rapa nos fundos das três universidades estaduais, USP, Unicamp e Unesp, e na Fapesp, a fundação que financia pesquisa científica. Quer raspar o tacho do dinheiro que a contabilidade chama de "superávit financeiro".

Na conta dos balanços de 2019, trata-se de R\$ 1,5 bilhão. O Orçamento do governo estadual é de R\$ 239 bilhões. O déficit de 2020 está estimado em uns R\$ 10 bilhões.

O plano vai abalar as universidades e a arrecadação de

ciência paulista, que faz boa parte da pesquisa nacional, que está sendo arrebentada por Jair Bolsonaro. Além do mais, o projeto paulista parece ilegal, pois universidades têm autonomia. Deve ser emendado na Assembleia Legislativa. Ainda assim.

Do ponto de vista da administração pública, é um incentivo ao desperdício e à falta de planejamento. Em tese, essa faca no pescoço induz o gestor a imediatismos corporativos, como torrar o dinheiro enquanto pode, antes que

o Estado leve o que eventualmente possa sobrar. Logo, prejudica planos de investimento a longo prazo, plurianuais, e outras prudências e eficiências no uso dos recursos.

Esse "superávit financeiro" consiste basicamente de caixa e equivalentes de caixa. Mais não se sabe sobre esses dinheiros, pois os balanços das universidades e da Fapesp não especificam a natureza das reservas. Essas e outras satisfações poderiam constar das notas explicativas, por falar nisso, que são pouco mais do que citações

da lei e de normas contábeis. Não explicam nada.

A Fapesp diz em público que esses dinheiros estão reservados e comprometidos com o pagamento futuro de projetos em andamento. Seja como for, a fundação e as universidades precisam de reservas.

O rapa na ciência faz parte de um pacote fiscal. O governo Doria diz que o Estado está na pindaíba e que seria injusto não usar essas "sobras" das universidades e da Fapesp em gastos essenciais, em especial com fxa. Pode ser, mas

com esse argumento também se pode fechar a universidade.

Quais outros recursos estão "sobrando"? A gente não sabe. Doria pretende diminuir incentivos fiscais (favores com o ICMS), fechar autarquias e assemelhados e demitir parte de seus funcionários. No projeto de lei, não mostrou as contas, o que é uma atitude que não presta. O projeto coloca em questão a utilidade de manter certas instituições, o que parece razoável, dada a multiplicidade de burocracias, e pede autorização para privatizar outras tantas, mas não explica em que condições serão prestados certos serviços, o que não é razoável.

com esse argumento também se pode fechar a universidade. Quais outros recursos estão "sobrando"? A gente não sabe. Doria pretende diminuir incentivos fiscais (favores com o ICMS), fechar autarquias e assemelhados e demitir parte de seus funcionários. No projeto de lei, não mostrou as contas, o que é uma atitude que não presta. O projeto coloca em questão a utilidade de manter certas instituições, o que parece razoável, dada a multiplicidade de burocracias, e pede autorização para privatizar outras tantas, mas não explica em que condições serão prestados certos serviços, o que não é razoável.

As universidades são autônomas, mas não para fazer besteira, embora não exista um sistema racional de controle, um método que não submeta as universidades à política e a demandas de governantes chucros. Seria conveniente ter uma regra "anti-clique": em anos bons de receita de impostos, seria necessário colocar o dinheiro em um fundo, por exemplo.

Agora, as universidades estão fazendo reservas, um "fundo". A Fapesp de fato faz planos de reserva nos anos de bonança, de crescimento e arrecadação alta (as universidades paulistas têm direito a uma porcentagem fixa da arrecadação estadual). Elevaram despesas fixas (basicamente salários), tendo receitas que flutuam com o ciclo econômico. É assim que o governo do estado do Rio de Janeiro vai à falência ao fim, outro também.

As universidades são autônomas, mas não para fazer besteira, embora não exista um sistema racional de controle, um método que não submeta as universidades à política e a demandas de governantes chucros. Seria conveniente ter uma regra "anti-clique": em anos bons de receita de impostos, seria necessário colocar o dinheiro em um fundo, por exemplo.

42% das empresas esperam voltar da atividade ao normal só em 2021

Sondagem mostra setor de serviços como o mais afetado e recuperação da indústria e do comércio

Eduardo Caucolo

SÃO PAULO Sondagem especial do Ibope (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) mostra que 42% das empresas brasileiras têm a avaliação de que suas atividades só voltarão à situação anterior à pandemia a partir de 2021. Outras 15% ainda não conseguem visualizar um retorno a essa normalidade.

Segundo o levantamento, feito na primeira quinzena de agosto, 25% operam normalmente, e 22% esperam normalização até o fim de 2020. Os dados reforçam a constatação de que essa é uma crise que afeta mais os serviços, principal setor da economia, do que a indústria e o comércio. Esses dois últimos são aqueles com mais empresas que já voltaram ao nível pré-crise (mais de 30%).

Nos serviços, são 17%. Esse setor é o que tem mais empresas que só veem melhora a partir de 2021 (47%) ou não veem perspectiva de retornar a normalidade (15%). Nos serviços prestados às famílias (como alimentação fora de casa, lazer e turismo), esses percentuais chegam a 66% e 17%.

A sondagem mostra também que 34% das empresas reduziram o quadro de funcionários com a crise econômica deflagrada pela pandemia no novo coronavírus. O percentual chega a 43% nos serviços, setor que mais emprega no Brasil, com destaque negativo para serviços prestados às famílias (52%) e de manutenção e reparação (52%).

A pesquisadora do Ibope Renata de Mello Franco diz que os resultados vão ao encontro de outro levantamento da instituição, que mostrou pouca disposição dos consumidores em voltar a frequentar bares, restaurantes, cinemas e teatros e a viajar de férias.

"O setor de serviços está muito dependente da confiança dos consumidores, não só em relação à economia mas em relação à saúde, a como a pandemia vai se comportar. Se tiver uma vacina ou algo mais concreto em relação ao fim da pandemia, talvez a gente possa ver os serviços voltando mais forte no final do ano", afirma Renata.

A também pesquisadora do Ibope Luana Miranda diz que, no segundo trimestre, os serviços prestados às famílias caíram mais de 60% em relação ao mesmo período de 2019. "Se as famílias não têm uma perspectiva de voltar a consu-

Mais de 60% dos serviços não veem volta ao nível pré-crise neste ano

Em quanto tempo a empresa espera que sua atividade volte à normalidade?



Segmentos em destaque



Mais pobres sofrem com desemprego e mais ricos têm redução de renda

Qual é o principal motivo de preocupação para você no momento?*

Por faixa de renda, em %



*Para famílias cuja principal preocupação é a questão econômica

Fonte: Sondagem especial do Ibope (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). Foram ouvidos 2.867 empresas e 1.510 consumidores, de 3 a 14 de agosto

mir esses itens tão cedo, até ser realmente seguro, essa recuperação tende a ser mais lenta até a vacina chegar. A gente está vendo notícias muito boas relacionadas ao varejo e até um pouco à indústria, mas o desempenho dos serviços, que são mais de 70% do valor adicionado da economia, é importante para definir como vai ser a recuperação do PIB [Produto Interno Bruto], afirma Luana.

"Os resultados que a gente tem visto estão muito em linha com uma recuperação puxada pela indústria e pelo varejo, com os serviços muito aquém. E não é só uma questão de renda".

De acordo com a sondagem, o comércio é o destaque positivo, com o maior percentual de empresas já operando na normalidade (33%) e o menor de empresas que não conseguem

visualizar retorno ao nível anterior à pandemia (9%).

Hiper e supermercados e materiais de construção têm os maiores percentuais (41%) de empresas que já retornaram à normalidade, seguidos pelo comércio de móveis e eletrodomésticos (35%).

Nesse setor, os destaques negativos são os segmentos de comércio de veículos (38%) e têxteis, vestuário e calçados (6%).

"Esses itens não são considerados essenciais, e as pessoas com redução de renda acabam postergando esse consumo. Os resultados estão muito relacionados à confiança das famílias, à renda e ao emprego. São segmentos, que vão depender bastante de como o mercado de trabalho vai se comportar até o fim do ano para se recuperar ou não", afirma Renata.

Na indústria, o destaque positivo é o segmento de bens de consumo não duráveis, com produtos considerados essenciais (como alimentos, medicamentos e itens de limpeza e perfumaria), no qual mais de 38% das empresas estão operando normalmente. O destaque negativo é a indústria de bens duráveis, que inclui o setor automotivo, com 19%.

"Esse segmento também está muito atrelado à recuperação da renda das famílias e do emprego. Talvez, na avaliação dessas empresas, só deve haver normalização a partir do ano que vem, dado que as perspectivas para o mercado de trabalho até o fim deste ano não são tão boas assim", afirma Renata.

A pesquisadora Luana Miranda afirma que a normalização das atividades no último trimestre do ano terá co-

mo desafio também a questão do fim dos auxílios do governo para os trabalhadores.

Ela afirma que o auxílio emergencial é um fator decisivo na projeção do Ibope, que é de queda do PIB de 5,4% no ano. Esse cenário se baseia na ausência do benefício no quarto trimestre do ano, o que levará a uma desaceleração do crescimento em relação aos três meses anteriores.

"Pelos nossos dados, os auxílios do governo mais que compensaram a queda na renda do trabalho no segundo e no terceiro trimestres. Com a ausência dessas medidas, haverá queda na renda e uma desaceleração do processo de retomada no quarto trimestre. Essa base de crescimento mais baixa deve permanecer ao longo de 2021. No caso de uma renovação dos auxílios, esse resultado pode ser um

pouco melhor", afirma Luana.

"Para 2021, a questão fica mais complexa. Esse auxílio se tornar permanente é uma questão mais complicada, dada a limitação fiscal".

Desemprego afeta os pobres mais, e queda de renda, os ricos

Entre os consumidores cuja principal preocupação gerada pela pandemia é a deterioração das finanças familiares, 34% afirmam enfrentar situação de desemprego e 45% de redução de renda, de acordo com sondagem especial do Ibope realizada em agosto.

Segundo o levantamento, os percentuais de famílias em situação de desemprego ou com dívidas em atraso são praticamente o dobro na faixa de menor renda (respectivamente, 41% e 22% para renda de até R\$ 2.100 mensais), em relação aos mais ricos. Na faixa de renda acima de R\$ 9.600, o desemprego afeta 20%, e a inadimplência, 10%.

Para os mais ricos, o principal problema econômico foi a redução da renda, que afetou 66% dessas famílias, acima dos 45% na faixa mais pobre.

A inflação foi citada como principal problema econômico para 5,5% das famílias mais pobres, bem acima dos 2% e 3% nas demais faixas de renda, o que reflete o impacto do aumento de preços de alimentos, que pesam mais na renda dos mais pobres, segundo o Ibope.

Problemas financeiros foram citados por 31% das famílias na menor faixa de renda e 11% entre os mais ricos. Esses últimos demonstraram preocupação maior com questões relacionadas à saúde (66%) e problemas de estresse e questões psicológicas causados pelo distanciamento social (88%).

"As famílias mais ricas tiveram mais preocupação com saúde e bem-estar, e as mais pobres tiveram mais problemas econômicos. Por estarem mais alocadas em trabalhos informais, são pessoas mais suscetíveis a ficar desempregadas em momentos de crise. Também acabaram se endividando mais, e o principal motivo foram a perda de emprego e o impedimento ao trabalho", afirma a pesquisadora do Ibope Renata de Mello Franco.

A pesquisadora cita uma curiosidade da pesquisa. Os mais pobres lideram entre os que se dizem muito afetados pela pandemia (52%) e também entre os que se dizem nada afetados (18%). Na faixa mais alta de renda, os percentuais são de 49% e 3%.

"Isso pode ser reflexo de famílias que sofreram com desemprego e perda de renda, por um lado, e também de uma camada que precisou continuar indo trabalhar ou que já teve de voltar ao trabalho".

coronavírus mercado

Bolsonaro diz

Mais da metade da população pediu o auxílio emergencial

> Benefício a informais,

> Sob pressão do Congresso, o

> Sob pressão do Congresso, o

RS 254,4 bilhões

Cronologia

11

que acha pouco estender auxílio com R\$ 200

Presidente indica prorrogação do benefício e defende 'meio-termo' em relação aos R\$ 600 pagos atualmente

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) indicou nesta quarta-feira (19) que o governo deve ampliar o auxílio emergencial (inclui parcelas pagas e valores que ainda serão repassados) em 2020, com o fim do ano em pagamentos inferiores aos atuais R\$ 600, mas adiantou que considera baixo o valor de R\$ 200 mensais defendido pelo ministro Paulo Guedes (Economia). O presidente defendeu um "meio-termo" para o benefício.

"R\$ 600 é muito", o Paulo Guedes, algum falara na Economia em R\$ 200, eu acho que é pouco. Mas dá para chegar aos meio termo e nós buscamos que ele venha a ser prorrogado por mais alguns meses, talvez até o fim dos meses, talvez até o fim dos meses, de modo que consigamos sair dessa situação", declarou o presidente, durante cerimônia de sanção de MP (medidas provisórias) que liberam crédito para empresas durante a pandemia.

O presidente disse em seu discurso que tratou da ampliação do benefício social em café da manhã com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Ele alegou que as conversas sobre o tema estão em fase final e que a manutenção do auxílio no patamar atual "pesa muito" — a estimativa do governo é que o benefício, que chegou a cerca de 65 milhões de pessoas, custe mensalmente R\$ 50 bilhões.

Como a Folha mostrou nesta terça (18), o governo está a editar uma MP para prorrogar o auxílio até o fim de dezembro.

Guedes vinha defendendo que as parcelas cessam para R\$ 200, mas, diante da pressão do Planalto, a equipe econômica já trabalha com uma projeção de benefício de R\$ 300. Nesta quarta, Bolsonaro voltou a algar que a preservação do patamar atual é inviável porque gera endividamento para o Estado.

"É, se o país se endividou demais, acaba perdendo a sua credibilidade no futuro", disse o mandatário.

"Imaginemos o que seria o Brasil sem essas medidas [econômicas] e sem o auxílio emergencial. Onde poderia estar mergulhado o Brasil com uma classe enorme, principalmente de informais, que tinham perdido todo o seu ganho?"

Benefício já alcançou 1/3 da população, a um custo de R\$ 254 bi

BRASÍLIA Prestes a ser novamente prorrogado, o auxílio emergencial a trabalhadores informais já foi liberado para 67 milhões de pessoas. Isso equivale a quase um terço da população brasileira.

Para bancar o repasse de cinco parcelas de R\$ 600, o governo já reservou R\$ 254,4 bilhões do Orçamento.

O valor seria suficiente para pagar cerca de cem parcelas do Bolsa Família, considerando o custo mensal de R\$ 2,5 bilhões do programa assistencial criado na pandemia.

O auxílio emergencial foi criado com o objetivo de dar assistência a trabalhadores informais, parcela da popula-

ção desempregados, meio de famílias de baixa renda e trabalhadores intermitentes que estejam inativos > As parcelas de R\$ 600 foram pagas em abril, maio e junho e depois prorrogadas por mais dois meses (julho e agosto)

o benefício deve ser novamente prorrogado, até o fim do ano, mas com valor menor > Prorrogação pode incluir pagamentos até o encerramento do ano (setembro, outubro, novembro e dezembro)

Cerca de um terço dos brasileiros recebe o benefício



Beneficiários aprovados até agora, por tipo de acesso



Impacto do auxílio emergencial na renda das famílias



*Cada decil representa uma faixa de renda, sendo a primeira faixa os 10% mais pobres, e a última, os 10% mais ricos

Fontes: Caixa Econômica Federal, Ministério da Economia e IBGE

o total de recursos do Orçamento liberados pelo governo até o momento para o auxílio emergencial (inclui parcelas pagas e valores que ainda serão repassados)

Beneficiários aprovados até agora, por tipo de acesso



11.mar Organização Mundial da Saúde declara pandemia do novo Coronavírus

18.mar Governo anuncia intenção de criar um auxílio emergencial de R\$ 200, por três meses, para trabalhadores informais. Objetivo era beneficiar até 20 milhões de pessoas, com custo de R\$ 15 bilhões

30.mar Após pressão de parlamentares sobre o governo, Congresso aprova auxílio emergencial com três parcelas de R\$ 600 a trabalhadores informais. Mães responsáveis por sustento da família têm direito a R\$ 1.200

1º.abr Bolsonaro sanciona o auxílio. Custo total da medida é calculado em R\$ 98 bilhões, com estimativa de repasses a 54 milhões de pessoas

7.abr Caixa Econômica lança aplicativo e libera cadastros para população solicitar o benefício

9.abr Após relatos de dificuldades de cadastramento, Receita Federal anuncia que vai regularizar automaticamente pendências de CPFs

1º.jul Governo publica decreto para prorrogar benefício por mais dois meses, com valor de R\$ 600. Estimativa de beneficiados supera 64 milhões de pessoas

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO RENDIMENTO

MINISTÉRIO DA ECONOMIA



AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública Eletrônica SPU nº 113/2020

1. A União, por intermédio do Ministério da Economia, via SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, torna público que às 14 horas - horário de Brasília DF, do dia 15 de outubro de 2020, no endereço eletrônico <https://imoveis.economia.gov.br>, representada por sua Comissão Permanente de Licitação, realizará sessão pública eletrônica para processo licitatório, sendo permitido o envio de propostas até às 13:59, do mesmo dia, sendo este o prazo final para apresentação da documentação e das respectivas propostas para alienação do domínio pleno dos imóveis da União a seguir relacionados, nas condições em que se encontram, na modalidade de CONCORRÊNCIA pela maior oferta, respeitado o preço mínimo a eles atribuído.

Item	Localidade	Endereço	Matrícula	Carteiro	Descrição	Preço Mínimo
01	São José do Rio Preto/SP	Rua Projeteada 4, S/N, Lote 6, Quadra 5, Distrito Industrial Dr. Carlos de Anstácio e Silva	64.142	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 937,40m²	R\$ 382.000,00
02	São José do Rio Preto/SP	Rua Projeteada 4, S/N, Lote 7, Quadra 5, Distrito Industrial Dr. Carlos de Anstácio e Silva	64.143	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 911,90m²	R\$ 370.000,00
03	São José do Rio Preto/SP	Rua Projeteada 4, S/N, Lote 8, Quadra 5, Distrito Industrial Dr. Carlos de Anstácio e Silva	64.144	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 858,36m²	R\$ 357.000,00
04	São José do Rio Preto/SP	Rua Projeteada 4, S/N, Lote 9, Quadra 5, Distrito Industrial Dr. Carlos de Anstácio e Silva	64.145	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 858,36m²	R\$ 345.000,00
05	São José do Rio Preto/SP	Rua Projeteada 4, S/N, Lote 10, Quadra 5, Distrito Industrial Dr. Carlos de Anstácio e Silva	64.146	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 835,26m²	R\$ 332.000,00

2. Os trabalhos da Comissão de Licitação obedecerão rigorosamente os termos do Edital da Concorrência SPU nº 113/2020.

3. Informações sobre a Concorrência SPU 113/2020 poderão ser obtidas nos dias úteis, a partir de 31 de julho de 2020, no horário das 14:30 às 17 horas, no endereço Rua Joaquim Muniz, 65 - Centro, Campo Grande-MS, 79002-100, ou solicitadas por e-mail: alienacao.spum@planejamento.gov.br ou via telefone, nos números (67) 3384-3190/3188. Maiores informações estão disponíveis no site <https://imoveis.economia.gov.br>.

Brasília/DF, 24 de julho de 2020
VALERIA VELOSO CAETANO SOARES
Presidente da Comissão

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública Eletrônica SPU nº 116/2020

1. A União, por intermédio do Ministério da Economia, via SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, torna público que às 14 horas - horário de Brasília DF, do dia 27 de outubro de 2020, no endereço eletrônico <https://imoveis.economia.gov.br>, representada por sua Comissão Permanente de Licitação, realizará sessão pública eletrônica para processo licitatório, sendo permitido o envio de propostas até às 13:59, do mesmo dia, sendo este o prazo final para apresentação da documentação e das respectivas propostas para alienação do domínio pleno dos imóveis da União a seguir relacionados, nas condições em que se encontram, na modalidade de CONCORRÊNCIA pela maior oferta, respeitado o preço mínimo a eles atribuído.

Item	Localidade	Endereço	Matrícula	Carteiro	Descrição	Preço Mínimo
01	Campo Grande/MS	Rua Bacurui, Lote 02, Quadra 15, Jardim Panorama	115.255	1º Ofício de Registro de Imóveis da 15ª Circunscrição	Terreno: 490,00m²	R\$ 109.066,00
02	Campo Grande/MS	Rua Bacurui, Lote 03, Quadra 15, Jardim Panorama	115.256	1º Ofício de Registro de Imóveis da 15ª Circunscrição	Terreno: 490,00m²	R\$ 109.066,00
03	Campo Grande/MS	Rua Anacajá, Lote 23, Quadra 06, Jardim Iná	55.301	Cartório de Registro da 35ª Circunscrição	Terreno: 448,00m²	R\$ 118.180,91
04	Campo Grande/MS	Rua Anacajá, Lote 24, Quadra 06, Jardim Iná	55.302	Cartório de Registro da 35ª Circunscrição	Terreno: 416,00m²	R\$ 111.136,38
05	Campo Grande/MS	Rua Anacajá, Lote 25, Quadra 06, Jardim Iná	55.303	Cartório de Registro da 35ª Circunscrição	Terreno: 416,00m²	R\$ 111.136,38
06	Campo Grande/MS	Rua Anacajá, Lote 26, Quadra 06, Jardim Iná	55.304	Cartório de Registro da 35ª Circunscrição	Terreno: 416,00m²	R\$ 111.136,38
07	Campo Grande/MS	Rua Anacajá, Lote 27, Quadra 06, Jardim Iná	55.305	Cartório de Registro da 35ª Circunscrição	Terreno: 416,00m²	R\$ 111.136,38

2. Os trabalhos da Comissão de Licitação obedecerão rigorosamente os termos do Edital da Concorrência SPU nº 116/2020.

3. Informações sobre a Concorrência SPU 116/2020 poderão ser obtidas nos dias úteis, a partir de 31 de julho de 2020, no horário das 14:30 às 17 horas, no endereço Rua Joaquim Muniz, 65 - Centro, Campo Grande - MS, 79002-100, ou solicitadas por e-mail: alienacao.spum@planejamento.gov.br ou via telefone, nos números (67) 3384-3190/3188. Maiores informações estão disponíveis no site <https://imoveis.economia.gov.br>.

Brasília/DF, 24 de julho de 2020
VALERIA VELOSO CAETANO SOARES
Presidente da Comissão

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública Eletrônica SPU nº 114/2020

1. A União, por intermédio do Ministério da Economia, via SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, torna público que às 14 horas - horário de Brasília DF, do dia 20 de outubro de 2020, no endereço eletrônico <https://imoveis.economia.gov.br>, representada por sua Comissão Permanente de Licitação, realizará sessão pública eletrônica para processo licitatório, sendo permitido o envio de propostas até às 13:59, do mesmo dia, sendo este o prazo final para apresentação da documentação e das respectivas propostas para alienação do domínio pleno dos imóveis da União a seguir relacionados, nas condições em que se encontram, na modalidade de CONCORRÊNCIA pela maior oferta, respeitado o preço mínimo a eles atribuído.

Item	Localidade	Endereço	Matrícula	Carteiro	Descrição	Preço Mínimo
01	Macapá/AP	Avenida Mendonça Furtado, 819, Central	21.449	1º Ofício de Registro Geral de Imóveis	Terreno: 480,00m²	R\$ 483.670,80

2. Os trabalhos da Comissão de Licitação obedecerão rigorosamente os termos do Edital da Concorrência SPU nº 114/2020.

3. Informações sobre a Concorrência SPU 114/2020 poderão ser obtidas nos dias úteis, a partir de 31 de julho de 2020, no horário das 14:30 às 17 horas, no endereço Av. Itacama Cavêlo Nunes, nº 625, 2º Andar, Centro, CEP: 68.900-910, Macapá-AP, ou solicitadas por e-mail: alienacao.spum@planejamento.gov.br ou via telefone, nos números (96) 3198-2726 / 2734. Maiores informações estão disponíveis no site <https://imoveis.economia.gov.br>.

Brasília/DF, 24 de julho de 2020
VALERIA VELOSO CAETANO SOARES
Presidente da Comissão

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública Eletrônica SPU nº 115/2020

1. A União, por intermédio do Ministério da Economia, via SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, torna público que às 14 horas - horário de Brasília DF, do dia 22 de outubro de 2020, no endereço eletrônico <https://imoveis.economia.gov.br>, representada por sua Comissão Permanente de Licitação, realizará sessão pública eletrônica para processo licitatório, sendo permitido o envio de propostas até às 13:59, do mesmo dia, sendo este o prazo final para apresentação da documentação e das respectivas propostas para alienação do domínio pleno dos imóveis da União a seguir relacionados, nas condições em que se encontram, na modalidade de CONCORRÊNCIA pela maior oferta, respeitado o preço mínimo a eles atribuído.

Item	Localidade	Endereço	Matrícula	Carteiro	Descrição	Preço Mínimo
01	Macapá/AP	Avenida Mendonça Furtado, 819, Central	21.449	1º Ofício de Registro Geral de Imóveis	Terreno: 480,00m²	R\$ 483.670,80

2. Os trabalhos da Comissão de Licitação obedecerão rigorosamente os termos do Edital da Concorrência SPU nº 115/2020.

3. Informações sobre a Concorrência SPU 115/2020 poderão ser obtidas nos dias úteis, a partir de 31 de julho de 2020, no horário das 14:30 às 17 horas, no endereço Rua Joaquim Muniz, 65 - Centro, Campo Grande - MS, 79002-100, ou solicitadas por e-mail: alienacao.spum@planejamento.gov.br ou via telefone, nos números (67) 3384-3190/3188. Maiores informações estão disponíveis no site <https://imoveis.economia.gov.br>.

Brasília/DF, 24 de julho de 2020
VALERIA VELOSO CAETANO SOARES
Presidente da Comissão

Este documento pode ser verificado no endereço: <http://www.in.gov.br/autenticador> de 24/08/2020, às 10:37:03. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 eletrônico, pelo código 0532022007270038

Publica Brasileira - ICP-Brasil, grafi

mercado coronavírus

4 em cada 10 são pessimistas com o futuro da economia

Datafolha também aponta queda no número de brasileiros que acham que sua própria situação vai melhorar

Thais Carranxa

SÃO PAULO Quatro em cada dez brasileiros (41%) têm a avaliação de que a situação econômica do país vai ficar igual e, para outros 29%, vai melhorar —1% não soube opinar.

O pessimismo é maior já registrado pelo instituto no governo de Jair Bolsonaro.

Para 29%, a situação econômica do país vai ficar igual e, para outros 29%, vai melhorar —1% não soube opinar. O Datafolha ouviu 2.065 pessoas por telefone em 11 e 12 de agosto. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Em dezembro de 2019, última vez em que o questionário havia sido feito e antes da pandemia, o cenário era bem diferente: 43% opinavam que a situação econômica iria mudar para melhor, enquanto 34% achavam que ficaria igual e somente 24% pensavam que a coisa iria piorar diante.

Os maiores índices de pessimismo são atingidos entre as mulheres (46%, ante 36% dos homens), os jovens de 16 a 24 anos (45%), as pessoas com ensino superior (46%) e os trabalhadores com renda familiar até dois salários mínimos (42%).

A opinião política afeta a percepção dos entrevistados quanto ao futuro da economia. Com relação à avaliação do governo Bolsonaro, 56% dos que acham o governo ruim ou péssimo esperam também uma piora da atividade econômica, percentual que cai a 29% entre aqueles que avaliam o governo como ótimo ou bom.

De maneira análoga, o pessimismo é maior entre quem votou em Fernando Haddad (PT) no segundo turno e menor entre os eleitores do atual presidente.

O pessimismo com relação à inflação é menor entre quem recebe ou não os dois salários mínimos.

O pessimismo derrubou também a percepção dos entrevistados quanto a sua própria situação econômica, que costuma ser sempre melhor que a avaliação do país.

O percentual de entrevistados que acham que sua própria situação econômica vai melhorar despencou de 57% em dezembro de 2019 para 32% na pesquisa mais recente.

Os que acham que sua situação vai ficar como está passaram de 20% a 49% na mesma base de comparação, enquanto os que esperam que sua situação pessoal vai piorar passaram de 15% a 19%.

A percepção de que o desemprego vai aumentar nos próximos meses também é generalizada. Dos entrevistados, 59% acham que o indicador vai aumentar, ante 21% que opinam que vai diminuir. Para 19%, a falta de trabalho vai ficar estável.

Em dezembro, os que achavam que o desemprego iria aumentar eram 42%, enquanto para 26% haveria estabilidade, e 30% vislumbravam uma melhora do mercado de trabalho.

O temor de aumento do desemprego é maior entre mu-

lheres (62%), pessoas com 45 a 59 anos (65%), moradores do Sul e Sudeste (64% e 62%) e assalariados sem carteira assinada (67%).

Segundo o IBGE, a taxa de desemprego chegou a 13,4% no trimestre encerrado em junho, a maior já registrada para o período.

Mas o indicador ainda não reflete totalmente os efeitos da crise, porque o instituto só considera como desempregados aqueles que estão efetivamente em busca de trabalho. Economistas estimam que a taxa estaria mais próxima de 21,5%, considerando pessoas que estão desocupadas e gostariam de trabalhar, mas não estão procurando emprego devido à pandemia ou outros motivos.

A expectativa dos analistas é que a taxa cresça nos próximos meses, quando o fim do distanciamento social e da renda proporcionada pelo auxílio emergencial deverão levar mais pessoas de volta à busca por ocupação.

Apesar de a inflação estar em nível historicamente baixo —o IPCA acumulou alta de 2,31% em 12 meses até julho, bem abaixo da meta de 4% para este ano e até do piso da meta (2,5%)—, uma ampla maioria de brasileiros espera alta dos preços à frente.

São 67% os que esperam que a inflação vai aumentar nos próximos meses, ante 11% que acham que vai diminuir.

Para 18%, o indicador vai ficar como está. Em dezembro, esses percentuais eram de 52%, 17% e 27%, respectivamente. A percepção de que os preços vão aumentar é maior entre as mulheres (72% delas acham que a inflação vai crescer), as pessoas com renda familiar até dois salários mínimos (70%), os desempregados (72%) e aqueles que avaliam o governo Bolsonaro como ruim ou péssimo (78%).

O pessimismo com relação à inflação se reflete na avaliação das pessoas quanto ao poder de compra dos salários.

Para 43%, o poder de compra vai diminuir, 37% esperam que ficará igual e 17% que vai aumentar. Em dezembro, os percentuais eram, respectivamente, de 38%, 32% e 27%.

Entrevistas foram feitas por telefone devido à pandemia

A pesquisa telefônica, utilizada neste levantamento do Datafolha, representa o total da população adulta do país. As entrevistas foram realizadas por profissionais treinados para abordagens telefônicas e as ligações feitas para celulares, utilizados por cerca de 96% da população.

O método telefônico exige questionários rápidos, sem utilização de estímulos visuais, como cartão com nomes de candidatos. Assim, mesmo com a distribuição da amostra seguindo cotas de sexo e idade dentro de cada macroregião, e a posterior ponderação dos resultados do segundo escolaridade, os dados devem ser analisados com alguma cautela por limitar o uso desses instrumentos.

Todos os profissionais do Datafolha trabalharam em casa.

Pessimismo com a economia é recorde no governo Bolsonaro



Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Expectativa para a situação econômica do país

Governo avalia prorrogar de novo corte de salário e suspensão de contrato

Thiago Resende

BRASÍLIA O governo estuda permitir que os acordos de suspensão temporária de contrato de trabalho e de corte de jornada —e de salário— tenham um prazo maior. A prorrogação deve ser de 60 dias.

De acordo com os sindicalistas, a montadora propõe a redução de 35% da mão de obra no Brasil, que está distribuída por três fábricas no estado de São Paulo e uma no Paraná.

O corte representaria a demissão de aproximadamente 5.000 funcionários em diferentes setores.

A montadora não confirma o número, mas diz que há um excedente de mão de obra devido à crise causada pela pandemia do novo coronavírus.

A Volkswagen diz que as negociações foram abertas, mas ainda tenta atenuar o problema por meio de medidas de flexibilização do trabalho.

De acordo com o sindicato, a empresa apresentou propostas que incluem flexibilidade de jornada, corte do reajuste salarial, redução do valor da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) e alterações em benefícios como transporte, alimentação e plano médico.

A Volkswagen afirma que decisões sobre cortes dependem da evolução do mercado automotivo no Brasil.

Hoje, a montadora trabalha com uma previsão de queda de 40% nas vendas de automóveis e de 45% na produção, dado levantado pela Anfavea (associação das montadoras).

Em nota, a VW diz que está "avaliando em conjunto medidas de flexibilização e revisões dos acordos coletivos vigentes para adequação ao nível atual de produção, com foco na sustentabilidade de suas operações no cenário econômico atual, muito impactado pela pandemia do novo coronavírus".

O setor automotivo tem dado sinais de recuperação mais rápida do que outras áreas no país, com média diária de vendas se aproximando das 8.000 unidades em agosto. Entretanto, os resultados atuais não escondem os problemas acumulados nos últimos cinco anos.

De acordo com a Anfavea, foram produzidos 170,3 mil veículos em julho, alta de 7,7% em relação a junho. Na comparação com julho de 2019, há queda de 36,2%. Os dados incluem carros de passeio, veículos comerciais leves, ônibus e caminhões.

A forte queda nas vendas registrada entre 2014 e 2016 fez a ociosidade na indústria automotiva ultrapassar os 52%. Com a pandemia, a lenta retomada que começou a ser registrada em 2017 foi interrompida.

De acordo com dados contabilizados pela Anfavea, cerca de 3.000 postos de trabalho foram cortados na indústria automotiva ao longo da pandemia.

Um número seria ainda maior caso a Renault não tivesse revisto as 747 demissões realizadas em julho e, por decisão judicial, reaberto as negociações com o sindicato da Grande Curitiba. A fábrica da empresa fica na cidade de São José dos Pinhais, próxima da unidade paranaense da Volkswagen.

A General Motors também abriu negociações com os sindicatos e apresentou a proposta de PDV em São Caetano do Sul (Grande São Paulo) e São José dos Campos (interior de São Paulo).

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, os benefícios oferecidos a quem aderir ao PDV na unidade incluem salários adicionais, extensão do convênio médico e um carro popular Onix Joy.

Volkswagen negocia demissão de 5.000, afirma sindicato

Eduardo Sodré

SÃO PAULO A Volkswagen abriu negociações com os sindicatos dos metalúrgicos do ABC e da Grande Curitiba para reduzir seu quadro de funcionários no Bra-

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Expectativa para a situação econômica do entrevistado

Veículo: Folha de São Paulo	Caderno: Mercado
Data: 20/08/2020	Página: --

FOLHA DE S.PAULO



Derrubada de veto de reajuste do funcionalismo torna impossível governar o país, diz Bolsonaro

Presidente critica decisão do Senado e diz que prejuízo pode ser de R\$ 120 bi

20.ago.2020 às 10h23

[Ricardo Della Coletta](#)

BRASÍLIA

[O presidente Jair Bolsonaro](#) criticou nesta quinta-feira (20) a derrubada, pelo Senado, de um veto que [congelava o reajuste a servidores públicos](#) até o final do ano que vem e disse que será "impossível governar o Brasil" caso a Câmara não reverta a decisão dos senadores.

"Ontem o Senado derrubou um veto que vai dar prejuízo de R\$ 120 bilhões para o Brasil. Então eu não posso governar um país... Se esse veto [não] for mantido na Câmara, é impossível governar o Brasil, impossível. É responsabilidade de todo mundo ajudar o Brasil a sair do buraco", disse o presidente a apoiadores, ao sair do Palácio da Alvorada.

Apesar dos esforços de aliados do governo, o Senado votou nesta quarta-feira (19) pela derrubada de um [veto presidencial que garantia o congelamento salarial](#) de servidores públicos até o final de 2021. A votação do Senado precisa ser confirmada pela Câmara e a equipe econômica trabalha para que deputados garantam o congelamento dos reajustes.

O próprio Bolsonaro chegou a apoiar a brecha para essas corporações, quando o projeto estava em discussão no Congresso. Após críticas, ele recuou e seguiu orientação do ministro Paulo Guedes (Economia), ou seja, vetou esse trecho.

Integrantes da equipe econômica argumentavam na quarta que a derrubada do veto poderia aumentar as despesas da União, estados e municípios em R\$ 98 bilhões.

No primeiro semestre do ano, Guedes negociou com o Congresso um pacote de socorro financeiro a estados e municípios, da ordem de R\$ 120 bilhões, por causa da crise causada pela pandemia da Covid-19.

Como contrapartida, o Ministério da Economia pediu que os salários de servidores públicos fossem congelados até o fim do próximo ano. Isso seria, segundo integrantes

do governo, uma forma de a renda do funcionalismo também ser atingido pela pandemia, já que trabalhadores da iniciativa privada perderam emprego ou tiveram o salário cortado.

Mas, com a chancela de Bolsonaro, o então líder do governo na Câmara, major Vitor Hugo (PSL-GO), articulou um brecha para poupar corporações do congelamento salarial.

Entre as categorias beneficiadas estavam civis e militares, como professores, médicos, enfermeiros, profissionais de limpeza urbana, agentes funerários, policiais e as Forças Armadas.

A equipe do ministro Paulo Guedes

Após a divergência com Guedes, Bolsonaro recuou e acabou vetando esse dispositivo. O pacote de socorro aos estados e municípios, portanto, foi sancionado do jeito que Guedes queria.

O presidente inclusive esperou quase 20 dias para sancionar o projeto do auxílio financeiro a governadores e prefeitos. Ele quis aproveitar esse período para agradar parte de sua base eleitoral: policiais.

Durante a espera, o governo garantiu reajuste salarial a policiais civis, militares e bombeiros do Distrito Federal e conseguiu aprovar no Congresso uma proposta que reestrutura a PF (Polícia Federal).

Agora, o time de Guedes espera que o novo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), consiga convencer a maioria dos deputados a manterem o veto, ou seja, impedir reajustes salariais às categorias listadas, como médicos e professores. Barros é ligado ao centrão —grupo de partidos que se aproximou à Bolsonaro principalmente após liberação de cargos e emendas.

É preciso atingir a marca de 257 votos para que um veto seja derrubado na Câmara, que tem 513 deputados. Se 256 votarem contra o veto, mesmo assim ele é mantido.

O GLOBO

Guedes: teto é sinal de incapacidade do país de lidar com Orçamento

Ministro defende trava de gastos, mas diz que é preciso conter despesas obrigatórias

MARCELLO CORRÊA, GABRIEL SHINOHARA E VÍCTOR FARIAS
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Diante de pressões por mais despesas públicas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender ontem o teto de gastos, mas disse que o mecanismo só existe pela incapacidade do país de tomar decisões no Orçamento.

bota um teto”. Agora, o teto sem as paredes e como o piso subindo é questão de tempo. Vai ter um momento em que vamos ter que enfrentar isso e travar o piso e recuperar espaço para investimentos públicos e decisões corretas. Enquanto não houver isso, o teto é indispensável. O teto é como se fosse uma promessa de seriedade no lugar da própria seriedade na condução dos orçamentos públicos — disse.

ACENOS RECÍPROCOS

O teto de gastos foi instituído em 2016 e prevê que as despesas não podem crescer mais que a inflação do ano anterior. O problema é que, como os gastos obrigatórios crescem

— Se não assumirmos os orçamentos públicos, tem que botar teto. Mas o teto, na verdade, é uma trava que pressupõe incapacidade da classe política de trabalhar seus próprios orçamentos — disse o ministro, em cerimônia no Planalto.

A declaração ocorre no momento em que Guedes busca apoio no Congresso para aprovar propostas que reduzem

de forma praticamente vegetativa, o espaço para investimentos encolhe a cada ano.

Guedes tem dito que, em vez de furar o teto, prefere quebrar o piso, em referência à redução de gastos como salários de servidores. O ministro voltou a dizer que confia em Bolsonaro, em meio a rumores sobre atritos na relação entre os dois.

— Agradeço muito a confiança do presidente. O (escritor Ernest) Hemingway dizia que só há uma forma de saber se pode confiar em alguém: confiando. Desde que conheci o presidente, eu confiei, e ele não faltou a confiança nunca, e espero também não ter faltado em nenhum momento.

Ao discursar em seguida,

despesas obrigatórias e, assim, pressionam menos o espaço limitado pela trava fiscal. Ontem, no entanto, em uma derrota para o governo e para Guedes, parlamentares derrubaram o veto do presidente Jair Bolsonaro à possibilidade de reajuste dos servidores públicos até o fim de 2021.

— O teto é o seguinte: “Não aguento mais, não sei fazer,

Bolsonaro retribuiu o aceno — em mais um gesto público de fortalecimento do ministro, que perdeu dois secretários nos últimos dias por discordarem do ritmo das reformas:

— Eu tô tão ligado ao Paulo Guedes, mas tão ligado, que eu moro no Alvorada e ele mora no Torto (ambas residências oficiais da Presidência).

Ontem à noite, Guedes e o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, se reuniram. Marinho saiu defendendo a disciplina fiscal, como uma “espinha dorsal” e frisou que será feita apenas realocação de recursos do Orçamento deste ano para liberar R\$ 5 bilhões para ministérios. (Colaborou Geralda Doca)

Veículo: Estadão	
Data: 20.08.2020	Caderno: Economia



O imposto sobre grandes fortunas

Taxar os mais ricos é instrumento inadequado para fazer justiça social

Celso Ming, O Estado de S.Paulo

19 de agosto de 2020 | 18h38

Os ricos ficam cada vez mais ricos, mesmo durante a pandemia. Se para uma política de redistribuição de renda é preciso taxar os que têm, por que então não implantar de uma vez o **Imposto sobre Grandes Fortunas**, já previsto na **Constituição de 1988** e até agora não regulamentado? Ou, por outra, por que esse imposto não consegue decolar?

Esta Coluna **já comentou esse assunto**. É preciso voltar a ele. Isso é como o tema da liberação das armas à população. É preciso combatê-la

e não desistir de expor as razões pelas quais não se pode brincar com esse fogo.

A verdade é que esse imposto não é o que parece. Trata-se de um instrumento inadequado de fazer justiça social. Não vem dos endinheirados a principal resistência a ele. Bilionários conhecidos, como Abigail Disney, Arnold Hiatt, Chris Hughes e George Soros, **já se manifestaram a favor** dessa taxaço. As maiores dificuldades a seu funcionamento são técnicas.

É um imposto de alta complexidade e nada eficiente. Sua base tributária é de quantificação difícil, qualquer que seja o tamanho da fortuna que viesse a ser objeto dessa taxaço. É, também, de cobrança muito complicada e seu retorno arrecadatário, muito baixo. O custo de manutenção da máquina para fazê-lo funcionar é mais alto do que a receita por ela proporcionada.

Quando é medido em preços de ações de empresas abertas, é fácil saber quanto vale um patrimônio. As cotações estão disponíveis todos os dias nas bolsas de valores. O problema está em avaliar o resto. Até mesmo grandes empresas de sociedade limitada ou pequenas e médias indústrias, estabelecimentos comerciais, imóveis, obras de arte, semoventes (rebanhos, por exemplo) e intangíveis (como marcas, patentes, logotipos, pontos de venda) são de difícil avaliação.

Uma coisa é o que você acha que vale e outra, bem diferente, é o preço que consegue obter, caso coloque à venda. Basta conferir o que acontece com os leilões de objetos, imóveis, de gado ou de áreas de prestação de serviços, mesmo quando pré-avaliados por especialistas. E vá botar tudo isso num patrimônio tributável. As divergências entre o Fisco e o contribuinte, sobre o tamanho da fortuna a ser submetida à taxaço, podem ser objeto de demandas infundáveis na Justiça.

Mesmo que essa dificuldade seja transposta, com base numa declaração de patrimônio feita previamente pelo contribuinte ou outro recurso qualquer, difícil também é cobrar esse imposto. No caso dos chamados bens de raiz, será preciso que o contribuinte venda sua fazenda ou seus imóveis, mesmo num mercado deprimido, para fazer caixa suficiente e, assim, ter como quitar suas novas obrigações?

Também complicado é submeter uma fortuna financeira a essa taxaço. O resultado mais conhecido é a fuga de capitais, como aconteceu na França, no tempo em que havia esse imposto, quando ficaram conhecidos os conflitos do fisco francês com o ator Gérard Depardieu. Ou, então, haverá desistência de novos investimentos no país. A enorme propensão à debandada de patrimônio financeiro tenderia a concentrar a cobrança sobre bens cuja propriedade já é

taxada, como veículos (**IPVA**), imóveis urbanos (**IPTU**) e imóveis rurais (ITR).

Não se pode confundir esse imposto com o imposto sobre herança, hoje cobrado pelos Estados. Chama-se Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD). Para que possa ser cobrado, o proprietário primeiro tem de morrer ou doar em vida.

Também é ponto pacífico entre os especialistas que a capacidade de receita é baixa. Não compensa o trabalhão que dá para arrecadá-lo (veja o gráfico). O manejo do Imposto de Renda parece muito mais eficaz como instrumento redistributivo.

Essas são as principais razões pelas quais esse imposto só foi adotado por um grupo restrito de países. E, na maioria deles, onde passou a ter vigência, foi logo abandonado. Assim aconteceu no **Japão** (1950), na **Áustria** (1994), na **Alemanha, Irlanda e Dinamarca** (1997), na **Finlândia** (2006), na **Suécia** (2007), na **Grécia** (2009) e na **França** (2018).

A **OCDE** publicou em 2018 um extenso documento (*The Role and Design of the Wealth Taxes in the OECD*) em que expõe suas dúvidas sobre a utilidade desse imposto. Entre os países da OCDE, atualmente só funciona na **Suíça**, na **Espanha** e na **Noruega**.

Veículo: Estadão	
Data: 20.08.2020	Caderno: Economia



Mudança na estratégia de Guedes enfraquece a reforma tributária no Congresso

Governo quer incluir a desoneração da folha salarial na PEC do corte de despesas e retirá-la do âmbito da tributária - que já tem perdido espaço com a mobilização pela reforma administrativa

Daniel Weterman, Adriana Fernandes e Jussara Soares, O Estado de S.Paulo

20 de agosto de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - A mudança de estratégia do ministro da **Economia, Paulo Guedes**, de empurrar a medida de desoneração da folha de salários para a proposta de emenda à Constitucional (PEC) que propõe medidas de corte de despesas, que tramita no **Senado**, causou ruído e pode enfraquecer a discussão de **reforma tributária**, segundo apurou o **Estadão**. O risco, admitem lideranças, é instalar atrito com a **Câmara** que encabeça a discussão da simplificação de impostos.

A discussão da mudança no sistema tributário já enfrenta forte concorrência com a mobilização pela **reforma administrativa**. Em encontro ontem com o presidente **Jair Bolsonaro**, o presidente da

Câmara, **Rodrigo Maia (DEM-RJ)**, insistiu na necessidade **do envio da proposta de reforma do RH do Estado**. A expectativa é de que o presidente, que engavetou o envio do texto no início do ano, envie a proposta no bojo dos acordos que estão sendo negociados esta semana com lideranças políticas para o andamento da agenda econômica e a prorrogação do **auxílio emergencial**.

Passado quase um mês, depois do envio da proposta do governo ao **Congresso**, a reforma tributária tem perdido espaço nas discussões no Congresso, embora a comissão mista da Câmara e Senado continue com os trabalhos.

Segundo o relator da PEC dos gatilhos, **Márcio Bittar**, a ideia do ministro é colocar na PEC que aciona medidas de ajuste fiscal o mesmo projeto de desoneração que estava sendo pensado pela equipe econômica para a reforma tributária.

O empregador ficaria isento da contribuição ao **INSS** do trabalhador que ganha até um salário mínimo (hoje, R\$ 1.045), ao custo de R\$ 25 bilhões por ano aos cofres da **União**.

Redução

Sobre os salários dos demais trabalhadores, haveria uma redução pela metade do peso efetivo da tributação paga pelas empresas. Hoje, a alíquota é de 20% e a proposta é que caia para 10%. A redução de 20% para 15% teria impacto de R\$ 50 bilhões de perda na arrecadação federal. Os outros 5 pontos percentuais de queda seria obtida com duas medidas parafiscais (sem impacto no **Orçamento** do governo): redução de 8% para 6% do valor dos salários que é depositado pelas empresas nas contas do **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)** e corte permanente da metade dos encargos que pagam ao **Sistema S**.

“Isso é um enorme serviço para trazer para a formalidade milhões de brasileiros e criar novos postos de trabalho”, afirmou Bittar.

A ideia do governo é incluir a desoneração como porta de saída para o **Renda Brasil**, o novo programa assistencial que também está sendo estudado para substituir o **Bolsa Família**. A redução dos encargos que as empresas pagam sobre os salários seria uma forma de baratear a contratação e ser uma porta de saída para os beneficiários do novo programa. Guedes acertou com Bittar a inclusão dos dois programas na PEC dos gatilhos.

Compensação

Não se sabe, porém, como será a compensação da perda aos cofres públicos com a nova desoneração. Na reforma tributária, a ideia da equipe de Guedes era criar um novo tributo sobre transações financeiras e digitais aos moldes da antiga **CPMF**. “A substituição de

determinados tributos por um novo não vejo problema até porque a possibilidade de substituição de alguns por um novo que possa assegurar o combate à sonegação, eu vejo como positivo”, disse Bittar, usando o mesmo discurso da equipe econômica.

O relator da reforma tributária, deputado **Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**, disse que é errada a leitura de que haja competição entre as duas reformas. Segundo ele, Maia e o presidente do Senado, **Davi Alcolumbre (DEM-AP)**, participaram ontem de uma reunião com os prefeitos sobre reforma tributária. No encontro, as duas principais entidades de representação dos municípios, a **Confederação Nacional dos Municípios (CNM)** e a **Frente Nacional de Prefeitos (FNP)**, divergiram sobre a possibilidade de criar um tributo nacional sobre o consumo.

Veículo: Estadão	
Data: 20.08.2020	Caderno: Economia



Comércio propõe votar primeiro a reforma administrativa e depois a tributária

Fecomércio diz que redução de gastos com servidores pode abrir caminho para corte de carga tributária, além de ajudar a economia a se reconstruir no pós-pandemia

O Estado de S.Paulo

20 de agosto de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - A **Federação de Comércio de São Paulo**

(Fecomércio-SP) defende que não é hora de se votar uma **reforma tributária** e que é preciso fazer primeiro a **reforma administrativa** para conter os gastos com os servidores e, depois disso, abrir caminho para a simplificação dos tributos.

Em documento sobre a reforma tributária, a entidade teme o aumento da carga tributária num momento em que o principal foco é garantir que a economia tenha condições de se reconstruir depois da pandemia da **COVID-19**. A hora, defende o setor, é de organizar a “casa” antes de fazer mudança no setor tributário.

A posição do setor de comércio se soma ao movimento de pressão que cresce no Congresso para aprovação da reforma administrativa,

que **pretende fazer uma reestruturação no RH do Estado**. Na contramão, a reforma tributária, passado quase um mês do envio do projeto do governo, não ganhou tração. Pelo contrário, o foco do debate no Congresso tem sido a prorrogação do auxílio emergencial.

Ontem, em encontro com o presidente **Jair Bolsonaro**, o presidente da **Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a cobrar o envio da reforma administrativa**. O texto já foi entregue ao presidente, que preferiu engavetá-lo para não comprar briga com o funcionalismo em ano de eleições. Entre as medidas apresentadas pela equipe econômica, estão a redução dos salários iniciais e o enxugamento no número de carreiras.

A Fecomércio alega que, com aumento da produtividade dos servidores e partindo de cortes de gastos eventualmente acima do legalmente determinado, o **País** poderia ter uma carga de tributos equivalente a 25% do **Produto Interno Bruto (PIB)**, ou 10 pontos percentuais abaixo dos atuais 35% calculados pela entidade. Dados do **Tesouro** apontam carga ligeiramente menor, em 33% do PIB em 2019.

Esses 10 pontos percentuais equivalem a R\$ 730 bilhões de economia, segundo a federação. Segundo o **economista da Fecomércio, Fábio Pina**, esses recursos que as empresas deixariam de pagar em tributos poderiam ser revertidos principalmente em duas ações: investimento em capital físico (busca e desenvolvimento de tecnologia, máquinas, equipamentos, instalações, novas unidades de venda, modernização do parque industrial e comercial) e investimento em capital humano (como treinamento).

A Fecomércio estima um prejuízo de R\$ 141 bilhões no comércio varejista neste ano na comparação com o resultado de 2019. Segundo a

associação, 202 mil empresas devem fechar as portas e 980 mil funcionários podem ser demitidos.

Veículo: Estadão	
Data: 20.08.2020	Caderno: Economia



Mensalidade escolar deve subir com novo tributo sobre consumo apresentado por Guedes

Setor pede redução pela metade da alíquota de 12% do CBS, que ainda pode tirar 600 mil alunos de cursos universitários e afetar diretamente o programa de bolsas ProUni

Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

20 de agosto de 2020 | 05h00

BRASÍLIA - O novo tributo sobre o consumo apresentado pelo ministro da **Economia, Paulo Guedes**, deve aumentar as mensalidades escolares para 10 milhões de famílias brasileiras e pode tirar 600 mil alunos de cursos universitários, segundo estimativas do setor de ensino privado.

O setor pede a redução em mais da metade da alíquota proposta ou o envio de um projeto concreto para reduzir os impostos sobre a folha de salários – com a recriação da **CPMF** como principal alternativa para compensar a perda de arrecadação aos cofres públicos.

Guedes levou ao **Congresso** no mês passado a **primeira fase da proposta de reforma tributária do governo**, com a criação da **Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços**

(CBS) para substituir o **PIS** e a **Cofins**. Pelo projeto, a alíquota do novo tributo será de 12% para todos os setores – incluindo serviços –, com exceção dos bancos que pagarão 5,8%.

O setor de ensino privado diz que para não ter aumento nas mensalidades, a alíquota “neutra” para educação deveria ficar entre 5% e 5,5%. “E mesmo assim ainda estaríamos distantes da isenção completa que é aplicada em diversos países”, diz o secretário executivo do **Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular** e reitor do Centro Universitário UniCarioca, **Celso Niskier**.

Hoje, escolas e faculdades particulares pagam 3,65% de PIS/Cofins, o que garante uma arrecadação de R\$ 1,39 bilhão por ano ao governo federal. Pelos cálculos do fórum, caso a alíquota do novo imposto seja mantida em 12%, as mensalidades devem ter reajuste médio de 6% na educação básica e de até 10,5% nos cursos de graduação.

Cadeia de produção

Niskier explica que o ensino privado tem uma cadeia curta de suprimentos, o que dificulta a compensação da CBS paga na compra de materiais usados nas aulas. Diferentemente da indústria, o ensino, assim como todo o setor de serviços, não tem muitas etapas de produção e é formado basicamente por mão de obra. Por isso, não tem espaço para abater impostos em fases anteriores da produção, como prevê a proposta do governo.

Assim, caso a cobrança da CBS seja aprovada em 12%, Niskier avalia que seria necessária uma compensação para o setor por meio da desoneração da folha de pagamentos. A equipe de Guedes até cogita acabar com parte da tributação sobre os salários por meio de um novo

imposto sobre transações eletrônicas, que o ministro insiste em distanciar da antiga CPMF. Mas, mesmo antes de ser formalmente apresentada, a ideia enfrenta resistência no Congresso e no mercado.

“Nossa preocupação é com a descoordenação do encaminhamento dos assuntos. Isso impede a visão da floresta por completo, porque todo dia precisamos tratar de uma árvore. Ou se faz uma reforma completa com cálculos definitivos, ou teremos sempre essa intranquilidade”, completa Niskier.

Para o ensino superior, o impacto do aumento das mensalidades pode ser ainda maior. As faculdades privadas já perderam alunos com a retração do **programa de financiamento estudantil (Fies)** e com a pandemia de **COVID-19**, que reduziu a renda dos estudantes.

“Ao contrário dos alunos das escolas, que podem passar para o sistema público, cerca de 600 mil estudantes de graduação deixarão de se formar. No médio e longo prazos, isso significa um apagão de mão de obra qualificada. E com menos produtividade, o governo também perde receitas”, diz o reitor.

ProUni ameaçado

Além de aumentar o custo das mensalidades escolares e das faculdades privadas, o novo tributo sobre o consumo apresentado pelo ministro Paulo Guedes praticamente acaba com o **Programa Universidade para Todos (ProUni)**, que hoje garante bolsas de estudo para quase 161 mil universitários. Como contrapartida para essas bolsas, as faculdades e universidades privadas podem compensar o valor a ser pago com o PIS e a Cofins. Já o projeto do governo que cria Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) para substituir os dois tributos não prevê mais esse abatimento.

“Ou seja, a proposta acaba com qualquer estímulo para as instituições participarem do programa”, explica o **diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Sólon Caldas.**

Governo deve reduzir auxílio para R\$ 250 e prorrogá-lo até dezembro

Presidente defende “meio termo” entre os R\$ 200 sugerido por equipe econômica e os R\$ 600 atuais

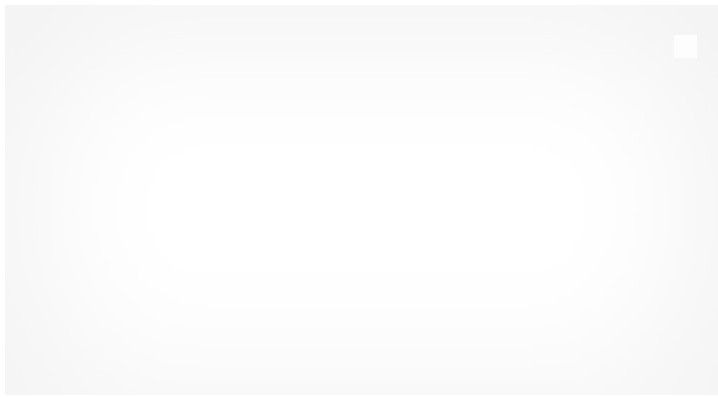
Por **Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Fabio Murakawa** — De Brasília

20/08/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

Integrantes do governo sinalizaram a parlamentares que o auxílio emergencial para os trabalhadores informais e desempregados deve ser prorrogado até dezembro no valor de R\$ 250 (atualmente, o pagamento é de R\$ 600). Com a decisão, o presidente Jair Bolsonaro optaria por um meio termo entre os R\$ 200 defendidos pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e os R\$ 300 sugeridos pela ala política do governo.

O martelo ainda não estava batido e a decisão deve sair até amanhã, mas os valores foram comentados por Bolsonaro e auxiliares em conversas com deputados e senadores para medir as resistências à mudança - até agora, o governo tem encontrado apoio da maioria dos congressistas, que entendem que o impacto de prorrogar em R\$ 600 é elevado demais para as contas públicas.

Bolsonaro conversou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pela manhã e ouviu o compromisso de que o Congresso não tentará desgastar o presidente politicamente pela redução do valor e que a maioria dos deputados apoiará a nova proposta, por entenderem que o impacto nas contas públicas é muito elevado. A mudança no valor dependerá do envio de uma medida provisória (MP). A oposição deve ser contra e defende manter os R\$ 600 até dezembro.



Os R\$ 250 até dezembro seriam uma transição para a reformulação do Bolsa Família que é preparada com a unificação de outros programas sociais, como o abono salarial e o seguro-desemprego. O governo ainda não fechou o modelo e, com a prorrogação até dezembro, ganharia tempo para negociar. O fim do abono salarial, por exemplo, depende de uma proposta de emenda constitucional (PEC), mais difícil e demorada de ser aprovada.

Ontem, em cerimônia no Palácio do Planalto, Bolsonaro afirmou que considera baixo o valor de R\$ 200 para as próximas parcelas do auxílio emergencial, mas que manter o atual patamar “pesa muito para a União” e que, por isso, estava em busca de um “meio termo” para estender o benefício por “mais alguns meses”.

“Os R\$ 600 pesam muito para a União, isso não é dinheiro do povo, que está guardado. Isso é endividamento. E se o país endivida demais, acaba perdendo sua credibilidade para o futuro”, afirmou o presidente. “Então, R\$ 600 é muito, o Paulo Guedes, alguém da Economia, falou em R\$ 200. Eu acho que é pouco, mas dá para chegar a um meio termo e buscarmos que ele seja prorrogado mais alguns meses, talvez até o final do ano”.

Os R\$ 600 custam, por mês, R\$ 50 bilhões. O pagamento tem levado a um endividamento recorde da União, ampliado o déficit fiscal e só é possível por causa do “Orçamento de Guerra”, emenda constitucional que flexibilizou regras fiscais por causa da pandemia da covid-19. O corte para R\$ 250 reduziria os valores para cerca de R\$ 21 bilhões por mês - ainda assim um valor bastante elevado, já que o Bolsa Família custa, por ano, R\$ 30 bilhões.

Guedes reforçou que não há como manter os R\$ 600, mas disse que a orientação é dar o maior valor possível. “O presidente está dizendo: vamos tentar fazer o máximo possível dentro dos recursos que temos, para ir esticando isso [os pagamentos]”, disse.

Na cerimônia, Bolsonaro defendeu que as ações do governo chegaram a 65 milhões de pessoas. “O auxílio emergencial, em municípios mais pobres, chegou a triplicar, quadruplicar ou quintuplicar o dinheiro que chegava na ponta da linha do município”, destacou. Internamente, o governo avalia que o auxílio foi responsável por impulsionar os índices de popularidade do presidente, apontadas em pesquisa Datafolha na semana passada.

Diante de 110 mil mortes por covid-19 no país, Bolsonaro disse considerar que sempre esteve no caminho certo em seus discursos que pregavam a necessidade de limitar o isolamento social para diminuir o impacto econômico e preservar empregos. “A turma do ‘fica em casa’ e a turma do contra disse[ram] que eu sou insensível, que a economia se recupera e a vida, não”, afirmou. “Hoje em dia já se começa a notar que lá atrás o governo estava no caminho certo. Enquanto se fechava quase tudo no Brasil, nós aqui não paramos”, reforçou.

Ele assinou ontem a sanção de duas medidas provisórias voltadas à criação de linhas de crédito para as empresas - a 944, para pagamento da folha de salários, e a 975, de capital de giro para pequenas e médias empresas. No discurso, o presidente reforçou o apoio a Guedes, que nos últimos dias protagonizou um embate com outros ministros sobre o teto de gastos, que proíbe que as despesas do governo cresçam acima da inflação. “Eu estou tão ligado ao Paulo Guedes que eu moro no [Palácio da] Alvorada e ele mora no Torto”, brincou o presidente, se referindo às residências oficiais do presidente. **(Colaboraram Matheus Schuch, Mariana Ribeiro e Estevão Taiar)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Prepare-se para a nova demanda de mercado

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Remanejar verbas para garantir investimentos

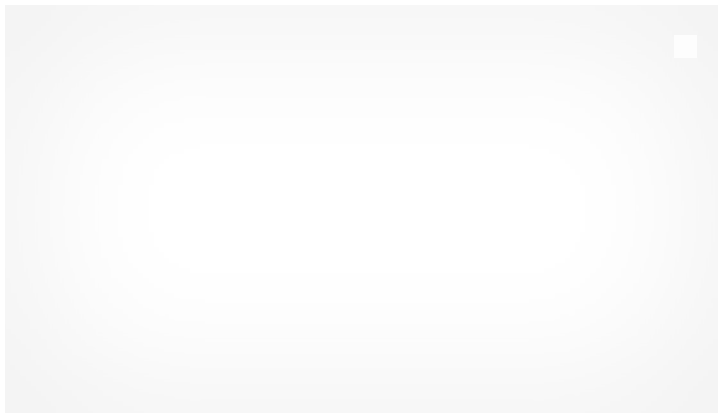
Saúde e educação sofrerão cortes neste ano

20/08/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, encontrou uma forma de atender ao desejo das alas militar e política do governo por mais investimentos em infraestrutura neste ano, sem furar o teto de gastos. A equipe econômica está finalizando um projeto de lei, que deverá ser enviado ao Congresso Nacional nos próximos dias, remanejando verbas orçamentárias no valor de até R\$ 5 bilhões. A estratégia é reduzir as dotações de alguns setores, que não ainda não foram empenhadas, como as da saúde e da educação, e aumentar os investimentos.

Tudo será feito, segundo fonte credenciada ouvida pelo **Valor**, respeitando os gastos mínimos previstos na emenda constitucional 95/2016 para a saúde e a educação. O projeto de lei (PLN) em elaboração será submetido ao Congresso, que dará a última palavra. Está descartada, portanto, a edição de medida provisória abrindo crédito extraordinário para fugir do teto de gastos, como inicialmente foi pensado pelo ministro chefe da Casa Civil, Braga Netto, e pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.

Saúde e educação sofrerão cortes neste ano



Ads by Teads

As Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional estão fazendo levantamentos para identificar as áreas do governo que estão com “excesso” de verbas e que podem ser remanejadas para outros ministérios, particularmente o da Infraestrutura e o do Desenvolvimento Regional. As alas militar e política querem concluir investimentos em rodovias e em obras de combate à seca no Nordeste. Apenas as dotações que ainda não foram empenhadas poderão ser remanejadas. Ou seja, só aquelas para as quais o governo ainda não autorizou o gasto, que é a primeira fase da execução orçamentária.

A área de educação deverá perder recursos, pois a dotação para este setor está bem acima do mínimo constitucional, como informou a fonte do governo. A área da saúde também está bem acima, pois o governo destinou uma grande quantidade de recursos para o setor no combate aos efeitos da pandemia da covid-19, por meio de créditos extraordinários.

Outros setores do governo também poderão perder recursos. Em defesa de sua estratégia, o governo alega que, se as verbas não forem remanejadas, haverá um “empoçamento”, ou seja, mesmo que o gasto seja autorizado, o Ministério ou órgão não conseguirá gastar os recursos neste ano e o dinheiro ficará no caixa, sem uso. Até junho, o “empoçamento” já atingia R\$ 31,1 bilhões. Desse total, o Ministério da Cidadania tinha R\$ 8,1 bilhões, o Ministério da Saúde, 6,1 bilhões e o Ministério da Educação, R\$ 3,9 bilhões.

Com a estratégia, a equipe econômica espera diminuir as pressões de ministros e aliados políticos contra o teto de gastos. Mas, certamente, enfrentará resistências da oposição ao governo no Congresso, pois deputados e senadores terão dificuldade,

especialmente em ano eleitoral, em cortar verbas para a saúde e a educação, mesmo que seja para aumentar investimentos em áreas estratégicas.

Agora, o problema da área econômica é encontrar espaço dentro do Orçamento de 2021 para os investimentos. A proposta orçamentária ficou muito difícil de fechar, pois o teto de gastos foi reajustado em apenas 2,13%. As despesas discricionárias (investimento e custeio da máquina administrativa, exceto gasto com pessoal) ficarão abaixo de R\$ 100 bilhões, de acordo com fontes do governo, ante um valor de R\$ 120 bilhões previsto para este ano.

O governo só conseguirá fechar a proposta sem cortar ainda mais os investimentos se o Congresso adiar a derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro à desoneração da folha de salários de 17 setores da economia e se conseguir adiar algumas despesas para 2022, como é o caso do Censo Demográfico, feito pelo IBGE, previsto para o próximo ano.

No caso do veto à desoneração, os aliados do governo estão tentando adiar a decisão do Congresso para setembro, após o envio da proposta orçamentária no dia 31 de agosto, pois, nesse caso, caberá aos parlamentares dizer onde cortarão outras despesas para compensar esse gasto. A desoneração representa uma despesa para o Tesouro, submetida ao teto. Ele é obrigado, por lei, a compensar a Previdência Social pela perda de receita com a desoneração.

Inadimplência histórica

Neste mês, poderá ocorrer uma das maiores inadimplências de tributos federais da história, pois as empresas terão que pagar duas parcelas do PIS/Cofins (referentes a março e julho) e duas parcelas da contribuição patronal de 20% sobre a folha de salários ao INSS (referentes a março e julho).

Como todos se recordam, uma das medidas de combate aos efeitos da recessão econômica provocada pela pandemia foi o adiamento do pagamento de alguns tributos, o que é conhecido na área técnica como diferimento. O PIS/Cofins referente a março, que seria pago em abril, foi adiado para agosto, o mesmo acontecendo com a contribuição patronal ao INSS devida em março.

A medida representou um alívio naquele momento para as empresas, mas agora chegou o momento de pagar a conta. O **Valor** perguntou à Receita Federal se não teme um elevado grau de inadimplência em agosto, devido ao fato de que as empresas ainda estão em fase de recuperação e muitas delas não terão condições de pagar duas parcelas das três contribuições no mesmo mês.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Receita disse que “diversos indicadores já apontam em direção a uma recuperação da economia”. Segundo ela, as vendas no Brasil no mês de junho mostraram o maior patamar do ano de 2020, pois tiveram um resultado 15,6% maior que o de maio deste ano e de 10,3% superior ao de junho de 2019. Além disso, observou, em junho, todas as regiões brasileiras mostraram recuperação no ritmo de vendas, tanto em valor como em quantidades de notas emitidas.

De qualquer forma, é uma aposta, cujo resultado saberemos mais adiante. O ideal talvez fosse encarar o problema e propor o pagamento parcelado dos atrasados.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Prepare-se para a nova demanda de mercado
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.
SPOTIFY

LINK PATROCINADO

O seu WR-V 0 km com a 1ª parcela em 90 dias e muito mais
HONDA

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!

Risco fiscal cresce, mas PIB deve cair menos em 2020

Com base nos sinais da atividade, bancos e corretoras reduzem projeções de queda

Por Anaïs Fernandes, Arícia Martins e Ana Conceição — De São Paulo

20/08/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



Leonardo Porto, do Citi: riscos fiscais de longo prazo para o Brasil estão se tornando mais prováveis do que nunca — Foto: Carol Carquejeiro/Valor

Enquanto pressões por aumento do gasto público ganham força no Brasil, alimentando a discussão sobre a sustentabilidade da dívida e turvando expectativas para a economia a partir de 2021, dados de atividade no segundo trimestre deste ano mostram desempenho menos negativo que o previsto e levam mais um grupo de economistas a trazer suas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2020 para mais perto de -5%.

Ontem, a Capital Economics revisou sua estimativa de -7% para -5%, e o Credit Suisse mudou de -6,5% para -5,2%, um dia após a MB Associados alterar sua projeção de -6,4% para -5,3%. No fim da semana passada, Goldman Sachs e Barclays já haviam ajustado suas contas para -5%, enquanto a MCM Consultores e a Oxford Economics passaram a prever -5,4%.

“Temos argumentado que a atividade econômica poderia surpreender no lado positivo dado o alto nível de estímulos fiscais e monetários e a flexibilização das medidas de distanciamento social. Produção industrial, vendas no varejo e receitas de serviços apresentaram números melhores do que o esperado em junho. Dados de alta frequência sugerem continuidade da recuperação em julho e agosto”, escrevem os economistas Leonardo Fonseca e Lucas Vilela, do Credit Suisse. Segundo eles, a discussão agora é se a eventual retirada de transferências de renda “empurrará” a atividade para território negativo nos próximos trimestres.

No momento, o que se observa é o “crescimento acentuado” em segmentos que se beneficiam do auxílio, inclusive para a compra de bens que podem ser mais caros, entre materiais de construção, eletrodomésticos e móveis, o que levanta a possibilidade de aumento da inadimplência mais à frente, alerta Sergio Vale, economista-chefe da MB.

Mas a maior preocupação dos economistas parece dizer respeito mesmo ao cenário fiscal. O Citi Brasil fez, ontem, sua primeira revisão para cima no PIB brasileiro de 2020, mas ainda para -6%, ante projeção anterior de -6,5%.

Do lado negativo, os economistas Leonardo Porto e Paulo Lopes destacam a nova expectativa para a relação dívida bruta/PIB: 97,5% ao fim de 2020, vindo de 75,8% em 2019. Quanto mais tempo durar o distanciamento social, maior será a pressão

para estender medidas de estímulo fiscal, afirmam eles. Assim, o controle da pandemia seria condição necessária para um plano de austeridade.

Discussões sobre expansão das despesas governamentais estão ganhando espaço tanto dentro como fora do governo, observam Porto e Lopes. Os principais riscos fiscais de longo prazo - que seriam o afrouxamento das regras e a prorrogação do estado de calamidade pública - “estão se tornando mais prováveis do que nunca.”

Embora o presidente Jair Bolsonaro e líderes do Congresso tenham reforçado o compromisso com a sustentabilidade fiscal, Porto e Lopes enumeram quatro fatores que apontariam em sentido contrário e merecem atenção: o nível de ociosidade na economia será enorme até o fim do ano; a popularidade de Bolsonaro parece ter aumentado com os estímulos; marcadas para novembro, as eleições municipais podem mudar a visão dos parlamentares sobre o gasto público e, por fim, integrantes da equipe econômica saíram recentemente do governo, por verem pouco espaço para reformas.

Nessa conjuntura, estimam os economistas do Citi, o déficit primário deve ser de 13,6% do PIB em 2020. “Para o próximo ano, ainda assumimos que a política fiscal será restringida pelo teto de gastos”, dizem Porto e Lopes, ponderando que há riscos crescentes de que a regra seja flexibilizada em algum momento.

O cenário-base da Capital Economics também inclui aderência à austeridade fiscal em 2021, o que ajudaria a preservar juros baixos e confiança. “Mas isso viria a custo de uma demanda mais baixa”, escreve William Jackson, economista-chefe para mercados emergentes. É por isso que, após queda “relativamente modesta” do PIB neste ano, Jackson espera crescimento de apenas 3% em 2021 e 2% em 2022 - antes, a projeção era de 2,5% em ambos os anos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Prepare-se para a nova demanda de mercado

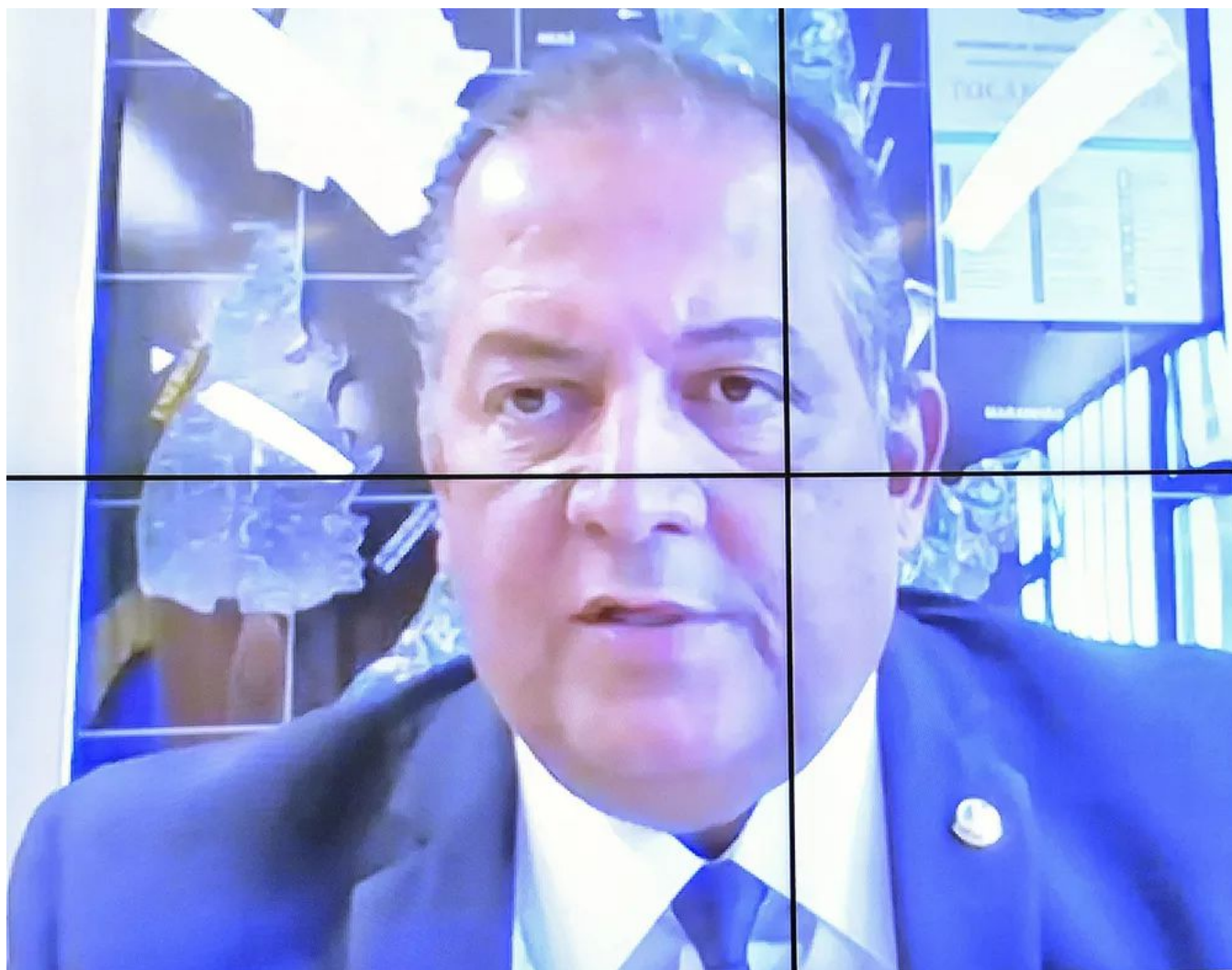
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

Senado derrota governo e derruba veto a aumento de servidores

Bolsonaro agora dependerá da Câmara para evitar rombo de até R\$ 132 bilhões

Por Vandson Lima, Renan Truffi e Fabio Graner — De Brasília

20/08/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



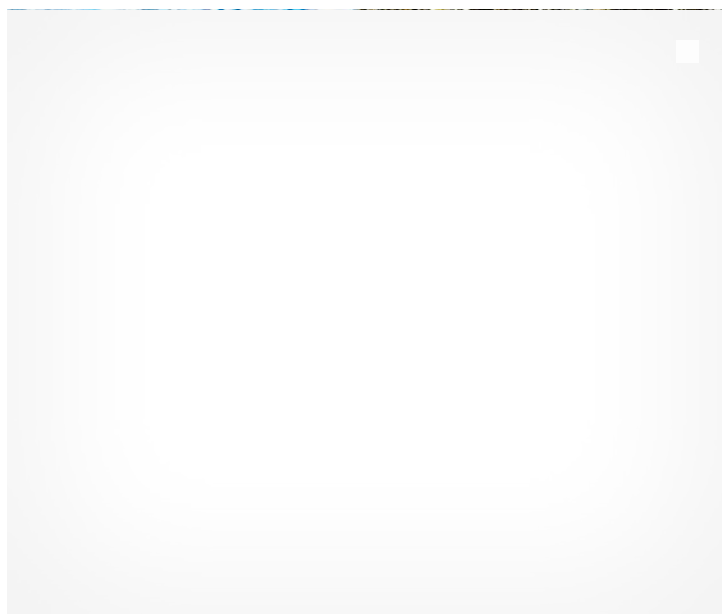
Gomes, líder do governo no Congresso: prorrogação de auxílio emergencial passa a correr risco se veto cair — Foto: Pedro França/Agência Senado - 19/3/2020

Em uma derrota que pode ter consequências catastróficas para o governo, os senadores aprovaram ontem, por 42 votos a 30, a derrubada do veto feito pelo presidente Jair Bolsonaro ao aumento de despesas com carreira, reajustes, concessão de vantagens ou criação de cargos a servidores de saúde e segurança pública cuja atividade esteja relacionada ao combate à pandemia.

O governo, totalmente contrário à medida, esperava economizar de R\$ 98 bilhões a R\$ 132 bilhões com a manutenção do veto. Agora, afirma que até o auxílio-emergencial estará comprometido se o veto cair. A equipe econômica foi pega de surpresa e demonstrou preocupação “com possíveis consequências às contas públicas, em especial de Estados e municípios”. A assessoria do Ministério da Economia destacou que está atuando junto à Câmara dos Deputados para “manter ponto tão importante para a saúde das contas públicas”.

A iniciativa do Senado jogou o ônus de se indispor com o funcionalismo para a Câmara, que faria sua sessão na noite de ontem e, surpreendida, cancelou.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Por causa da pandemia, Câmara e Senado estão realizando as sessões conjuntas do Congresso de forma remota e separada. Para derrubar um veto, é necessário o apoio da maioria absoluta das duas Casas (41 senadores e 257 deputados). O governo, agora, dependerá dos deputados para evitar a derrota. Uma nova sessão está prevista para hoje.

O revés torna ainda mais visível a cisão entre as duas Casas do Congresso, bem como a diferença na relação do Palácio do Planalto com a Câmara e o Senado. Enquanto o presidente têm se esforçado para formar uma base sólida entre deputados, escorado no Centrão, fica cada vez mais visível a rebelião dos senadores, que reclamam da pouca atenção do governo às suas demandas.

Não é o primeiro recado do Senado. Na votação da medida provisória que liberou um novo saque emergencial do FGTS, os senadores aprovaram emendas para alargar as possibilidades de saque do montante, inclusive para quem pedisse demissão durante a pandemia. A proposta teve de volta à Câmara e o governo articulou para que os deputados deixassem caducar a MP.

No Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus, sancionado em 27 de maio, Bolsonaro havia barrado a possibilidade de reajuste salarial para servidores públicos civis e militares diretamente envolvidos no combate à pandemia, incluindo carreiras como peritos, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana, serviços funerários e assistência social, trabalhadores da educação pública e profissionais de saúde.

Só que os senadores discordaram. Líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO) apelou aos pares, dizendo que até o auxílio emergencial ficará ameaçado pela medida, sem sucesso. “É possível que estejamos impossibilitando a população do Brasil inteiro de receber a sexta parcela do auxílio emergencial”, avisou.

Os senadores também reverteram ontem outros vetos que podem complicar Bolsonaro, como a liberação para que empresas que se encontrem em situação irregular perante os órgãos do Estado, bem como de insolvência iminente, possam tomar empréstimos no âmbito do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Além disso, a derrubada do veto estabelece a carência de oito meses, período em que as parcelas serão reajustadas apenas pela taxa Selic. Também fica permitido o encaminhamento de informações pela Receita Federal ao Banco Central necessárias ao Pronampe, o que o governo considerava que geraria insegurança jurídica.

Setores de educação e saúde se unem para barrar proposta de reforma tributária

Representantes dos setores argumentam que elevação de tributos no setor privado levará migração para o SUS e para escolas públicas

Por **Beth Koike** — De São Paulo

20/08/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



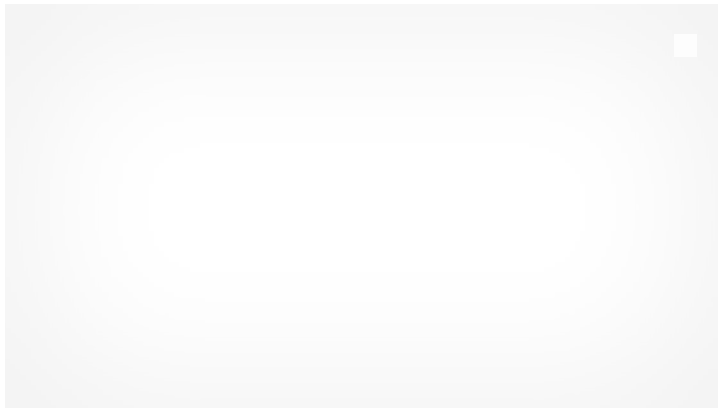
Elizabeth Guedes: Governo está irredutível, mas Congresso já entendeu — Foto: André Corrêa/Agência Senado

Os setores privados de educação e saúde se juntaram para tentar barrar o projeto de reforma tributária proposto pelo governo federal. Ambos os setores pagam hoje 3,65% de PIS e Cofins e, com a mudança, teriam que desembolsar 12% da receita em Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), o novo imposto do governo.

Caso a ideia vá adiante, a carga tributária efetiva das escolas e faculdades dobraria de 7% para 14%. Já no setor de saúde, o aumento seria de 9,3% para 21,20%, segundo dados levantados pela Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) e CNSaúde.

Entre as várias alegações apresentadas pelas entidades, uma delas é que a elevação da carga tributária em saúde e educação ampliará os custos e, conseqüentemente, ocorrerá uma migração para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para escolas públicas.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

A projeção das entidades é que as mensalidades das escolas e faculdades aumentem até 17% e os planos de saúde, 15% - além do reajuste aplicado anualmente como repasse da inflação médica. Na visão dos representantes dos setores, seria um tiro no pé, uma vez que não são consumos que podem ser adiados. A legislação brasileira obriga que todas as crianças a partir de seis anos estejam na escola e o sistema de saúde no país é aberto a todos.

“O governo argumenta que podemos repassar os impostos para as mensalidades, mas não há mais espaço para isso”, disse Elizabeth Guedes, presidente Anup. “Os nossos setores são de mão de obra, não podemos importar professores e técnicos

de saúde da China como faz a indústria com seus insumos”, complementou Fábio Cunha, diretor da associação das empresas de medicina diagnóstica (Abramed) e da Dasa, maior rede do segmento.

Na proposta da reforma tributária, as empresas poderão ter um crédito fiscal ao adquirirem material e insumos, o que tende a beneficiar a indústria, mas não as empresas de prestação de serviços. Em 85% dos países que adotam o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), os setores de educação e saúde têm tratamento diferenciado. Nos países da OCDE, esse percentual sobe para 90%.

Elizabeth e Cunha questionam ainda que outros segmentos como operadoras de planos de saúde, bancos, instituições financeiras e parte do comércio terão alíquotas diferenciadas. “O governo [federal] está irredutível. O Congresso e Bernard Appy já entenderam que nossos setores são distintos”, disse a presidente da Anup, que é irmã de Paulo Guedes, ministro da Economia. Appy é um dos autores da proposta que unifica cinco tributos (os federais PIS, Cofins e IPI, além do estadual ICMS e do municipal ISS), em que se baseia a PEC 45, em tramitação na Câmara.

Questionada se Guedes não teria se sensibilizado com suas argumentações, uma vez que já atuou na área de educação, Elizabeth disse que o ministro foi fundador do Ibmecc nos anos 1980, depois migrou para o mercado financeiro e que não entende de Prouni, programa que concede isenção fiscal às faculdades que concedem bolsas de estudos a alunos carentes.

O Prouni é um dos principais pleitos do setor. Hoje, o PIS e Cofins representam 44% do abatimento que as instituições de ensino têm ao conceder as bolsas. Com o fim desses dois impostos, não haveria vantagens às faculdades, que aos poucos tendem a deixar o programa que hoje atende cerca de 575 mil alunos.

“Um dos argumentos do governo é que escola privada é para ricos, mas não é verdade. Os mais pobres estudam em instituições particulares”, disse Rodrigo Capelato, diretor-executivo do Semesp, sindicato do setor. Ele estima que a mensalidade das faculdades terá um acréscimo de cerca de 10% e cerca de 160 mil alunos podem abandonar a faculdade no primeiro ano de reajuste. Nas projeções de Elizabeth, o aumento de preços deve reduzir a demanda em 8,3%, o que representa 405 mil matrículas no ensino superior.

TCU pede cautela em informações sobre retomada

Órgão demonstrou preocupação com riscos fiscais da perpetuação das políticas emergenciais

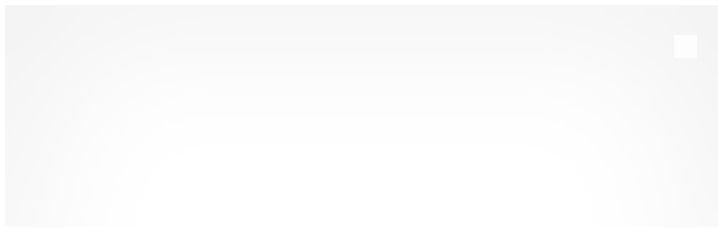
Por **Murillo Camarotto** — De Brasília

20/08/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

O Tribunal de Contas da União (TCU) pediu ontem ao governo maior cautela nas informações sobre uma eventual retomada da atividade econômica. Em relatório de acompanhamento que trata dos efeitos das medidas de combate à pandemia na arrecadação tributária e previdenciária, o órgão de controle também demonstrou preocupação com os riscos fiscais da perpetuação das políticas emergenciais.

De acordo com os dados apresentados no relatório, até julho deste ano o governo já havia adiado o recebimento de R\$ 145,5 bilhões em impostos. Àquela altura, segundo o TCU, as renúncias tributárias já se aproximavam de R\$ 20 bilhões.

Apesar de considerar essas medidas importantes para o setor produtivo, o tribunal lembrou que a frustração de receitas é “dramática” não apenas para a União, mas também para os Estados e municípios. Nesse sentido, o órgão alertou para os riscos de que as ações fiscais temporárias ganhem um caráter continuado no período pós-pandemia.



“O impacto da frustração de receitas é muito preocupante, pois tem o condão de causar impactos importantes no funcionamento da máquina administrativa e na prestação de serviços postos à população, tanto em nível federal como nos entes federativos”, disse em seu voto o relator do caso, ministro Bruno Dantas.

A situação, a seu ver, é agravada quando se observa o aumento na taxa de desemprego no país, que já ultrapassou 13% da população ativa. Dantas também lembra a tendência de continuidade na demanda por recursos extraordinários “de altíssima monta para combater a crise sanitária em diferentes frentes”.

Em junho, a Receita Federal informou que a emissão de notas fiscais eletrônicas já teria retornado aos patamares pré-crise, o que sinalizaria uma recuperação importante da atividade econômica. O TCU, porém, alertou que esse tipo de previsão pode ter efeitos controversos no mercado, daí a necessidade de cautela.

“Afirmativas isoladas de que a economia já teria atingido o estágio de recuperação devem ser vistas com cautela e ser objeto de abalizada análise pelo Ministério de Economia, para que não sejam fundamento para decisões políticas futuras ao transparecer retomada econômica maior do que realmente pode estar de fato ocorrendo”, alertou o tribunal.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Prepare-se para a nova demanda de mercado
MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.
SPOTIFY

LINK PATROCINADO

O seu WR-V 0 km com a 1ª parcela em 90 dias e muito mais

Técnicos se apressam para lançar Pró-Brasil na semana que vem

Embora esse prazo ainda possa ser adiado, a ideia que está mobilizando várias pastas é concluir nos próximos dias a formulação das carteiras de projetos

Por **Fabio Graner e Fabio Murakawa** — De Brasília

20/08/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas

O governo corre para tentar lançar o Pró-Brasil na semana que vem. Embora esse prazo ainda possa ser adiado, caso algumas medidas não fiquem prontas, a ideia que está mobilizando técnicos de várias pastas é concluir nos próximos dias a formulação das carteiras de projetos e alguns textos legais a serem apresentados nos diferentes “eixos” que irão compor o programa.

O Pró-Brasil deve ser na prática um grande guarda-chuva de ações e sua apresentação seria uma espécie de relançamento do governo, após o foco dos últimos meses ter sido todo direcionado para medidas de combate ao coronavírus e seus efeitos econômicos e sociais. Até o Renda Brasil e a carteira verde-amarela (com o conceito de Imposto de Renda negativo) devem fazer parte dele, embora não se saiba em que estágio eles estarão quando a estratégia for lançada.

Os encontros da área técnica têm se intensificado e uma nova reunião para tratar do Pró-Brasil estava em andamento ao longo da tarde e início da noite desta quarta no Palácio do Planalto, para se chegar a uma percepção mais clara sobre a viabilidade de se lançar o programa já na semana que vem. A Casa Civil, comandada pelo ministro Braga Netto, tem feito a articulação com as diferentes áreas.

A ideia é que, após esse encontro, o projeto seja submetido ao presidente Jair Bolsonaro para aprovação final. A possibilidade de ele pedir novos ajustes está no

radar dos técnicos.

O novo programa de governo nasceu como ideia em abril. E foi o vetor de uma forte crise interna na equipe ministerial de Jair Bolsonaro, opondo o ministro da Economia, Paulo Guedes, aos seus colegas Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Braga Netto e, em menor grau e mais rapidamente pacificado, Tarcísio de Freitas (Infraestrutura). O motivo da discórdia era como tratar os projetos de investimentos, dadas as restrições impostas pelo teto de gastos. Marinho, principalmente, queria driblar esses limites.

A discussão teve idas e vindas, gerou especulações sobre a possibilidade de saída de Guedes, mas o titular da Economia acabou, pelo menos por enquanto, ganhando a queda de braço e evitando um plano de investimentos que, para ele, repetiria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da era petista. As obras serão as que couberem no orçamento e muitas serão feitas por meio de concessões.

Na cerimônia do Pró-Brasil também há possibilidade de ser anunciada a renovação do auxílio emergencial até o fim do ano, em valores menores do que os R\$ 600 atuais, ainda que ele não faça parte da estratégia. A conexão seria por conta do seu sucessor, o Renda Brasil, que pretende elevar o poderio e alcance do atual Bolsa Família, tornando-se uma marca a ser usada politicamente por Bolsonaro.

Além de obras, transferência de renda, medidas para emprego estão sendo mapeadas, sendo a carteira verde-amarela a principal delas. O governo colocará no pacote também a agenda de reformas, amplamente conhecida com medidas para melhorar a regulação de setores como o ferroviário, o energético e o de gás.

Nesse sentido, o novo pacto federativo também pode ser incluído. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) está sendo redesenhada pela Economia para permitir um acionamento mais rápido do teto de gastos e que ainda poderá incluir medidas para viabilizar o Renda Brasil (como o redirecionamento do abono salarial).

Âncora fiscal terá peso igual ao da monetária, defende Montezano

Para presidente do BNDES, aumento de desembolso é natural em momentos de crise

Por Rafael Rosas — Do Rio

20/08/2020 05h01 · Atualizado há 4 horas



Gustavo Montezano: potencial que o BNDES pode induzir para micro, pequenas e médias empresas é acima de R\$ 100 bi — Foto: Claudio Belli/Valor

A âncora fiscal será vista no futuro com a mesma importância que hoje é dada ao controle inflacionário. A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano, que

considera saudável o debate existente durante a atual crise econômica sobre a possibilidade de se extrapolar ou não os limites do teto de gastos.

“No passado discutiu-se a necessidade de se deveríamos ter uma âncora monetária. Hoje esse debate está superado, ninguém questiona mais a relevância e a função social de você ter uma inflação sob controle”, disse Montezano, que participou da Live do **Valor**.

Na visão de Montezano, é importante para o banco, que tem os investimentos em infraestrutura como um dos principais objetivos, “que o juro soberano, o juro nacional, esteja sob controle”. “E hoje quem controla esse juro é nossa âncora fiscal. Qualquer discussão que a gente tenha um debate entre aumentar um pouco o gasto público acima dessa linha é compensado várias e várias vezes com o que a gente perde na outra ponta no custo do financiamento”, ponderou o executivo. “A gente vê como um processo de amadurecimento da nossa visão macroeconômica e, se Deus quiser, daqui a alguns anos essa âncora fiscal vai ser vista como a âncora monetária hoje, em que é inquestionável”, acrescentou.

Montezano também explicou que, por causa da pandemia, houve aumento da procura por recursos do banco. Até junho, os desembolsos da instituição acumulados em 12 meses somaram R\$ 56,165 bilhões, dos quais R\$ 26,028 bilhões ocorreram neste ano.

“Hoje o que a gente vê no banco é uma certa aceleração desses desembolsos, tanto pelos recursos próprios do BNDES a gente vê essa tendência crescente, quanto também pelos programas de governo”, frisou Montezano.

Esses programas de governo que têm o banco estatal como operador contribuíram inclusive para que a instituição financeira tivesse um saldo positivo com o Tesouro Nacional, mesmo com o processo em curso de devolução de recursos. Montezano explicou que, desde a escalada da crise da covid-19 no país, ficou acordado que não haveria, neste ano, antecipação de recursos nessa devolução. Ou seja, o BNDES faz apenas a amortização ordinária da dívida em 2020.

Em contrapartida, como é operador de programas criados para fazer frente aos efeitos da pandemia na economia, o banco já recebeu cerca de R\$ 50 bilhões do

Tesouro. O executivo lembrou que o BNDES administra recursos do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac) e também poderá receber os recursos para administrar os empréstimos através de maquininhas de cartão para microempreendedores individuais (MEIs).

“A quantidade de volume do Tesouro que tem alocado no BNDES subiu durante a crise. Não só a gente não pré-pagou, como recebeu esses aportes que estamos operando nesses programas de crédito”, disse Montezano.

Ele ressaltou que, como o Peac é um seguro de crédito, os recursos destinados a ele podem ser alavancados, o que eleva o total disponível nesses R\$ 50 bilhões do Tesouro para valor na casa dos R\$ 110 bilhões. “Então o potencial que o BNDES pode induzir para micro, pequenas e médias empresas é acima de R\$ 100 bilhões nesses programas, é muito substancial”, disse, frisando que o mercado anual de crédito no Brasil para esse tipo de empresa fica em torno de R\$ 500 bilhões a R\$ 600 bilhões.

Questionado sobre o processo de venda de ações da carteira da BNDESPar, Montezano lembrou que há um acordo de “lock-up” com os acionistas da Vale, que impede a venda dos papéis. Além disso, citou a operação feita com AES e explicou que, no caso da Eletrobras, a venda dos papéis depende da aprovação do Congresso dentro do processo de privatização.

“Todo o resto do portfólio, chegando no preço correto, chegando no momento em que a gente enxergue demanda para executar as operações, a gente vai fazer isso de forma oportuna”, disse, lembrando que o banco tem vendido ações de forma a não afetar o mercado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Prepare-se para a nova demanda de mercado

MERCEDES-BENZ | ÔNIBUS